

George Leonardo Seabra Coelho  
Vasni de Almeida  
(Organizadores)

# Leituras históricas sobre populações tocantinenses

Porto Nacional  
2023



George Leonardo Seabra Coelho  
Vasni de Almeida  
(Organizadores)

Leituras históricas  
sobre populações tocantinenses

Porto Nacional  
2023



# **Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT**

Revisão: Vasni de Almeida, Regina Célia Padovan e George Leonardo Seabra Coelho

Diagramação e capa: George Leonardo Seabra Coelho

---

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins Campus Universitário de Palmas**

---

L533 Leituras históricas sobre populações tocaninenses / George Leonardo Seabra Coelho, Vasni de Almeida (Orgs.). – Palmas: EDUFT, 2023.

139f.

ISBN: 978-65-5390-072-1

1. História. 2. Arquivo. 3. Patrimônio. 4. Cultura. 5. Tocantins. I. Coelho, George Leonardo Seabra. II. Almeida, Vasni de.

**CDD 909.81  
CDU 908(81)**

---

**Bibliotecário: Marcos Felipe Gonçalves Maia  
CRB-2: 1.445**

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.**



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

**Universidade Federal do Tocantins**  
**Editora da Universidade Federal do Tocantins – EDUFT**

**Reitor**

Luis Eduardo Bovolato

**Vice-reitor**

Marcelo Leineker Costa

**Pró-Reitor de Administração e Finanças  
(PROAD)**

Jaasiel Nascimento Lima

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis  
(PROEST)**

Kherlley Caxias Batista Barbosa

**Pró-Reitora de Extensão, Cultura e  
Assuntos Comunitários (PROEX)**

Maria Santana Ferreira dos Santos

**Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento  
de Pessoas (PROGEDEP)**

Vânia Maria de Araújo Passos

**Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)**

Eduardo José Cezari

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
(PROPESQ)**

Raphael Sanzio Pimenta

**Conselho Editorial Presidente**

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

**Membros do Conselho por Área**

**Ciências Biológicas e da Saúde**

Eder Ahmad Charaf Eddine  
Marcela Antunes Paschoal Popolin  
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

**Ciências Humanas, Letras e Artes**

Barbara Tavares dos Santos  
George Leonardo Seabra Coelho  
Marcos Alexandre de Melo Santiago  
Rosemeri Birck  
Thiago Barbosa Soares Willian  
Douglas Guilherme

**Ciências Sociais Aplicadas**

Roseli Bodnar  
Thays Assunção Reis  
Vinicius Pinheiro Marques

**Engenharias, Ciências Exatas e da Terra**

Fernando Soares de Carvalho  
Marcos André de Oliveira  
Maria Cristina Bueno Coelho

**Interdisciplinar**

Ana Roseli Paes dos Santos  
Ruhena Kelber Abrão Ferreira  
Wilson Rogério dos Santos

**Presidente do Selo Editorial do PPGHispan**

Prof. Dr. Vasni de Almeida (UFT)

**Membros**

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho (UFT)  
Prof. Dr. Vítor Hugo Abranche de Oliveira (UFT)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Êça Pereira da Silva (UFT)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Célia Padovan (UFT)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Melo Guimarães (UFT)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keides Batista Vicente (UEG)  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gelson Weschenfelder (FEEVALE)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	6
PREFÁCIO .....	8
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DE FONTES HISTÓRICAS DO ARQUIVO DIOCESANO DA CÚRIA DE PORTO NACIONAL .....	10
A ATUAÇÃO DE RELIGIOSOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA REGIÃO DA DIOCESE DE PORTO NACIONAL NO FINAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1978-1985).....	28
UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O BISPADO DE DOM JAIME COLLINS NO ANTIGO NORTE GOIANO: 1960 A 1999.....	48
JUAREZ MOREIRA FILHO E AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO TOCANTINENSE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA E DA LITERATURA.....	61
PRÁTICAS POPULARES DE CURAS E O ESPAÇO DO MÉDICO FRANCISCO AYRES DA SILVA NO SERTÃO BRASILEIRO (1900 – 1930).....	80
“AGORA NÓIS É QUILOMBO, MAS NOSSA RAIZ É A MESMA”: DE CAMPESINATO A TERRITÓRIO QUILOMBOLA, A HISTÓRIA NARRADA DA BARRA DA AROEIRA .....	92
<b>Referências</b> .....	102
UM APERITIVO DA HISTÓRIA DE NATIVIDADE (1872-1920).....	106
O PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL INDÍGENA XERENTE (PROCAMBIX): METAS DAS AÇÕES SOBRE CULTURA .....	125

## APRESENTAÇÃO

Vasni de Almeida  
George Leonardo Seabra Coelho

Este dossiê traz à público pesquisas realizadas por discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHispan. Trata-se de estudos sobre o envolvimento de religiosos e religiosas católicas junto aos pobres da terra no Tocantins, sobre a formação da Diocese de Porto Nacional; sobre as práticas de ordens religiosas no interior desse estado. Aqui estão reflexões sobre os Xerente e Comunidade Barra do Aroeira. Há ainda estudos sobre as memórias sobre o sertão tocantinense e sobre as curas e práticas médicas quando Tocantins ainda era norte goiano. Cá estão também leituras históricas sobre a formação populacional e econômica do município de Natividade.

Os capítulos do dossiê seguiram uma mesma estrutura proposta pelos organizadores. Os autores e autoras, inicialmente, apresentaram a composição geral das pesquisas realizadas: indicaram as fontes utilizadas; os referenciais teóricos e conceituais necessários às reflexões exigidas para a problematização das fontes; desenvolveram as argumentações propostas nos objetivos; teceram considerações finais a partir das análises realizadas no desenvolvimento dos capítulos. Finalmente, cumpriram aquilo que seria o pilar das pesquisas realizadas: descreveram o que propuseram como produto final.

O PPGHispan, na sua condição de programa de pós-graduação *stricto sensu*, modalidade profissional, deve trazer nos resultados de pesquisas algum tipo de proposta de uso prático do que foi refletido ao longo da construção dos estudos realizados, o que recebe o nome de produto final. Esse produto pode ser uma sequência didática, um projeto de pesquisa, um roteiro de estudos, uma cartilha, um blog, dentre outros. Trata-se de oferecer diversas possibilidades de uso das fontes, tanto para o ensino das populações amazônicas nas escolas quanto para a organização de espaços de memória amazônicos. Os produtos finais podem ser aplicados em salas de aula por professores, e por gestores em bibliotecas, museus e arquivos públicos e privados. Em 2021 foram defendidas no programa mais de 10 dissertações trazendo diversas propostas de produtos finais. Assim, com a publicação deste dossiê, o PPGHispan espera contribuir para a divulgação de diversas possibilidades de estudos a serem promovidas

por redes de ensino, unidades escolares, bem como por bibliotecas, arquivos e museus do Estado do Tocantins.

## PREFÁCIO

A Amazônia ocupa um lugar privilegiado na história. Seu conceito ultrapassa o de riquezas naturais, poderosos afluentes ou pulmão do mundo. Ela é a “totalidade de uma região geográfica e histórica, movida por uma coerência interna” (THIÉRIION, 2019, p. 10). Escrever sua história e de suas populações como objetiva esta coletânea “[...] não se limita a favorecer a compreensão de um povo em sua dimensão geopolítica e cultural; significa também defender valores democráticos e humanistas, defender a diferença, a pluralidade étnica e cultural como bens alienáveis da humanidade [...]” (THIÉRIION, 2019, p. 13).

Os textos desta coletânea foram produzidos por discentes e docentes do Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins e resultam das dissertações orientadas, defendidas e aprovadas. Narram a história de uma peculiar Amazônia: sertaneja, tocantinense e de considerável diversidade cultural e étnica. Apresentam um produto final, como exigência do mestrado profissional, o que torna a coletânea enriquecida de propostas para o ensino de história das populações amazônicas na educação básica, de ideias que incentivam a educação patrimonial, a formação histórica-pastoral de agentes eclesiais, a história regional, a história de povos originários e de roteiro para produções jornalísticas.

*Leituras históricas sobre populações tocantinenses*, organizado por George Leonardo Seabra Coelho e Vasni de Almeida, professores reflexivos e pesquisadores comprometidos, vinculados ao curso de História e ao PPPHispan, proporcionam elucidativas investigações que revelam e fazem pensar a Amazônia tocantinense.

Documentos eclesiásticos registram fatos e acontecimentos que extrapolam o interesse da Igreja e perpassam aos interesses da sociedade; memórias seculares e eclesiásticas permitem registrar o testemunho de agentes observando a ‘história dentro da História’ ampliando as possibilidades de interpretação do passado. Assim, os três primeiros capítulos deste dossiê narram a atuação de agentes emblemáticos para a história do catolicismo tocantinense: Dom Alano Maria Du Noday, Dom Celso Pereira de Almeida, religiosos da Teologia da Libertação e Dom Jaime Collins.

É impossível falar de populações tocantinenses sem levar em consideração a categoria ‘sertão’ que os capítulos quarto e quinto desta coletânea enfatizam. São memórias sertanejas expressas a partir da literatura regional e de práticas populares de curas e atuação médica: Juarez Moreira Filho, literato do sertão e Francisco Ayres da Silva, médico do sertão.



Os povos originários do sertão tocantinense foram negligenciados por séculos: genocídios, conflitos, demarcação de terra, impactos ambientais. No entanto, estes povos – indígenas e quilombolas –, com suas particularidades culturais marcantes e uma resistência esperançosa são objeto de análise e reflexão na continuidade deste dossiê (sexto e sétimo capítulo): a história narrada da Barra da Aroeira e a compensação ambiental entre os indígenas Xerente.

O último capítulo destaca a cidade de Natividade, a mais antiga do território tocantinense. De fato, um aperitivo sobre a histórica e mística cidade é oferecido aos leitores: suas origens, povoamento, costumes e cultos, religiosidades e festas, economia e política são elementos que a descrevem no período entre 1872 e 1920.

Os textos que compõem este dossiê desenterram riquezas e nos levam a compreender um pouco mais sobre o território e as populações tocantinenses sob diferentes perspectivas de investigações que ensinam e que estimulam a continuidade destas pesquisas.

Agradeço a generosidade dos organizadores pelo convite e a oportunidade da leitura desta coletânea. Recomendo aos leitores a imersão e a reflexão em cada um dos textos destas *Leituras históricas sobre populações tocantinenses*.

*Prof. Dr. César Evangelista Fernandes Bressanin*

*Porto Nacional-TO, maio de 2023.*

## **Referência**

THIÉRION, Brigitte. Prefácio. In: SOUZA, Márcio. História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

## **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DE FONTES HISTÓRICAS DO ARQUIVO DIOCESANO DA CÚRIA DE PORTO NACIONAL**

Regina Célia Padovan<sup>1</sup>  
Rafael Machado Santana<sup>2</sup>

O presente texto tem como objetivo contribuir com o debate no campo do ensino de história, em especial, sobre a educação patrimonial como proposta pedagógica, a partir do acervo documental da Cúria Diocesana de Porto Nacional, no Tocantins, abordado numa pesquisa mais ampla, na forma de uma dissertação de mestrado, concluída no ano de 2019<sup>3</sup>.

A elaboração e o desenvolvimento do estudo resultaram, entre outras significativas contribuições, a proposição de um produto final e sua materialização na forma de transferência à sociedade, sobre o conhecimento e a partilha dos saberes produzidos ao longo da pesquisa. No caso em apreço, o destaque à educação patrimonial vincula-se por um lado, na proximidade entre a educação superior e a rede pública de ensino através do envolvimento de docentes e alunos, e por outro, fortalece no âmbito das leituras e reflexões, a importância da história local como ponto de referência aos estudos sobre identidade, populações e instituições.

Para melhor exposição sobre a educação patrimonial e o trato com a documentação e as fontes históricas, dividimos o presente texto em três momentos: no primeiro, expomos de maneira breve, o contexto histórico do norte de Goiás, nas primeiras décadas do século XX, com enfoque para a história da Diocese de Porto Nacional e da representação da Igreja Católica, com destaque os seus dois primeiros bispos, os dominicanos Dom Domingos Carrerot e Dom Alano du Noday. No segundo momento, detalhamos o trabalho de leitura, separação e classificação dos documentos, no acervo da Diocese de Porto, no exercício interpretativo da história e das fontes e sua redistribuição no espaço (CERTEAU, 2000). Por fim, num terceiro ponto, direcionamos para a atividade prática, quanto às etapas do estudo sobre educação patrimonial, em especial, da compreensão dos estudantes sobre a importância da documentação, quanto às informações, suporte e preservação. De forma unívoca, a história local constitui um

---

<sup>1</sup> Professora Associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Docente do curso Licenciatura em História e do Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas – Campus de Porto Nacional.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em História – Universidade de Brasília (UNB) – Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História das Populações Amazônicas (UFT) – Campus de Porto Nacional.

<sup>3</sup> A dissertação referida tem como título “Particularidades, narrativas e práticas diocesanas no Norte de Goiás (1936-1966)”. A mesma fez parte do programa de Pós graduação em Mestrado Profissional em História da Populações Amazônicas”, da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional.

elo significativo na problematização entre identidade e memória, potencializando a reflexão histórica exigida (REZNICK, 2010).

### **A Diocese de Porto Nacional: as trajetórias de Dom Domingos e Dom Alano**

A vinda dos dominicanos para o Norte do de Goiás possibilitou à região uma organização e solidificação do catolicismo institucional. Sem o trabalho da Ordem Dominicana, Porto Nacional, como qualquer outra cidade de maior porte da região, não teria condições econômicas e estruturais para edificar um bispado. Por conseguinte, os religiosos dominicanos se destacaram como responsáveis pela fase estrutural da Igreja Católica e da formação da Diocese de Porto Nacional.

A presença dominicana em Porto Nacional foi frutífera. Os anos que antecederam a criação da Diocese de Porto Nacional, ocorrida em 1915, foram de intensa atuação desses missionários. O ambiente religiosos, cultural, humano e educativo que padres e freiras semearam em Porto Nacional, transformou esta cidade num centro de referência para todo o antigo Norte de Goiás e regiões circunvizinhas. Foi com os dominicanos que começou um trabalho mais obstinado na formação do povo tocantinense [...]. Assim, a escolha de Porto Nacional para sediar a nossa diocese a ser criada deveu-se ao fato de existir ali um terreno preparado, sólido e de uma grande riqueza religiosa e cultural, que possibilitaria lançar as bases de mais uma parcela da Igreja Romana no sertão de Goiás (BRESSANIN 2012, p. 34).

Portanto, foi após os trabalhos dos religiosos dominicanos que se viabilizou a criação da Diocese de Porto Nacional em 1915. Tendo sido nomeado, cinco (5) anos mais tarde, o seu primeiro bispo, Dom Frei Domingos Carrerot, também da Ordem dos Dominicanos, o qual nasceu em Pamiers, sul da França, no dia 1º de junho de 1863. De maneira apressada, vinte (20) anos depois, em 1883, após concluir os estudos de Teologia e Filosofia fez seus votos perpétuos, entrando para Ordem e, ordenando-se sacerdote no ano de 1886.

O jovem frade Domingos, assim como outros religiosos franceses, desejavam ser missionários no Brasil. “As notícias epistolares dos primeiros pioneiros eram lidas com avidez. Cada novo grupo que embarcava para o Novo Mundo suscitava naqueles que ficavam uma santa e ardente inveja” (AUDRIN, 2007, p. 55). Sem demora, em 1887, Frei Domingos foi enviado para o Brasil, ficando um tempo no Rio de Janeiro e depois três anos em Uberaba, “sempre com expectativas de seguir para o sertão de Goiás” (BENÍCIO, 2015, p. 25). Contudo, como salienta o autor, “o grande desejo de Frei Domingos era na verdade a missão em Porto Nacional, em meio aos sertanejos [...]. Tal sonho se realizou em 1891 quando recebeu ordens de seu superior para seguir para a missão de Porto Nacional” (BRESSANIN, 2012, p. 34).

Dentre as principais ações de Dom Domingos, temos as contínuas realizações de desobrigas por todas as regiões de sua extensa Diocese, assim como o início das obras de

construção do Seminário São José, já recrutando candidatos ao sacerdócio, o que era de suma importância devido à escassez no número de padres. “Apesar de humildes condições de existência, o Seminário São José mereceu os elogios de Roma e da Nunciatura; sobretudo depois de instalado” (AUDRIN, 2000, p. 230). Dedicou-se, também, de forma ininterrupta, a evangelização e missão com os povos indígenas do norte goiano, como frade e bispo, tanto na Prelazia de Conceição, como na Diocese de Porto Nacional,

Como bispo continuou o seu trabalho missionário agora voltado mais para os indígenas. Continuou participando normalmente da vida conventual, do coral, das refeições com os frades, vestindo o hábito dominicano, sem palácio, sem residência particular, sem cúria e sem secretaria. Era um frade bispo. Apenas após muita insistência aceitou usar as insígnias episcopais: a cruz peitoral e o solidéu. Continuou as suas incessantes jornadas em busca das numerosas ovelhas espalhadas pelos vastos recantos da diocese (SANTOS, 1996, p. 54).

Além disso, Dom Domingos, para ajudar na manutenção econômica do Seminário São José, criou a fazenda “Benfica”, com o intuito de fornecer alimentos, servir como espaço de lazer, retiros e colônia de férias para o clero. “Nosso bispo ao voltar das laboriosas peregrinações apostólicas, gostava de ir descansar umas semanas em “Benfica”. Eram passeios maravilhosos a cavalo, a procurar buritis, mangabas, bacabas, cocos e outras tantas frutas deliciosas do Norte” (AUDRIN, 2000, p. 231). Dom Domingos fica no governo da Diocese de 1921 até a sua morte em 1933, ficando em vacância o episcopado até 1936, com a nomeação de Dom Alano Maria du Noday.

A realidade interiorana do Brasil no início do século XX necessitava de indivíduos com disponibilidade para desenvolver ações corajosas e propensos a assumir desafios diversos em face à escassez de recursos humanos e materiais. Até mesmo quando a Diocese de Goiás foi elevada à arquidiocese, em 1933, o arcebispo ainda procurava atrair sacerdotes e congregações religiosas para assumir paróquias em todo o território (MENEZES, 2011, p. 376). Neste cenário, o jovem Alano<sup>4</sup>, antecipadamente, parecia vislumbrar sua nova função, almejando ser missionário em terras brasileiras, renunciando a uma vida confortável na Europa, tanto sua condição familiar estável e até mesmo abdicando de possíveis cargos que poderia vir a ter na própria Ordem Dominicana quando ainda era frade.

Desde o recebimento do hábito em 1922, Frei Alano dispôs-se a seguir a vida religiosa de modo sereno e efetivo. A missão no Brasil, quando analisamos sua *Carta Pastoral* de 1936 e biógrafos, <sup>5</sup>parecia ser o último passo de sua caminhada, e assim o foi. No entanto, não como

---

<sup>4</sup> Com a morte de Dom Domingos, a Diocese de Porto Nacional ficou sem bispo por volta de três anos.

<sup>5</sup> Os biógrafos referem-se, principalmente, a Piagem e Souza (2000), e outros que, de maneira sintética, apresentam relatos da vida pessoal e religiosa de Dom Alano, como Maya (2002) e Benício (2015).

frade e sacerdote, mas como bispo, e isso não estava nos seus planos. Em 19 de março de 1936, o frade Alano foi chamado pelo Núncio, Dom Aloísio Mazella, o qual proferiu sua escolha como bispo de Porto Nacional, e de maneira rápida, após uma breve pausa e avaliação, o aceita de prontidão e obediência.

Esta minha nomeação para o Bispado de Porto Nacional modificou completamente a minha vida: foi a ruptura com o passado, das minhas perspectivas de futuro cheias de dificuldades, de responsabilidades pesadíssimas, e isto de uma maneira tão imprevista, que me foi necessário um certo tempo para eu me reencontrar, avaliar a situação e encarar o dever de frente [...]. Se me fosse permitido abrir-lhe a minha alma, eu lhe diria que desde o dia em que recebi este fardo tão pesado, me acho esmagado menos pelo peso das dificuldades e da responsabilidade do que pela impressão do isolamento e vazio, de insegurança. Não me vejo mais, como outrora, apoiado, sustentado, dirigido e protegido pela Ordem. Agora compreendo melhor o que é a graça da Ordem, a força e a segurança que ela oferece (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 34).

Os dois trechos citados são de Alano ao Frei M. S. Gillet, O.P. Os documentos apresentam como foi a reação inicial diante a nova função eclesial, assim como nos possibilita imaginar o tamanho do fardo do cargo episcopal e, no seu caso específico, por ser indicado para uma Diocese do interior, recém erigida,<sup>6</sup> e com diversas deficiências pastorais e administrativas. Outro ponto importante, é que a partir de sua sagração episcopal, ele passou a ter uma autonomia completamente inexistente na função de frade. Dom Alano, a partir dali, tornou-se um dos bispos mais jovens do Brasil, com apenas 37 anos de idade.

Dom Alano tinha pressa em chegar ao seu novo campo de trabalho, aos seus almeados sertões missionários. Três dias após a Ordenação Episcopal, partiu para Uberaba, onde foi juntar-se a Frei Pedro de Souza para seguirem juntos com destino ao Norte de Goiás, hoje Tocantins (PIAGEM; SOUSA, 2000, p. 39).

Nesse novo caminhar a ser trilhado pelo recém ordenado, a sua função por si só já estabelecia um itinerário a ser seguido e as possíveis prerrogativas para suas ações como o novo bispo de Porto Nacional. A função de bispo é mesclada em autoridade e autonomia, claro, dentro das possibilidades impostas pelo *Código de Direito Canônico*<sup>7</sup>. Ele passa a ser responsável por um território e pelas almas ali existentes, com efeito, pela vida espiritual e moral de uma população. Na prática, o poder espiritual é designado e concentrado nas mãos do bispo diocesano, cabendo a ele toda responsabilidade de maneira direta e indireta neste território geográfico. Diante disso, a chegada de Dom Alano se esbarra a uma realidade distinta a europeia, com uma dinâmica própria, agitada e ainda passando por transformações, no que diz respeito às relações entre o Estado e a Igreja.

---

<sup>6</sup> A Diocese de Porto Nacional tinha 21 anos de existência na chegada de Dom Alano Maria Du Noday.

<sup>7</sup> Trata-se de um agrupamento de normas jurídicas que regulam toda hierarquia eclesial e fiéis leigos da Igreja Católica Apostólica Romana.

Ademais, nesse contexto, o episcopado brasileiro, de maneira contínua, trabalhava para estabelecer um lugar de credibilidade na sociedade brasileira e, mesmo o Estado não acatando parte de suas solicitações e exigências, eram conscientes “que somente através de uma colaboração mútua a instituição eclesiástica poderia readquirir o antigo prestígio junto a nação” (AZZI, 2008b, p. 100).

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim, conseguia o que percebia como sendo interesses indispensáveis a Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo (MAINWARING, 2004, p. 43).

Destarte, outro elemento considerável para pensarmos, é o prestígio do episcopado perante a sociedade que já não era mais o mesmo do período anterior a República. A condição ideal e a real do episcopado brasileiro, ou seja, o que a Santa Sé definia ser um bispo e de como os fiéis deveriam se comportar diante dele, variava dos grandes centros para o interior. A realidade brasileira política e social da década de 1930 diferenciava-se significativamente do período Colonial e Imperial e, apenas na liturgia, que os bispos mantinham uma aparência de grande prestígio e pomposidade. “Utilizando as roupas típicas dessa dignidade eclesiástica, com longas capas de cauda, com brasões e títulos de excelência, sendo saudados pelos fiéis e pelo clero, mediante o ósculo do anel, em atitude genuflexa” (AZZI, 2008a, p.578). Assim sendo,

Tanto a falta de riqueza efetiva como a diminuição do conhecimento oficial de sua dignidade contribuíram para que o episcopado se apresentasse como uma aristocracia decadente, num ambiente republicano onde emergiam, pouco a pouco, os novos valores burgueses e democráticos, com padrões de vida cada vez menos protocolares (AZZI, 2008a, p.578, grifo nosso).

No entanto, o termo decadência que Azzi (2008a) utiliza não quer dizer algo definitivo e generalizado, mas uma comparação ao grau de dignidade anterior do episcopado que não poderia sequer ser questionado pela sociedade em geral, a não ser pelo próprio Imperador devido a questão do Padroado. Neste momento histórico, teremos uma readequação perante concorrências para ocupar os lugares de prestígio, poder e influência dentro do campo religioso, entre instituições diferentes e até forças que defendem a sua abolição por completo da influência social e política, apoiados na defesa de um estado laico. “Não obstante, o processo de democratização acentuada que ocorreu no país após o término da Segunda Guerra Mundial, os bispos continuaram, no âmbito católico, a serem objetos do mesmo culto áulico” (2008a, p.580).

A obra de Mainwaring (2004, p. 43), vai indicar a adoção de uma postura conservadora como resultado desses embates, gerando uma posição favorável à Igreja Católica dentro da

sociedade. Diferente ao seu status anterior, mas ainda como uma instituição significativa e distinta.

Através do modelo de cristandade, A Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, o modelo de neocristandade era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. Por volta dos anos 30, a instituição havia revertido sua decadência.

Em contribuição a isso, “dentro da própria sociedade brasileira, essa mesma ideia era inoculada em todos os que recebiam educação católica, no sentido de assumirem uma posição de total subserviência diante das autoridades episcopais” (AZZI, 2008a, p.580). Na disputa pelo campo religioso, a Igreja Católica devido sua atividade secular no Brasil conseguiu um posto muito além das demais instituições religiosas do período republicano. Uma sociedade nascida e instruída pelos preceitos católicos não poderia desvincular-se tão rápido e, ainda, deixar de prestar culto e veneração às personalidades eclesiásticas que continuavam ativas na sociedade.

Continua o autor:

Não era fácil a mudança na mentalidade, pois na vida social o bispo era visto principalmente como uma figura ornamental, cuja presença era oportuna para dar maior brilhantismo às solenidades. Assim sendo, parte expressiva das atividades episcopais consistia em participar das festas de padroeiro nas paróquias, das solenidades de fim de ano e formatura nos colégios católicos, nas vestições e profissões religiosas de conventos (2008a, p.581).

A concepção adotada pela Igreja Católica no Brasil, seja pastoral, teológica, missionária ou qualquer outra, e seu relacionamento com os governos, mesmo sendo guiados por normas da Santa Sé, não asseguravam uma conduta de obediência completa por parte da Igreja no Brasil em sua forma de atuar e de se relacionar com a sociedade e governo. Precisamos entender que estamos tratando de uma instituição secular, tradicional e heterogênea<sup>8</sup> que perpassa momentos e cenários opostos e muitas vezes parece estar atuando em lados concorrentes. Uma instituição que é ativa nos enredos historiográficos, mas que ao mesmo tempo se remodela, se transforma e é influenciada no tempo e no espaço onde se localiza.

As análises da Igreja ou de um movimento da Igreja não deveriam considerar suas transformações como resultados diretos e inevitáveis de mudanças históricas mais amplas, nem negligenciar o impacto das mesmas. Precisamos compreender a auto-identificação da instituição como se expressa através de seu discurso e de suas

---

<sup>8</sup> O termo heterogêneo aqui utilizado, tem a ver com as diversas intencionalidades existentes na Igreja Católica, às vezes voltadas às elites, outras aos pobres. Nas palavras do próprio Mainwaring (2004, p. 52), “a Igreja brasileira sempre foi um tanto heterogênea e, através de sua história, muitos líderes acreditaram que a Igreja devesse renunciar aos privilégios e alinhar-se aos pobres. Escrevendo em 1899, padre Júlio Maria, figura proeminente e de ponta, argumentava: “Como no resto do mundo, só existe duas forças no Brasil: a Igreja e as massas (...) O clero não pode, nem deveria, trancar-se em santuários e contemplar o povo à distância. (...) Sua missão deveria ser de mostrar aos fracos, aos pobres, aos proletários, que são eles o povo preferido pelo Mestre Divino.”

práticas, assim como as mudanças sociais que possam alterar essa identidade (MAINWARING, 2004, p. 26).

Como, então, Dom Alano se relacionava e enxergava seu governo na prática em um mundo moderno condenado pela Igreja oficial, e tendo que se relacionar com o ele? O panorama da Igreja Católica no Brasil republicano é intenso e apresenta uma diversidade de elementos que precisavam se adequar ao ideal que a Santa Sé desejava e compreendia ser o melhor para a construção do reino de Deus no mundo<sup>9</sup>. A atuação de Dom Alano se enquadrava neste sentido, quase que militarmente, na conversão para o estabelecimento de uma sociedade verdadeiramente Católica, Apostólica e Romana. Os embates seriam imprescindíveis e quase que desejados pela Igreja, lembrando seus tempos áureos do cristianismo primitivo de lutar o bom combate<sup>10</sup>. E ainda, em relação ao âmbito interno, uma ritualização forte e contínua acompanhava as ações práticas e,

A partir da romanização do Catolicismo brasileiro e até os anos 50, a Igreja encarou a fé como um processo interno para manter um contato íntimo com Jesus Cristo dentro do sentido devocional. Até mesmo as manifestações externas da fé eram estritamente religiosas: atendimento à missa, a prece, a observância dos sacramentos, a contribuição monetária para a Igreja e a observância de uma ética católica moral na vida familiar e nas relações pessoais. A Igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía essa fé devota e encorajava o culto à personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder (MAINWARING, 2004, p. 44).

A ritualização e devoção interna é uma característica marcante, ainda mais por ser simultânea nas novas relações da Igreja Católica no Brasil com o Regime republicano. Mesmo sendo resistente e contrária ao “mundo moderno” - com ideais heréticos -, ao mesmo tempo, teria que se relacionar com ele sem ser contaminada. Um processo interno que gerou uma estrutura conservadora, arraigada nos preceitos do Concílio de Trento, mas que não poderia sustentar a Igreja de forma isolada aos acontecimentos do século XX. É neste ponto, portanto, que Dom Alano começa seu governo no bispado de Porto Nacional, em uma realidade de embates morais entre o mundo temporal e espiritual.

### **O caminhar da pesquisa: estudos e discussões teórico-metodológicas**

A demarcação do espaço da pesquisa realizada se direciona ao território original da Diocese, partindo do município sede e tendo como marco temporal o ano de sua criação (1915),

---

<sup>9</sup>A definição de Agostinho para a cidade de Deus era aquela voltada aos ensinamentos do cristianismo. Dessa forma, todos aqueles que viviam conforme os mandamentos eram de fato pessoas boas e conscientes que buscavam viver na virtude e não no pecado.

<sup>10</sup> Trecho bíblico utilizado comumente por missionários: “Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé. Agora me está reservada a coroa da justiça, que o Senhor, justo Juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas também a todos os que amam a sua vinda” Timóteo 4:7-8.



analisando os seus processos de desdobramentos até a década de 1960. Sobre o marco temporal, partimos da instalação do bispado de Dom Alano Maria du Noday (1936-1976), a partir de dois motivos: o primeiro está relacionado a publicação da carta pastoral de Dom Alano (1936), em que a Diocese traçou seu primeiro plano pastoral oficial. Tomando como base esta fonte, observamos que foi no segundo bispado que a Igreja Católica se expandiu institucionalmente para todas as localidades do norte do Estado de Goiás.

O segundo motivo, está direcionado aos trabalhos de pesquisa realizados sobre os dominicanos e o histórico da Diocese, sendo os principais, identificados pelos estudos em forma de dissertação, como o de Edivaldo Antônio dos Santos, sob o título *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil* (1996) e o de Cesar Evangelista Fernandes Bressanin, com o título *Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás* (2015).

Ambos analisam, principalmente, a atuação dos dominicanos que estavam ativamente trabalhando antes e durante o governo do primeiro bispo da Diocese, Dom Domingos Carrerot (1921-1933). Portanto, entendemos que há a existência de uma lacuna, especificamente, sobre a gestão do segundo governo episcopal e os anos que se seguiram após a saída dos frades dominicanos (1944).

O limite temporal da pesquisa restringe-se ao ano de 1966 devido à análise dedicar-se, em seu último capítulo, das fundações de novas circunscrições eclesiais, as prelaças de Tocantinópolis (1954), Cristalândia (1956) e Miracema (1966). E neste cenário, pontuamos os limites das reflexões aqui tratadas, ficando arriscado abarcar a diversidade de movimentos e mudanças posteriores a essas fundações, inclusive devido ao tempo e acesso aos arquivos. Deixamos, assim, para outras pesquisas.

Para melhor compreensão do desenvolvimento da Igreja Católica no norte de Goiás, partimos da leitura de teses, dissertações e monografias que se assemelham à problemática da nossa pesquisa. Além disso, é claro, dos estudos bibliográficos referentes aos livros que tratavam sobre o contexto da Igreja Católica no Brasil, no estado de Goiás e sobre as estratégias do catolicismo brasileiro nos fins do século XIX e primeira metade do século XX. Desta maneira, duas obras muito importantes deram, inicialmente, as motivações do presente estudo, a saber: a primeira, *Entre Sertanejos e Índios do Norte* (2007), de autoria do Frei José Audrin trazendo a biografia de Dom Domingos Carrerot, o qual, na sua contextualização, possibilita enxergar o norte goiano no anteceder e nos primeiros anos da Diocese; e a segunda obra, intitulada *Dom Alano: o missionário do Tocantins* (2000), dos padres Pedro Pereira Piagem e

Cícero José de Sousa que descrevem o governo episcopal de Dom Alano, entre 1936 até sua morte em 1985.

Dentre os trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) merecem destaques a tese de doutorado de Maurício de Aquino, intitulada *A modernidade republicana e a diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)*; a dissertação de José Luiz de Castro, *A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1724-1824)*; a tese de Benvinda Barros Dourado, *Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional*; a tese de Cid Olival Feitosa, *Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação* e a dissertação de Maria de Fátima Oliveira, *Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*. Todos os referidos estudos contribuíram significativamente para uma leitura da Igreja Católica, do estado de Goiás, em especial, do Norte goiano, de Porto Nacional e da atuação dos dominicanos.

Perante o exposto, as leituras dos trabalhos nos encaminharam para algumas indagações sobre a real condição e estruturação da Igreja Católica no Estado de Goiás, em fins do Império, até todo o período de análise indicado. A vista disso, levantamos algumas hipóteses a serem investigadas antes mesmo de iniciarmos as visitas ao acervo da Cúria Diocesana, na cidade de Porto Nacional. Refletir sobre as hipóteses, os questionamentos, antes da pesquisa em campo é primordial para o trabalho de investigação. Neste aspecto, Ricoeur (2000, p. 188) nos aconselha, ainda, que

As noções de questionamento e de questionário são, assim, as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental. É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos. Marc Bloch, mais uma vez, é um dos primeiros, em oposição aos teóricos que ele chamava de positivistas e que preferimos chamar de metódicos, como Langlois e Seignobos, a advertir contra o que considera uma ingenuidade epistemológica, a saber, a ideia de que poderia existir uma fase número um, em que o historiador reuniria os documentos, os leria e ponderaria sua autenticidade e veracidade, após a qual viria a fase número dois, em que os utilizaria.

Em colaboração ao estudo de outras pesquisas e diante dos questionamentos apresentados, procuramos uma bibliografia básica sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica a partir da proclamação da República e, também, sobre o estado de Goiás. Destacamos as obras de Sérgio Micelli, *A elite eclesiástica brasileira* (1985) e de Riolando Azzi e Klaus Grijp, intitulada *História da Igreja no Brasil* (2008). As duas obras nos possibilitaram a compreensão do cenário político e sua relação com a Igreja Católica no Império e na República. E, quanto a necessidade de compreender a mentalidade eclesial no referido período, além de encíclicas papais, tivemos a colaboração da obra de Ney Souza e Paulo Sérgio Lopes,

*Catolicismo e sociedade contemporânea do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II* (2013). Para o estado de Goiás, o destaque para o livro, segundo volume, *História eclesiástica de Goiás* (2011), de Áurea Cordeiro Menezes, que proporcionou, detalhadamente, o desenvolvimento do catolicismo na região.

Nossa linha de pesquisa concentrou-se no campo da História Cultural, no empenho de historicizar o objeto de pesquisa proposto, levando em consideração as disputas, embates e contrastes de poder entre os campos políticos e religiosos, priorizando os processos de romanização, missão e diocesanização. Utilizamos como leitura as contribuições significativas do sociólogo Pierre Bourdieu, na categoria de "campo". Para uma interpretação das particularidades evidenciadas pelas fontes sobre a região e suas representações, foram utilizados os referenciais de leitura dos historiadores franceses Roger Chartier e Michel de Certeau.

A aplicação do conceito de campo aqui utilizado, permeia as disputas que se desenrolam em todo o desenvolvimento do texto, evidenciando-se nas relações entre o campo político e religioso, entre Igreja Católica e a instauração do Regime Republicano, e em diante, com o Estado Novo. Assim como, as disputas dentro do próprio campo religioso, a partir da chegada e crescimento de denominações cristãs e de novas religiões que adentram ao Brasil, chegando ao interior do País. Portanto, sujeitos e instituições disputam espaços que os interessam. Nesta linha, Bourdieu (2008, p. 50) explica que:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura e da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja a necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservação ou a transformação de sua estrutura.

E ainda, sobre a caracterização do conceito, afirma o autor, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1998, p.08). Sob essa ótica que

O campo de poder (que não deve ser confundido com campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão [...] (2008, p. 52).

Nesse sentido, a Igreja Católica conseguiu estabelecer uma relação de trocas com o Estado, invertendo seu *status* de ex-religião oficial para apoiadora de governos na República. Pôde assim silenciar ou propagar valores sociais e políticos, contribuindo para a ordenação da vida pública. Em troca, garantiu privilégios que a colocou diante das outras denominações cristãs e de outras religiões, como uma instituição singular, tendo acesso direto às autoridades e, mantendo frações de seu status do antigo regime. Conforme afirma Bourdieu (2011, p. 70):

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a ‘neutralização’, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia.

E com o objetivo de esmiuçar o cotidiano, perceber as inquietações dos sujeitos responsáveis pela expansão do catolicismo na região do Norte de Goiás, tal como os afetados, seja por meio da pastoral ou dos processos institucionais, a história cultural nos fornece uma base para fundamentação e construção de nossa análise, em relação às leituras e interpretações do objeto e os diversos atores envolvidos. Neste sentido,

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (CHARTIER, 1982, p.17).

Diante da nova configuração imposta para o catolicismo nos finais do século XIX, quando seu monopólio religioso foi quebrado, tanto pela laicização do estado, como pela aberta concorrência religiosa, ou mais especificamente, na missão e diocesanização em Goiás, a Igreja Católica buscou diversas alternativas para enfrentar as novas circunstâncias para sua atuação. Neste contexto, utilizamos a categoria de estratégia de Certeau (1994) quanto a leitura das táticas do catolicismo em se reinventar diante das adversidades, assim explicadas pelo autor:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica”

procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios (1994, p. 99).

A classificação da pesquisa se direciona para um processo de explanação, descrição - de cunho bibliográfico e documental -, a partir de um movimento de aproximação às narrativas construídas, num exercício de identificação do lugar social da Igreja através do lugar de fala dos sujeitos, autores dos documentos. E através das representações e das práticas construídas (CHARTIER, 1982) pelas descrições nos documentos, o propósito está em identificar as formas de atuação e as sociabilidades dos elementos responsáveis, direta e indiretamente, pelo desenvolvimento da Igreja Católica na região norte de Goiás.

Quanto às fontes da pesquisa, destacamos o projeto "*A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos*", realizado pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, com apoio da própria Cúria Diocesana de Porto Nacional. As atividades se concentraram nos arquivos da cúria diocesana, bem como do Museu Histórico Cultural de Porto Nacional, fazendo a catalogação de, aproximadamente, dois mil documentos de um número em torno de quinze mil. Com a disposição dos dados apresentados pela página do referido projeto, foi possível o levantamento de hipóteses, novos olhares sobre o material e outras análises diante do que ainda não foi trabalhado e explorado. Para as muitas perguntas, muitas respostas poderiam ser encontradas.

### **Considerações finais**

A Diocese de Sant’Ana (Goiás) utilizou dos trabalhos dos religiosos dominicanos na busca de sanar as diversas ausências que sua pastoral não conseguia resolver no interior. Já no primeiro bispado, Dom Domingos Carrerot pôde, apesar ainda dos grandes desafios de logística e pela falta de sacerdotes, continuar com uma pastoral que não se distanciava muito da realidade de seus predecessores dominicanos. No entanto, Dom Domingos fundou o Seminário São José, que foi um diferencial significativo no futuro de sua Diocese.

Adentrando ao segundo bispado, a figura de Dom Alano ganha destaque diante o nosso objeto de pesquisa - constituição histórica da Diocese de Porto Nacional e seu desenvolvimento entre os anos de 1936 a 1966 – devido a escolha de nosso período de pesquisa está centrado dentro de seu governo, como já explicitado na introdução deste trabalho. A chegada de Dom Alano ao Brasil em 1933, se confunde, ao menos em nossas análises, ao contexto político e social que o país estava passando, influenciando na postura e no plano de governo do segundo bispo de Porto Nacional.

Diante disso, por meio dos estudos desenvolvidos para elaboração da pesquisa de mestrado, tivemos acesso ao significativo acervo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, nos oportunizando a pensar, não somente o texto dissertativo, mas também, problematizar e produzir ações educativas que oportunizem a aprendizagem da história. Por meio das análises das fontes documentais, tanto da Cúria, como de outros acervos e pesquisas, conseguimos fazer leituras de narrativas que estão além de uma história eclesiástica, que possibilitam, nas suas entrelinhas, informações sobre grupos, populações da região.

Portanto, baseando-nos na problemática de Fratini (2009), priorizamos o arquivo e o colocamos à disposição da comunidade escolar, por meio de uma metodologia participativa. Ao invés de uma exposição ou simples visita ao acervo, é invertido o processo. O estudante é convidado a ser ativo, inserindo-se, de maneira consciente no processo de aprendizagem, analisando, criticando e comparando as fontes, e ainda, com a contribuição e objetivos da Educação Patrimonial.

É necessário rever esse conceito, posturas e discutir sobre esse assunto no meio arquivístico, entre os profissionais da área e nos cursos de especialização e graduação. Difusão pode ter uma conotação estendida para além da objetividade inerente a esse termo arquivístico, e subjetivamente – dentro da realidade, prioridades e limites de cada instituição – buscar uma maior abrangência de resultados com programas e ações de cunho educativo (2009, p.05)

De maneira geral, o produto ou proposta final, oriundos da pesquisa e que apresentamos a seguir, tem como intuito o trabalho com o acervo documental da Cúria Diocesana de Porto Nacional a partir da metodologia da educação patrimonial, com o objetivo de despertar nos estudantes a valorização do patrimônio cultural. Acreditamos que a formação histórica, por meio das fontes documentais, possibilita refletir temas correlatos como cultura, memória, identidade, patrimônio material e imaterial, assim como amplia a construção de olhares para uma história de dentro, que dialoga com as interfaces do local, regional e nacional. A ativa participação dos estudantes no processo da pesquisa e da interpretação histórica, contribui na propagação de uma educação cidadã e consciente da diversidade sobre o conhecimento produzido.

### **Produto final**

Em referência às fontes, a pesquisa utilizou como principal enfoque de leitura e análise o material disposto em arquivo, ou seja, um conjunto de registros e documentos localizados no arquivo institucional da Cúria Diocesana de Porto Nacional, no Estado do Tocantins. Logo, nossas fontes principais são de natureza primária, na hipótese como documentos ainda não

utilizados em outras pesquisas ou que não foram totalmente explorados. Encontramos documentos de cunho institucional, reveladores do cotidiano administrativo dos bispos diocesanos desde a criação da Diocese (1915) e sua relação com as autoridades da região, do antigo norte de Goiás; compostos em sua maior parte por cartas e ofícios entre sacerdotes e bispos; documentos pastorais e outros registros ainda em processo de catalogação mais detalhada.

Acrescentou-se ainda, fontes imagéticas da Revista Mensageiro do Santo Rosário, órgão oficial de comunicação da Ordem Dominicana no Brasil, publicada mensalmente, a partir de 1896 e dos Arquivos da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas, Belo Horizonte, cedidas pelo Prof. Ms. Cesar Evangelista Fernandes Bressanin, de seu acervo pessoal. Nesta reflexão adverte Ricouer (2000, p.189):

Uma epistemologia vigilante nos adverte aqui contra a ilusão de crer que aquilo a que chamamos fato coincide com aquilo que realmente se passou, ou até mesmo com a memória vivida que dele têm as testemunhas oculares, como se os fatos dormissem nos documentos até que os historiadores dali os extraíssem.

Dessa forma, ao trabalharmos na perspectiva da pesquisa documental disposta em um conjunto de fontes, constituindo um acervo específico, adotamos como procedimento metodológico o trabalho de identificação dos aspectos diversos na implantação da Diocese, tais como: as motivações e justificativas, as contribuições dos atores, as narrativas que favoreceram a manutenção do poder, entre outros elementos particulares, necessários para o alcance dos objetivos.

Defronte ao acervo documental da Cúria Diocesana de Porto Nacional, o qual tivemos acesso limitado e, do número grande de documentos ainda sem catalogação, optamos por priorizar as visitas ao acervo, leituras e análises das fontes, não havendo tempo nem logística suficiente para dialogar com outros arquivos de forma mais efetiva. Soma-se a isso, a oportunidade que nos foi dada pela administração da Cúria que, diante da relevância do arquivo, exigia cuidados e horários específicos para as nossas consultas. Portanto, dentro das circunstâncias, vimos a necessidade de nos dedicar e fazer o possível para historicizar as fontes que nos foram autorizadas, ampliando questionamentos, problemáticas e oportunizando pesquisas futuras.

Diante disso, a nossa proposta se relaciona com a Educação Patrimonial devido Porto Nacional ser uma cidade de destaque cultural dentro do Estado do Tocantins. Contudo, as atividades se expandem para todo o Estado em virtude de ser um patrimônio, em geral, ligado à constituição histórica da antiga região norte de Goiás, relacionando-se as memórias materiais

e imateriais das populações aqui existentes. E, diante disso, as fontes históricas de nossa pesquisa, fazem parte e são significativas na manutenção e valorização desse patrimônio cultural que se expande além das fronteiras políticas e geográficas, por meio do reconhecimento do Centro Histórico de Porto Nacional como um patrimônio nacional no ano de 2008. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o principal órgão responsável pelo Patrimônio Cultural no Brasil, os conceitos para patrimônio material e imaterial são definidos da seguinte forma:

**Patrimônio material:**

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

**Patrimônio imaterial:**

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Com isso, em contraste ao processo contínuo de globalização, atividades e ações voltadas à valorização da história local e regional vem sendo incentivadas, nos âmbitos da memória, cultura e história. Estas, colaboram como “representações da nossa identidade e expressão cultural e histórica, sendo o patrimônio vinculado a uma valorização e preservação dos nossos referenciais identitários, que simbolizam a diferença e a diversidade [...]” (FERRARO; SANTANA, 2015, p.174). E ainda,

Surge, desta forma, a preocupação com o patrimônio nacional e mundial, seja natural ou cultural, que faz com que cada sociedade possa melhor conhecer a si mesma, assim como as relações que ao longo dos anos seus antepassados mantiveram com o meio do qual hoje faz parte e no qual exerce suas formas de subsistência, constituindo-se como fonte de aceitação do diferente, na compreensão cultural de outros povos. Deste modo, esse patrimônio, além de essencial para a coletividade como 'lugar' de memória, torna-se um recurso importante no desenvolvimento da história local e regional (2015, p.174).

Junta-se a isso, a intenção de ultrapassar o âmbito acadêmico, museológico ou arquivístico, e possibilitar o acesso das fontes, consultadas no Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional, à comunidade escolar, em um processo de ensino e aprendizagem que os



tornem capaz de reconhecer a importância dos arquivos, como fontes históricas que guardam a história, não só da Igreja Católica, mas de diversos atores que se relacionam com ela. Para tanto, a metodologia da Educação Patrimonial possibilita que os estudantes sejam os protagonistas na busca da aprendizagem, por meio da descoberta e investigação do objeto cultural e histórico. E ainda, sobre o trabalho com o arquivo:

No sentido de dar acessibilidade às informações contidas nos documentos, a difusão se mostra função obrigatória e implícita aos arquivos. Porém, essa não presume atividades sistematizadas e muito elaboradas relativas à educação patrimonial. É comum entre os arquivistas valorizar a difusão e os instrumentos de descrição, pois não há dúvida de que é vital para um arquivo a existência desses serviços. Contudo, parece haver certa resistência em relação à questão da educação patrimonial por parte dos arquivistas brasileiros de maneira geral (FRATINI, 2009, p.05).

O grupo alvo (estudantes) das atividades deverá, com as devidas orientações, se engajar na busca de alternativas de conscientização da comunidade do entorno escolar, problematizando e colocando em prática os objetivos da educação patrimonial. Tal proposta possibilitará adquirir uma consciência crítica e cidadã do seu papel social, de modo a criar um ciclo de valorização do patrimônio cultural local, regional e nacional. As atividades propostas serão guiadas pela metodologia de Educação Patrimonial de autoria da pesquisadora Evelina Grunberg (2007), sendo apresentada em quatro etapas:

**1. Observação:** Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado. **2. Registro:** Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo. **3. Exploração:** Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados. **4. Apropriação:** Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Diante do exposto, e ao final da pesquisa, temos como intenção produzir um material destinado ao ambiente escolar, bem como disponibilizado no espaço de visitação na sede da Diocese, colaborando assim, no processo ensino aprendizagem e na contribuição com a educação patrimonial já desenvolvida em espaços do centro histórico da cidade de Porto Nacional. O produto materializado seria uma cartilha ou livreto que apresente, de maneira

didática, a expansão da Igreja Católica no norte de Goiás, seu desenvolvimento, influência e relações com as populações da região.

## Referências

AQUINO, Mauricio de. **A Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890- 1923)**. Tese (Doutorado em História). UNESP: Assis, 2012.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008b.

BENÍCIO, Edmilson Costa. **Diocese de Porto Nacional – 100 anos: fé, história, perspectivas**. Porto Nacional: ReM Gráfica e Editora. Ed 1. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e campo do poder. In. \_\_\_\_\_ **Razões práticas: sobre a teoria e ação**. Tradução de Mariza Corrêa. 9. Ed. Campinas: Papyrus, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CASTRO, José Luiz. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1724-1824)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. 2015. Tese. (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1982.

DOURADO, Benvenida Barros. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

FEITOSA, Cid Olival. **Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação**. 2011, Tese, 201 p (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2020.

FERRARO, Juliana Ricarte; SANTANA, Rafael Machado. A Culinária como Patrimônio Cultural, um relato de experiência do PIBID de História Porto Nacional (TO). In: AIRES, Berenice Feitosa da Costa et al. **Relatos de experiência em iniciação à docência PIBID/UFT**. Palmas, TO: UFT/EDUFT, 2015, p. 174.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **História - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, vol. 1, ano 2009. São Paulo.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

**IPHAN**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>. Acesso em 05 de jun. 2021.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAYA, Antonio Luiz. **Reminiscências Eclesiásticas e Sacerdotais**. Goiânia: UEG, 2002.

MENEZES, Áurea Cordeiro. **História eclesiástica de Goiás**. Goiânia: Ed. PUC/Goiás, 2011.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

SANTOS, Roberto Souza (Orgs). **Ensaio de geografia e história do Tocantins**: para uma interpretação crítica. Palmas: Nagô Editora, 2012.

SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea**. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

PIAGEM, Pedro P.; SOUSA, Cícero J. de. **Dom Alano: o missionário do Tocantins**. Goiânia: Autores, 2000.

REZNIK, Luis. História local e práticas de memória. In: PEREIRA, Junia Sales. **Produção de materiais didáticos para diversidade**: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar. Belo Horizonte/ Brasília. UFMG/SECAD, 2010, p. 89-110.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 188-192.

**A ATUAÇÃO DE RELIGIOSOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA REGIÃO  
DA DIOCESE DE PORTO NACIONAL NO FINAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR  
(1978-1985)**

Janildes Curcino Sarzêdas<sup>11</sup>  
Vasni de Almeida<sup>12</sup>

**Introdução**

---

<sup>11</sup> Mestre em História das Populações Amazônicas pela Universidade Federal do Tocantins, UFT. Professora da Educação Básica do quadro geral do estado do Tocantins, Docente da Escola Estadual Coronel José Francisco de Azevedo.

<sup>12</sup> Docente do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Porto Nacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, UFT.

A dissertação que defendemos no âmbito do PPGHispam e que deu origem a esse capítulo foi estruturada da seguinte forma. No primeiro, analisamos as contribuições dos autores que nos ajudam a compreender a Teologia da Libertação – (TL), na perspectiva da polarização entre os países ricos e os pobres, por meio da Teoria da Dependência (TD), tanto na sua vertente weberiana quanto na marxista. Ao analisar os processos das economias nacionais da América Latina, na sua relação como o mercado mundial, procurou-se evidenciar que a TL nasceu como sendo um mecanismo de luta em busca da superação da situação de pobreza ocasionada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, e assim compreender a motivação que levou teólogos, padres, pastores, sociedade civil e uma boa parcela da classe média latina a se envolverem na luta pela igualdade de direitos entre ricos e pobres na América Latina, no Brasil e particularmente na Amazônia. A ideia do capítulo é apontar como a partir de um conjunto de estruturas se pensam algumas práticas. Seguimos a pista dada por Chartier (1988) ao escrever que

[...] em todos os casos, trata-se de ir até as estruturas, não através da construção de diferentes séries, depois articuladas umas com as outras, mas a partir de uma apreensão simultaneamente pontual e global da sociedade considerada, dada a compreender por meio de um fato, de uma existência, de uma prática (1988, p.77-78).

No segundo capítulo apresentamos discussões acerca da representação do termo pobre, além de apontar quem é o pobre na Teologia da Libertação. Procuramos mostrar que, em se tratando de Igreja Católica, é preciso compreender que existe a estrutura oficial da Santa Sé e as ações dos bispos, padres e leigos dessa mesma Igreja, o que se pode verificar nos reflexos dos movimentos de libertação e no enquadramento do movimento teológico libertário no pontificado de João Paulo II. Para Löwy (1991, p.91)

[...] o cristianismo da libertação não é apenas uma continuidade de alguns momentos anticapitalistas da Igreja tradicional, mas a criação de uma nova cultura religiosa que expressava as condições específicas da América Latina naquele momento.

Mesmo com as críticas e acusações de que os teólogos da LT estavam correndo um sério risco ao associarem-se ao marxismo, os teólogos Leonardo e Clodovis Boff (2010, p.44-45) responderam: “o marxismo não é tratado como uma matéria em si mesmo, mas sempre da sua relação e em relação ao pobre. Uma vez que os teólogos da libertação questionam Marx: O que você pode nos dizer sobre a situação de pobreza e sobre os meios para superá-la?”.

No terceiro capítulo, analisou-se como a Igreja Católica historicamente se posicionou em relação aos pobres, e de que forma uma ala considerável dessa instituição deu uma guinada ao abandonar a posição do poder e se posicionou ao lado do pobre. Nesse tópico, apontamos o

contexto de desenvolvimento da TL no Brasil, apresentam-se ainda as vozes proféticas que mesmo diante das críticas internas e externas da Igreja e do regime militar, posicionaram-se diante da sociedade brasileira e do mundo em defesa dos camponeses, pobres, negros, indígenas e outras minorias sociais, em sua maioria atuando na região amazônica. Os chamados profetas da libertação: bispos, padres e leigos que em nome dos ideários de liberdade e direitos humanos, ergueram a voz e por isso foram rechaçados e até assassinados.

No quarto capítulo apontamos para os mecanismos de luta que transformaram os ideais teológicos em práxis libertadora, tais como: Movimento de Educação de Base (MEB); Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs); Centro de Estudos Bíblicos (CEBI); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Centro de Estudos de Ação Social (CEAS) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Movimentos esses que influenciaram ou foram influenciados pela TL. Novamente estivemos atentos aos discursos e práticas dessas organizações, tomando como referência o que Chartier (1988) escreve sobre as práticas móveis. Para o autor:

[...] não há zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica: as coisas não são mais do que as objetivações de práticas determinadas, cujas determinações é necessário trazer a luz do dia (1988, p.78).

No quinto e último capítulo, apresentamos o que disseram e como agiram os que de alguma forma atuaram em afinidade com a TL na Diocese de Porto Nacional. Ao determos sobre as fontes documentais e orais da pesquisa, o fizemos com a compreensão de que uma realidade pode ser conhecida por meio de vestígios, testemunhos e relíquias, que analisadas à luz de metodologias específicas dão sentido às ações dos agentes históricos (AROSTEGUI, 2006). Ao sistematizar as entrevistas com os religiosos, seus depoimentos, bem como realizar leituras de reportagens e testemunhos registrados no arquivo digital do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e nas cartilhas, essas se tornaram “fontes observáveis, a serem copiladas, acomodadas e tratadas sistematicamente de acordo com uma definição prévia e estrita de uma tipologia dos fatos que estamos buscando” (AROSTEGUI, 2006, p. 480). É a partir dessas considerações que verificamos como se deram as intervenções dos defensores da TL na Diocese de Porto Nacional, de 1978 a 1985.

No final da dissertação oferecemos uma proposta de estudo, em formato PDF, como sugestão metodológica para professores de História do 9º ano do Ensino Fundamental, que pode contribuir com o desenvolvimento de conteúdos propostos pela Base Nacional Comum (BNCC) na Unidade Temática: Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1960. A referida proposta favorece o trabalho com o Objeto de Conhecimento: A ditadura civil-

militar e os processos de resistência; A questão da violência contra populações marginalizadas.

O que poderá auxiliar no desenvolvimento das Habilidades:

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar;

(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (BRASIL/BNCC, 2018, p. 431).

O Produto Final da pesquisa trata-se de um roteiro de temas sugestivos a ser pesquisados por alunos de escolas públicas e privadas do estado do Tocantins sobre os conflitos de terras na região. Indicamos ali as metodologias que podem ser empregadas em pesquisas sobre o tema, a fim de se constituir em suporte teórico metodológico aos professores de História do estado do Tocantins e demais interessados na temática.

### **Fontes e metodologias utilizadas na pesquisa**

Para a elaboração desse texto partimos de leituras de livros, teses, dissertações e artigos que se ocuparam em descrever as condições sociais dos pobres do Tocantins, em especial, os trabalhadores do campo, bem como sobre sujeitos históricos identificados com a Teologia da Libertação (TL). Nesse sentido, a obra de Binka Le Breton, “Todos sabiam: a morte anunciada do Padre Josimo” (2000), se faz importante por apresentar a trajetória de luta do padre Josimo Tavares que se tornou um expoente da luta pela vida, amparado nos ideais da TL na região do Bico do Papagaio.

Outro autor que estuda o tema é Moisés Pereira Silva que tem alguns estudos publicados sobre essa temática: no artigo “O trabalho escravo contemporâneo: conceito e enfrentamento à luz do trabalho jurídico e pastoral do frei Henri” (2019), procurou demonstrar o trabalho jurídico-pastoral desse advogado que contribuiu para a reconfiguração do conceito de trabalho escravo, o que repercutiu no campo jurídico e foi fundamental para o desenvolvimento e o aprimoramento de políticas públicas de enfrentamento à exploração dos trabalhadores do campo.

E ainda o artigo “A Igreja, política e questão agrária: a CPT no Araguaia-Tocantins” (2016) trabalho, em que o autor apresenta o envolvimento dos agentes de pastoral das duas Dioceses do então norte goiano (Tocantinópolis e Porto Nacional) nas lutas pela posse da terra; e a Dissertação O Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986) (2011). Obras que apontam

para o trabalho dos membros da CPT Araguaia Tocantins, destacadamente o Padre Josimo e demais agentes da Pastoral da Terra na região do Bico do Papagaio.

Patrícia Sposito Mechi no artigo “Modernização excludente e conflito social na região do Tocantins nas décadas de 1970 e 1980” (2015), mostra o envolvimento da CPT Araguaia Tocantins, de modo particular as ações de Dom Celso bispo da Diocese de Porto Nacional em defesa dos pobres lavradores da região.

Os textos acima indicam atuação de agentes emblemáticos para a história dos sujeitos religiosos atuando numa realidade adversa ao trabalhador do campo e as condições econômicas e sociais que tornaram suas intervenções religiosas necessárias. E são exemplos de trabalhos que analisam e convocam a luta pela reforma agrária e a cidadania popular, assentada na fé bíblica de cristãos católicos que se fizeram presentes do lado dos mais fracos e necessitados. Tais leituras instigaram a pesquisar outros padres e freiras que, a exemplo de Josimo, fizeram a opção pelos pobres da Diocese de Porto Nacional.

Quanto às questões teóricas e conceituais sobre a TL, o estudo está embasado na abordagem qualitativa, com a utilização de procedimentos de pesquisa bibliográfica de autores como Aníbal Quijano (2000), Teotônio dos Santos (1970) (2018), Leonardo Boff (1994, 2010), Gustavo Gutiérrez e Gerhard Muller (2014), Juan José Tamayo-Acosta (1990), Michel Löwy (1991, 2000), Ivo Poletto (1997) e Frei Betto (1985).

Esses autores contribuíram para com a nossa compreensão sobre a associação entre a Teoria da Dependência (TD) e a Teologia da Libertação, com argumentações sócio-políticas e econômicas sobre o processo de exploração dos países desenvolvidos sob os países subdesenvolvidos. Apresentam ainda uma compreensão da aproximação da Igreja Católica com os setores do socialismo e do comunismo ateu. E como essa aproximação provocou um desencadeamento de reações que deu origem a uma série de movimentos de resistência ao capitalismo excludente e as ditaduras latinas.

As fontes documentais para pesquisa se encontram no arquivo digital da CPT, localizado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, na cidade de Goiânia -GO. Nesses arquivos estão guardados recortes de jornais, cartilhas e demais informações que nos auxiliarão na construção da história dos padres e religiosas envolvidos na teologia libertadora. Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra registra, na Revista Conflitos no Campo, os conflitos que envolvem os trabalhadores do campo e as denúncias contra a violência por eles sofrida. Em 1985, a CPT criou um setor de documentação para colher as informações sobre as violações aos direitos humanos no campo e sistematizá-las. A partir de 2013, o setor passou a se



denominar Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. O conjunto de documentos recebe o nome de Fundo Comissão Pastoral da Terra e está organizado na sede da CPT. Utilizamos ainda cartilhas adotadas no método de evangelização dos missionários da TL.

Analisamos também os cânticos e discursos da cartilha “Abra Porta” (2014), do livro de cânticos “Cantar a vida, Cancioneiro do CEBI” (1983) e do livro “Construindo comunidades que libertam” (1981), procurando observar a comunicação entre os emissores dos discursos e os muitos destinatários. Na interpretação desses documentos ficamos atentos ao fato de que a avaliação de um texto como objeto de pesquisa implica na análise do contexto social em que foi escrito e de alguma maneira atribui-lhe sentido. Daí a importância de serem analisados também do ponto de vista das intenções ou motivações dos autores que os produziram.

Para completar as fontes escritas realizamos a leitura do livro de memórias intitulado “Meus trinta anos a serviço das Comunidades de Base no Brasil amazônico”, do padre François Glory (2017), no qual ele relata seus trinta anos a serviço das CEBs na Amazônia de modo particular em Natividade e Pindorama, sede de paróquias da diocese em estudo. Os livros de memórias como fonte de pesquisa em muito contribuíram para desvelar as representações sociais e religiosas sobre uma determinada região.

Foi utilizado ainda questionários e entrevistas<sup>13</sup> com padres diocesanos e com uma religiosa da Diocese de Porto Nacional que atuaram em afinidade com a TL, ou que tenha convivido com o bispo Dom Celso, um defensor da TL na região da Diocese de Porto Nacional. São eles: Mons. Juarez Gomes da Silva; Mons. Jones Ronaldo Pedreira; Mons. Joatan Bispo de Macedo e Freira espanhola Mercedes de Budallés Diez. Essa última de modo especial, por ainda exercer atividades em defesa dos ideais da TL.

Na análise das entrevistas foram utilizados os conceitos chave da história oral, desenvolvido por Paul Thompson, um dos pioneiros na reflexão e na utilização desse método para o registro histórico. O autor defendeu o uso dessa metodologia ao afirmar que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...]” transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos” (1992, p.137). Com as entrevistas e questionários, escrutaram-se as memórias desses religiosos, memórias essas que nos auxiliaram na compreensão da relação estabelecida entre a TL e as lutas e movimentos sociais em busca de direitos na Diocese de Porto Nacional.

## **Religiosos católicos e questão agrária na Diocese de Porto Nacional**

---

<sup>13</sup> Tais entrevistas foram realizadas com as devidas assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Apresentamos aqui uma breve abordagem histórica acerca das participações de religiosos católicos no contexto da questão agrária na Diocese de Porto Nacional nas décadas de 1970 e início dos anos de 1980.

Porto Nacional e sobre a Diocese que recebeu o nome da diocese, ganhou ares de civilidade graças a chegada dos padres dominicanos que trouxeram mudanças relevantes para a sociedade portuense, ao iniciarem um trabalho missionário, social, religioso e educacional. Os estudos apontaram que esses religiosos vieram com o objetivo muito maior do que a simples catequização da população nortense, vieram fundar comunidades, igrejas, escolas, postos de saúde dentre outras instituições.

A Diocese com sede na cidade de Porto Nacional foi criada em 20 de dezembro de 1915. Não obstante a sua longa história, a nossa pesquisa se ateve ao período que compreende aos anos de 1978 a 1985, parte do prelado de Dom Celso Pereira de Almeida (1972-1995). A escolha desse período foi em função da propagação dos ideais da Teologia da Libertação (TL) e seus desdobramentos em ações de apoio aos camponeses que lutavam contra as investidas do agronegócio incentivado pelos governos militares com suas políticas de desenvolvimento da região amazônica.

Analisamos aqui a relação entre a Teologia da Libertação e as práticas dos membros da Comissão Pastoral da Terra – CPT na região da Diocese de Porto Nacional, bem como percorremos a memória de atuação dos padres diocesanos e religiosos da TL na Diocese de Porto Nacional, na intenção de compreender a relação entre suas práticas religiosas e sociais e a construção da democracia.

Através das entrevistas e da análise do material encontrado nos arquivos digitais do Centro de Documentações Dom Tomas Balduino, foi possível encontrar uma forte atuação do bispo da diocese, de padres diocesanos e de religiosos. Inspirados pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência de Medellín (1968) assumiram assim uma opção preferencial pelos pobres, o que se tornou o lema da TL. Engajados em organismos como as Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs, no Centro de Estudos Bíblicos – CEBI e principalmente na Comissão Pastoral da Terra – CPT. Os sujeitos aqui apontados lutaram ao lado dos posseiros da região, ancorados nos ideais de direito a dignidade, terra e trabalho.

A região da Diocese de Porto Nacional no final dos anos de 1970 para início de 1980 passou a ser impactada pelos programas de desenvolvimento da Amazônia implantado pelos governos militares, destacadamente a construção da BR 153, conhecida como Belém Brasília; construção da ponte sobre o rio Tocantins localizada na cidade de Porto Nacional e das

facilidades oferecidas aos latifundiários. A partir de então a região passou a ser atrativa para o grande capital e se tornou palco de diversos conflitos pela terra.

A busca por lucros associada ao desejo de manter o chamado milagre econômico do Brasil, os governos militares investiam pesado em propaganda e isenção fiscal para atrair empresas do agronegócio e grandes fazendeiros para a região. Essas terras por sua vez, eram ocupadas por posseiros: pessoas que viviam na terra devoluta por várias gerações. Produziam uma agricultura de subsistência, criavam algumas cabeças de gado solto nas pastagens naturais e praticavam o extrativismo vegetal e animal.

A prática de expulsão dos posseiros e indígenas das terras para o desenvolvimento da pecuária e agricultura extensiva era comum em quase todo o país, mas foi sentida de forma muito agressiva na região amazônica. No antigo norte goiano não foi diferente. Esse estudo tratou particularmente da ocorrência de conflitos entre grileiros, fazendeiros, autoridades judiciais e políticas em confronto com os posseiros apoiados por padres, religiosos, sobretudo o bispo da Diocese de Porto Nacional. E aponta para conflitos ocorridos em municípios como: Dianópolis, Almas, Natividade, Pindorama, Conceição do Norte hoje do Tocantins, Gurupi e Peixe.

As entrevistas, os recortes de jornais e cartas denúncias encontradas no Centro de Documentações da CPT, apontaram para um forte envolvimento do padre Joatan Bispo de Macedo que, ao trabalhar com a implantação das CEBs na paróquia de Dianópolis e nas cidades agregadas a essa paróquia, foi visto pelos posseiros como um parceiro na luta para permanecerem na terra. O padre afirma que os posseiros quando se viam sob ameaça de serem expulsos, procuravam a igreja e seus representantes para socorrê-los. Revelou-nos que por várias vezes foi procurado para ajudar moradores das fazendas Cabeceira da Mata e Mata Azul que, segundo o padre os posseiros estavam sendo retirados de suas terras por representantes do poder político e judicial da cidade de Dianópolis.

O referido padre tomou partido claramente a favor dos posseiros, agindo assim foi o mesmo que declarar guerra ao poderoso. O padre não agia sozinho, junto a ele atuavam religiosos da Congregação Escravos do Sagrado Coração e alguns outros padres da diocese, sobretudo o Bispo Dom Celso Pereira de Almeida que era o coordenador da CPT Araguaia – Tocantins. Dentre as muitas manifestações de resistência articulada pelo padre destaca-se a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dianópolis, mobilização que provocou revolta das autoridades.

Devido ao trabalho de sindicalização dos posseiros, o padre foi chamado de comunista perigoso. Recortes do Jornal O Popular apresentaram uma denúncia do fazendeiro Arciolino Garcia Moreira acusando o padre Joatan de estar apinhando remanescentes de ligas camponesas para formar guerrilha. O que era justificava pelo fantasma da Guerrilha do Araguaia (1967-1974) que os militares combateram no norte goiano. Além das campanhas de xingamento, calúnia e difamação, o padre Joatan teve que se defender de acusações no tribunal, intimidado por soldados do governo militar e ameaçado de morte. As fontes da pesquisa nos levaram a evidências dessas ameaças nas cartas denúncias do bispo da diocese direcionadas ao ministro da justiça, às comissões pastorais da CPT e a vários jornais de circulação estadual e nacional.

O padre Juarez Gomes da Silva um pouco mais moderado que Joatan, também sofreu com as acusações de associação com o comunismo. O mesmo afirmou que se colocar em favor do pobre no contexto do Brasil militarizado era o mesmo que ser um comunista. E que esses foram tempos bastante difíceis, pois eles enquanto pastores do povo de Deus buscavam auxiliá-los por uma simples questão de solidariedade evangélica que se deve ter para com os que sofrem.

Padre Juarez lembrou ainda que os posseiros que estavam sendo expulsos de suas terras tinham o direito legal de permanecerem nas mesmas, pois a legislação vigente na época, a Lei de Terras ou Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), um marco legal da política fundiária do novo regime promulgado ainda em 1964, estabelecia que aqueles que viviam na terra por um ano e um dia, tinham o direito legal de titular a terra como sua propriedade. E, portanto, aqueles posseiros eram netos, bisnetos dos primeiros moradores e haviam nascido naquelas terras, sendo assim legalmente seus.

Na fala do padre Juarez ficou evidente que alguns políticos, aos quais ele chamou de “espertos” compravam o direito de posse de alguém da família, aí cercava e documentava toda a área de terra onde os demais viviam. Mas o que era mais frequente era a grilagem com o apoio de autoridades judiciais da cidade de Dianópolis que falsificavam documentos e expediam sentenças que favoreciam fazendeiros que eram coniventes com a desocupação das terras, essas eram depois vendidas para investidores do agronegócio vindos das regiões sul e sudeste do país.

A freira espanhola Mercedes de Budallés Diez, também partilhou conosco a sua perspectiva em relação a esse período de nossa história que a amnésia política de nosso país faz questão de esquecer ou negar sua existência. Pelo seu envolvimento com o trabalho realizado pelo padre Joatan nas fazendas Cabeceira da Mata e mata Azul, o apoio e articulação para a criação do sindicato e mobilizações em busca de melhores salários e condições de trabalho dos

professores, a freira foi demitida do cargo de professora que exercia em um colégio da cidade de Almas e vários esforços políticos foram feitos para que a mesma se retirasse da região e até do país.

A mobilização social dessa religiosa, assumidamente uma defensora da TL, foi importante para que as pessoas, sobretudo, as mulheres se organizassem para buscar seus direitos a viverem da terra, a dignidade, saúde e educação. Em um tempo que era proibido reivindicar, essa freira era considerada perigosa e sofrera com as campanhas de calúnias e perseguições por parte dos partidários da Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

O trabalho de missionários europeus nessa região trata ainda com a participação do padre francês François Glory que atuou na paróquia de Natividade e nos povoados vizinhos. Em um curto e atribulado período esse padre por sua forte identificação com a TL e os movimentos de reivindicações sociais, logo ao chegar à nova paróquia em 1979 foi apelidado de Chico e se identificou com o povo pobre e enfrentou os poderosos da região. Por sua atuação junto aos posseiros dos acampamentos Brevidade e Serrinha passou a ser perseguido por pistoleiros, até que sofreu uma emboscada e seu amigo e companheiro de viagem revidou os ataques e matou um dos pistoleiros contratados para matar o padre.

Devido esse ocorrido, o padre precisou de escolta policial para sair do esconderijo, mas foi acusado de arquitetar a morte do seu agressor e ameaçado pelo então prefeito da cidade de Natividade. Como a Igreja não podia garantir a segurança do padre Chico, o bispo da diocese o orientou a ir embora para outra região do país e se afastar um pouco das áreas de conflito. A tentativa de assassinato que acabou com a morte do agressor, foi noticiada em diversos jornais de circulação estadual e nacional, além de carta denunciada CPT enviada a vários jornais franceses.

As fontes que utilizamos para o desenvolvimento da pesquisa nos levaram ainda ao conhecimento de um intenso conflito pela posse da terra no município de Peixe, localizado no sul do atual estado do Tocantins, no qual a CPT e diversos padres da região tiveram participação. A informação sobre esse conflito denotadas na entrevista com o padre Juarez nos levou a buscar mais informações.

Constatou-se em vários jornais da época que a empresa de agronegócio Agropig S/A, teria comprado de um político da região uma área de terra que já era ocupada por cerca de 100 famílias que viviam na região há anos. E que a empresa estaria na ocasião derrubando cercas, queimando casa dos moradores e os expulsando da terra. Os moradores desesperados teriam ido até o pároco que atendia a região, o padre Osterval e esse teria acionado a CPT.

Depois de duas mortes, de um motorista de trator da empresa e de um posseiro de região o conflito que é considerado um dos de maior proporção na diocese, resultou com a vitória dos posseiros, graças ao trabalho do advogado da CPT o francês frei Henri Burin des Roziers e o empenho do bispo Dom Celso.

Mas o conflito só aumentou, pois os pistoleiros da empresa teriam continuado a perseguir e ameaçar de morte o Pe. Osterval e frei Henri. E o bispo teve que comparecer ao tribunal por várias ocasiões para se defender de acusações de subversivo, agitador, articulador de conflitos e possuir associação ao comunismo.

Por meio das informações coletadas, constatamos que o bispo da Diocese de Porto Nacional, Dom Celso Pereira de Almeida em seus 23 anos, como pastor dessa diocese, foi um dos bispos brasileiros a fazer uma opção preferencial pelos pobres e o grande incentivador das ações de defesa dos direitos sociais, principalmente o direito a terra.

### **Considerações Finais**

Investigar os rastros deixados pela Teologia da Libertação no norte goiano, de modo singular, na Diocese de Porto Nacional, levou-nos a adentrar ao contexto social, político e econômico da América Latina, do Brasil e particularmente, de parte da região amazônica, dos anos de 1960 a 1980. Neste período, as sociedades latinas americanas experimentaram o recrudescimento do capitalismo excludente, implantado sob a tutela de regimes ditatoriais militares.

Embora o nosso recorte temporal fosse o período compreendido entre 1978 a 1985, foi preciso recuar no tempo e tecer os fios que levaram uma parcela da Igreja Católica, a mais tradicional instituição religiosa do cristianismo, a distanciar-se até certo ponto do status de detentora das verdades eternas, e abrir-se para o mundo secularizado, lançando mão de pressupostos acadêmicos das ciências sociais. A aproximação entre a ala progressista da Igreja Católica com as análises do marxismo e do socialismo revolucionário possibilitou identificar as nuances e generalidades nos discursos dessa instituição, que ficaram evidenciados na realização do Concílio Vaticano II (1962 - 1965) e na Conferência de Medellín (1968).

A leitura de autores que se ativeram aos estudos da Teoria da Dependência, formulada pela CEPAL, nos anos de 1960, levaram-nos a compreender as contradições do desenvolvimentismo e evidenciou a exploração dos países latinos, levada a cabo pelos países desenvolvidos, à custa do sub-julgamento dos países colonizados às condições de

subdesenvolvimento. Essa realidade incomodou os pontífices João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II e redigiu a encíclica *Pacem in Terris* e Paulo VI que deu continuidade ao Concílio e redigiu a encíclica *Populorum Progressio*. Esses eventos são considerados pelos teólogos da libertação como a base da Teologia da Libertação.

A historiografia sobre o catolicismo latino-americano aponta que, de algum modo, a realização do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín representaram uma guinada da Igreja Católica às origens do catolicismo, o que levou essa instituição a abrir-se aos apelos do laicato e aos pobres espalhados pelo mundo. O estudo desse retorno às origens levou-nos a observar as rupturas e continuidades das práticas de caridade para com o pobre, sobretudo, do posicionamento dos membros da Igreja Católica - bispos, padres, freis, religiosos e religiosas, junto aos pobres, apoiando-os na luta para superar a condição de pobreza.

Para a ala mais conservadora da Igreja Católica, a aproximação da fé cristã católica com o marxismo foi considerada incompatível com os princípios do catolicismo e perigosa, fato que se observou nos escritos oficiais da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, redigida pelo cardeal Joseph Ratzinger, em 1984. Em março deste ano, Ratzinger publicou o documento: *Eu vos explico a Teologia da Libertação* e em junho do mesmo ano Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. Tais documentos foram endossados pelo Papa João Paulo II, que por várias ocasiões tentou amordaçar o dinamismo político social dos teólogos, bispos e padres muito engajados com os ideais revolucionários da TL.

Os esforços do pontificado de João Paulo II para frear o dinamismo político e social que a ala progressista da Igreja Católica empreendeu na América Latina, e particularmente no Brasil, levou ao processo de enquadramento da TL. Nesse pontificado, foi muito comum a intervenção em congregações, o silenciamento de teólogos e nomeações de bispos e cardeais conservadores aos postos da comunidade latina.

No entanto, o final da década de 1970 e boa parte da década de 1980, os princípios da TL já estavam bem enraizados nos organismos estruturados no interior do catolicismo e na sociedade organizada e tinham gerado importantes ações de luta pela redemocratização do país, verificada na criação de comunidades de base, de sindicatos e de órgãos de defesa de camponeses e indígenas. O catolicismo progressista estava encravado em organismos sociais como: MEB, CEBs, CEBI, CPT, CIMI, CEAS, entre outros movimentos que nasceram da mesma inspiração, sobre os quais nos debruçamos no quarto capítulo.

A luta por direitos sociais dos pobres do campo ou da favela, em um tempo de repressão e ausência da democracia, forjou sujeitos históricos que foram reconhecidos pelas populações

pobres como profetas, assim denominados, porque anunciavam a libertação e denunciavam as arbitrariedades das políticas de desenvolvimento impostas pelos governos ditatoriais, bem como as injustiças cometidas pelas grandes empresas do agronegócio, grandes fazendeiros, usineiros e políticos oportunistas que se consideravam donos das terras.

Para analisar as ações do catolicismo progressista, ou da libertação, na Diocese de Porto Nacional, nosso foco na pesquisa, partiu-se da hipótese de que essa região da Amazônia legal, localizada no antigo norte goiano, foi impactada pela expansão do agronegócio, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, e que alguns membros da Igreja Católica dessa diocese agiram afinados com os ideais da Teologia da Libertação na busca de preparar as populações pobres a se contraporem às explorações provocadas por essa expansão.

Durante a pesquisas encontramos uma gama considerável de estudos sobre o engajamento de agentes da TL na CPT, no extremo norte goiano, conhecido como Bico do Papagaio. Todavia, não encontramos muitos estudos sobre o tema quanto à Diocese de Porto Nacional, o que nos instigou a levantar fontes históricas que fizessem emergir práticas ainda não escritas. Percorrer essas histórias foi possível graças aos relatos dos entrevistados, os padres diocesanos hoje monsenhores Jones, Juarez e Joatan. Esse último, um dos mais engajados nas questões, foi citado nos relatos como muito envolvido com a defesa dos direitos a terra, particularmente dos posseiros da região de sua antiga paróquia na cidade de Almas.

A postura aguerrida do padre Joatan Bispo de Macedo ficou evidenciada no enfrentamento às autoridades políticas e judiciais da cidade de Dianópolis em favor dos posseiros das Fazendas Cabeceira da Mata e Mata Azul. Esse padre também se distinguiu pela mobilização em prol da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dianópolis. Por defender os princípios evangélicos e pela opção preferencial pelos pobres foi levado a se defender judicialmente, bem como foi ameaçado de morte por várias ocasiões.

Na entrevista com o padre Juarez, emergiu as ações do padre Osterval e do frei Henri no caso da disputa pela terra no município de Peixe, e como esses religiosos foram resistentes na luta em favor dos posseiros. Graças as ações desses padres, os posseiros ganharam o direito de permanecerem na terra e conseguiram, na justiça, a sua titulação.

A freira espanhola Mercedes de Budallés Diez nos revelou o importante papel desempenhado pelas mulheres missionárias e educadoras, que em nome da escolha em atuar junto aos pobres, ainda que isso lhes custasse expulsão da congregação da qual pertenciam, além das perseguições políticas, campanhas de calúnias e difamações. Em 2021, essa



missionária do CEBI ainda luta para que o princípio defendido pela TL não caia no esquecimento.

Outra fonte de pesquisa utilizada para elucidar as práticas e discursos dos religiosos progressistas na região foram as leituras dos recortes de jornais do período e das cartas denúncias da CPT Araguaia-Tocantins, encontrados nos arquivos digitais do Centro de Documentações Dom Tomas Balduino, com sede em Goiânia. Com a pesquisa documental tivemos acesso ao livro de memória do padre francês François Glory, que nos permitiu observar a influência francesa no desencadeamento da luta por liberdade política e social na região amazônica, e como a curta estadia deste padre na Diocese de Porto Nacional, mais especificamente na paróquia de Natividade, representou um avanço na organização dos posseiros e a resistência contra as investidas dos grileiros de terra.

Por meio das informações coletadas, constatamos que o bispo da Diocese de Porto Nacional, Dom Celso Pereira de Almeida, em seus 23 anos como pastor desta diocese, foi um dos bispos brasileiros a fazer uma opção preferencial pelos pobres e o grande incentivador das ações de defesa dos direitos sociais, principalmente o direito a terra.

Dessa forma, as entrevistas e documentos lidos na pesquisa permitem apontar que: a) Os ideais da Teologia da Libertação foram sentidos de forma significativa na Diocese de Porto Nacional, durante o prelado de Dom Celso Pereira de Almeida (1972-1995); b) As Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra foram os principais braços da TL a abraçar os pobres lavradores, posseiros da região; c) O receio de serem considerados comunistas e subversivos não foi maior do que o sentimento de justiça evangélica dos sacerdotes da região, pois esses enfrentaram os poderosos ao lutar ao lado dos posseiros; d) Nessa parte da Amazônia, religiosos europeus puderam colocar em prática as determinações do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín e seus desdobramentos na Teologia da Libertação.

Assim, compreendemos que os religiosos afinados com a TL, ao atuarem no sentido de resguardar os direitos de indígenas, de agricultores sem-terra, dos quilombolas, entre outros, criaram não só uma narrativa de inclusão social, mas lutaram por ela. Portanto, percebemos esses religiosos como sujeitos do processo democrático e não contrários ao desenvolvimento, como querem deixar transparecer os donos do poder da região.

## **Produto Final**

Essa proposta de estudo tem como alvo subsidiar os professores de História do 9º ano da Educação Básica das escolas públicas e privadas do estado do Tocantins. Constitui-se em uma sugestão metodológica que visa contribuir com o desenvolvimento de conteúdos propostos pela Base Nacional Comum – BNCC, na Unidade Temática: Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946. Busca contribuir para com o Objeto de Conhecimento: A ditadura civil-militar e os processos de resistência; A questão da violência contra populações marginalizadas.

A proposta pode auxiliar no desenvolvimento das seguintes Habilidades: (EF09HI20) e (EF09HI26).

A proposta é composta por uma justificativa do tema a ser desenvolvido junto aos alunos do 9º. Ano do Ensino Fundamental; por um resumo expandido do quinto (5º) capítulo da dissertação, que apresenta a questão dos conflitos agrários, migrações forçadas, mobilização da população em sindicatos dos trabalhadores rurais e a atuação de sujeitos da região da Diocese de Porto Nacional na luta por direitos sociais; por fontes de pesquisas que utilizamos para realização do estudo; por um roteiro de temas que podem ser pesquisados por alunos sobre os conflitos de terras na região; e finalmente por sugestões metodológicas e de leituras.

Para a oferta dessa proposta, partimos do pressuposto de que o ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BNCC)

Essa proposta de estudo se justifica ainda pela necessidade de trazer para as escolas um debate que capacite o estudante do 9º. Ano do Ensino Fundamental a relacionar o objeto de conhecimento ao contexto político econômico do Brasil atual. Marcam esse contexto: a concentração de terras, a violência no campo, a ocupação das áreas do cerrado atingindo populações quilombolas, indígenas e sertanejas são temas que moldam a realidade social do campo, no Tocantins.

Tais temas reacendem a discussão acerca do papel da Igreja Católica enquanto instituição que já atuou (e ainda atua) em defesa dos direitos sociais de indígenas camponeses, e como a história de parte de seus agentes religiosos pode inspirar novos atores sociais na luta por direitos individuais e coletivos das minorias no interior do Brasil. O estudo sobre a atuação de agentes religiosos na defesa dos pequenos da terra permite perceber que as estruturas de poder dominante historicamente encontraram resistência aqui no antigo norte goiano e que de algum modo podem inspirar as novas gerações a não se deixarem levar pelos apelos do capital.

Vivemos um momento em que os fenômenos históricos, que um dia foram estudados quase que exclusivamente pelos historiadores, começam a ser examinados a partir de várias direções, a partir de olhares vindos dos vários lugares e divulgados pelas mídias sociais, cumprem então aos historiadores analisar a contaminação, a manipulação presente nesse processo. (BAROS, 2009). Aos professores cabem instigar os alunos a conhecerem as fontes de estudos usadas para analisar as realidades sociais e propiciar o debate de ideias visando a construção do conhecimento.

Por todas as razões apresentadas, espera-se que essa proposta de estudo sobre o contexto histórico, agrário e religioso tocantinense seja tratada como uma forma de pensar, de indagar sobre as coisas do nosso passado e do presente.

### **Uma proposta prática**

#### **Fontes de pesquisas que podem ser exploradas**

- Recorte de Jornais: O Popular – GO, O São Paulo – SP; O Jornal – GO, contidos nos arquivos da CPT; - Carta Denuncia da CPT Araguaia – Tocantins; - Carta Denuncia do Regional Centro Sul, contidas no Centro de Documentações da CPT; - Livro de memórias do padre François Glory Meus trinta anos a serviço das Comunidades de Base no Brasil Amazônico.; - Livro do monsenhor Jones Ronaldo do Espírito Santo Pedreira, Tocantins: pessoas, lugares, datas e fatos anotações históricas.; - Livro de Janildes Curcino Sarzêdas A atuação de religiosos (as) das Teologia da libertação na Diocese de Porto Nacional entre 1978 a 1985.

#### **Temas que podem ser pesquisados por alunos sobre os conflitos de terras na região**

- Os 21 anos da Ditadura Civil Militar do Brasil;
- A Operação Amazônia e o Plano de Integração Nacional (PIN);
- A Guerrilha do Araguaia
- A resistência Negra e Indígena durante a Ditadura;
- A expansão da pecuária e os conflitos agrários no norte goiano;
- Grilagem e violência contra camponeses.

#### **Sugestões para aprofundamento dos temas estudados**

- Assistir aos documentários e ao filme:
  - *O dia que durou 21 anos*. Roteiro e produção de Camilo Tavares, produzido em 2012 com estreia no Brasil em 29 de março de 2013; Duração de 78 minutos; gênero: Documentário

Nacional. Narra os bastidores do dia 31 de março de 1964 e apresenta a participação dos Estados Unidos na preparação e execução do golpe militar que deu origem a mais longa ditadura da América Latina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uTk8T2fYSIk>.

- *Anel de Tucum*. Dirigido por Conrado Berning; produzido em 1994 por Verbo Filmes; elenco: Cintia Grilo, João Signorelle, Marlene França e Carlos Morais; duração de 106 minutos; gênero: Documentário drama nacional. O anel de tucum significa adesão às causas populares, luta contra a opressão social e o desejo de um mundo mais justo. O que lhe conferiu, logo em seguida, a força de símbolo clandestino de resistência e libertação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=55blfFGeyPc>.

- Filme: *Descalço sobre a terra vermelha*; dirigido por Oriol Ferrer; Formato minissérie em três capítulos; produção de 2012; gênero: biografia, drama e história. O filme conta a história da vida e da luta do bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, ao lado da população marginalizada na luta por direitos em um Brasil militarizado. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/descalcosobreaterravermelha/episodio/por-uma-igreja-da-amazonia>

## **Metodologia**

a) Na primeira aula- o professor, a (o) professora (o) introduz o objeto de conhecimento: A Ditadura Civil Militar do Brasil. Para tanto, utilizar o subsidio do livro didático ou paradidático que contemplem o assunto e apresenta a proposta de trabalho com a temática.

b) Na segunda aula - fazer a contextualização da ditadura no contexto regional: Amazônia, e local: Norte goiano hoje Tocantins. (Com base no resumo do 5º capítulo apresentado, aguçar a curiosidade dos alunos informando como as consequências desse evento de nossa história foi sentido aqui nessa região. Dividir a turma em cinco grupos de modo que cada grupo fique com uma temática, sendo: Grupo 01/ Os 21 anos da Ditadura Civil Militar do Brasil; Grupo 02/ A Operação Amazônia e o Plano de Integração Nacional (PIN); Grupo 03 /A resistência Negra e Indígena durante a Ditadura; Grupo 04 /A expansão da pecuária e os conflitos agrários no norte goiano; Grupo 05 / Grilagem e violência contra camponeses.

Apresentar opções de material de pesquisa em livros e sites na internet. OBS: Os grupos deveram debater os temas entre si, e eleger um representante para que em 12 minutos apresentem uma síntese da pesquisa do grupo para a turma.

c) Na terceira aula: apresentação dos grupos. Após a apresentação o (a) professor (a) agenda, como atividade extraclasse ou combinam um horário alternativo que poderá constar na carga

horária, para assistir ao documentário O dia que durou 21 anos. Isso em função do curto período das horas aulas e da carga horária da disciplina História.

- Aula extra Apreciação do documentário... (Antes de iniciar o documentário o professor deve já ter assistido e pode propor que os alunos se atenham em determinados pontos que poderão ser explorados no debate).

d) Na quarta aula assistir uma parte do documentário O anel de Tucum, e sugerir que os grupos marquem horário para continuem assistir. (Apresentar a sugestão do filme Descalço sobre a terra vermelha).

e) Na quinta aula a promoção do debate (que pode ser avaliativo para motivar os alunos). Questões motivadoras que podem ser disponibilizadas com antecedência: 01. Qual o papel da Igreja Católica em relação a Ditadura Civil Militar do Brasil? 02. O ideal de desenvolvimento econômico implementado pelos governos militares favoreceu a grande maioria da população brasileira? 03. Que justificativa tiveram as lutas por direitos políticos e sociais no Brasil? 04. Comente as causas e consequências da expansão agropecuária no norte goiano. O professor poderá elaborar mais questionamentos de acordo o objetivo da proposta.

f) Na sexta aula o (a) professor (a) propõe suas considerações sobre o debate e apresenta a proposição da produção de texto a partir do tema: A quem pertencem as terras do Brasil?

O (a) Professor (a) poderá montar uma pequena comissão para avaliação dos textos, formada por 03 (três) pessoas: ele ou ela, um professor de letras e um coordenador pedagógico. Essa comissão poderá avaliar todos ou apenas os já selecionados pelo professor responsável. A comissão deverá escolher os três melhores textos para ser apresentado à comunidade escolar em formato de Podcast.

g) Na sétima aula, apresentação dos resultados dos textos e avaliação do objeto de conhecimento. Perfazendo um total de sete aulas dentro do horário e duas atividades extraclases, em horário alternativo.

Sabe-se que com apenas duas horas de aula semanal os professores de história ficam limitados na exploração da criatividade no trabalho de desenvolvimento de habilidades tão importantes para a formação de seres humanos mais crítico, consciente que contribuam com a construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. Mas, precisamos desafiar espaço e tempo para bem cumprir o nosso dever enquanto historiadores, que tem como missão fazer lembrar o que os interesses particulares nos que fazer esquecer.

## **Referências**

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa Histórica: teoria e método/ tradução: Andréa Dore**, Bauru, SP, 2006. 592 p.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória** – uma relação na confluência entre tempo e espaço. Artigo publicado em. MOUSEION, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. P 35-67. Disponível em:

[file:///C:/Users/USER/Desktop/Downloads/Historia\\_ememoria\\_uma\\_relacao\\_na\\_conflu.pdf](file:///C:/Users/USER/Desktop/Downloads/Historia_ememoria_uma_relacao_na_conflu.pdf). Acesso em 09/08/2020.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 4ª ed., 1981. Livro e PDF. Disponível em:

[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro\\_betto\\_o\\_que\\_e\\_cebs.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf)>. Acesso em 12/03/2020.

BOFF, Leonardo & BOFF Clovis, **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2010. 140 p.

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 184 p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 1988/ Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª edição, Memória e Sociedade, DIFEL – Difusora Editorial. Alges Portugal, 2002. Livro em PDF, 244 p. Disponível em:

[https://www.academia.edu/1218377/A\\_hist%C3%B3ria\\_cultural\\_entre\\_pr%C3%A1ticas\\_e\\_representa%C3%A7%C3%B5es](https://www.academia.edu/1218377/A_hist%C3%B3ria_cultural_entre_pr%C3%A1ticas_e_representa%C3%A7%C3%B5es)> Acesso em 09/02/2020.

GLORY, François. **De François, por Francisco, a Chico: meus trinta anos a serviço das comunidades de base no Brasil amazônica (autobiografia)**. 1ª ed. Gráfica e Editora América, 2017, 476 f.

GUTIÉRREZ, Gustavo & MULLER, Gerhard Ludwig. **Ao lado dos pobres** – Teologia da Libertação; (tradução Paulo F. Valério) São Paulo: Paulinas 2014. 165p.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Vozes, Petrópolis, 1979. 328p.

LE BRETON, Binka. **Todos Sabiam, a morte anunciada do Padre Josimo**. São Paulo: Loyola, 2000. 196p.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 256p.

\_\_\_\_\_. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000. 271p.

MECHI, Patrícia Sposito. **Modernização excludente e conflito social na região do Tocantins nas décadas de 1970 e 1980**, artigo publicado na revista Textos & Debates, Boa Vista, n.25, p. 117-129, referência 2014. Publicação 2015. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefoxd&q=MECHI%2C+Patr%C3%ADcia+Sposito>. Acesso em 07/04/2020.

POLETTI, Ivo. **A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da História da CPT.** In: Secretariado Nacional da CPT. A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997. 215 p.

QUIJANO, A. “**Colonialidad del poder y clasificación social**”, Journal of World-System Research. 2000 (2): 342-386. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=QUIJANO%2C+A>. Acesso em 28/02/2020.

SILVA, Moisés Pereira da. **O Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986).** Goiânia: UFG, 2011. Dissertação de mestrado.

\_\_\_\_\_, **O Padre Josimo Moraes Tavares e as lutas de classe nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986).** Artigo, 2011, p.20. Disponível em: <https://www.google.com.br/mosico100@gmail.com>. Acesso em 02/02/2019.

\_\_\_\_\_, **A Igreja, política e questão agrária: a CPT no Araguaia-Tocantins.** Artigo publicado no Congresso Internacional de História: Novas epistemes e narrativas contemporâneas, 27 a 29 de setembro de 2016. UFG Regional Jataí – GO. 21p. Disponível em: <[www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1469564016\\_ARQUIVO\\_TRABALHOCOMPLETO-IGREJA, POLITICAEQUESTAOAGRARIA.pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1469564016_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO-IGREJA, POLITICAEQUESTAOAGRARIA.pdf)> acesso em 12/04/2020.

\_\_\_\_\_, **O trabalho escravo contemporâneo: conceito e enfrentamento à luz do trabalho jurídico e pastoral do frei Henri Burin des Rozières.** Artigo, revista Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 32, nº 66, p. 329-346, janeiro-abril 2019, acesso em 22/06/2020.

TAMAYO-ACOSTA Juan José. **Para comprender La Teología de La Liberación.** Navarra: Editorial Verbo Divino, 1990, 295p.

## UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O BISPADO DE DOM JAIME COLLINS NO ANTIGO NORTE GOIANO: 1960 A 1999

Luciene de Sousa Ribeiro<sup>14</sup>  
Marcos Alexandre Santiago Arraes<sup>15</sup>

### Introdução

Este artigo foi elaborado a partir da dissertação<sup>16</sup> desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas, doravante PPGHispan, concluída em 2021, cujo objeto de estudo foi investigar e registrar a trajetória de dom Jaime Collins (1921-2002), assim como os desdobramentos históricos e sociológicos de sua ação no antigo norte de Goiás, no período de 1960 a 1999. Dom Jaime foi um missionário redentorista irlandês que viveu estes 39 anos no Brasil, sendo 33 como bispo da Diocese de Miracema do Norte/Tocantins.

Sempre me inquietou a dissonância entre a lacuna existente sobre o bispo Collins fora do âmbito da Igreja Católica e a manifestação de pessoas, por meio da oralidade, que temiam que suas memórias sobre o bispo caíssem no esquecimento. Tal preocupação foi expressa também em um artigo de opinião por ocasião de sua morte que foi publicado no *Jornal do Tocantins* (ANDRADE, 2002).

Tais questões advém também de um olhar de testemunha, pelo fato de eu ter pertencido a uma região atendida pelos missionários redentoristas e, inúmeras vezes, durante minha infância, uma vez por ano, a casa paterna (na zona rural de Lizarda) ser um dos pontos de apoio desta missão em comento. Posteriormente, atuei por cinco anos (1991 - 1996) como secretária de dom Jaime, o que também me possibilitou observar parte dos feitos evidenciados no decorrer da pesquisa. Portanto, apesar das contribuições recebidas do meu professor orientador e dos arguidores da minha banca de qualificação e defesa, é possível que o leitor ainda encontre algumas marcas subjetivas na narrativa. É nesse sentido que a abordagem é a História Imediata, pelo fato desta pesquisadora está inserida na história do investigado. De acordo com Barros

---

<sup>14</sup> Mestra em História das Populações Amazônicas, professora da Secretaria Municipal de Educação de Palmas - TO. E-mail: luciene.ribeiro@mail.uft.edu.br.

<sup>15</sup> Docente do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Porto Nacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, UFT.

<sup>16</sup>Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/>, e em <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37249-uma-investigacao-historica-sobre-o-bispado-de-dom-jaime-collins-no-antigo-norte-goiano-1960-1999>, último acesso em: 21.11.2022.



(2004), a História Imediata é um campo historiográfico no qual o historiador se relaciona com o objeto do qual ele está inserido. Ele não é apenas um analista do discurso dos outros, mas é ele mesmo um produtor de testemunhos, não apenas um sujeito que examina os atores sociais do passado, mas é também um ator. Para esse autor, “é participante ativo no fluxo que será examinado – surgem como fontes privilegiadas os testemunhos orais – já que os atores da história examinada estão ainda vivos e atuantes e que negligenciar seus depoimentos seria um desperdício irreparável” (2004, p. 146). Nessa mesma direção, o autor ressalta que essa premissa de identificação entre historiador e ator social torna a História Imediata alvo de cuidado, haja vista o próprio historiador ser o produtor de um discurso que fará parte das fontes, cuidados estes que procurei tomar no decorrer do capítulo, deixando, contudo, transparecer um tanto da subjetividade testemunhal ainda que como questão de estilo.

Considerando o exposto até aqui, nesses últimos anos, realizei uma ampla pesquisa com o intuito de registrar a trajetória do missionário Collins, com receio de que ela se perdesse para sempre.

Nesse sentido, participei em 2016, da V Jornada de Estudos Irlandeses, promovida em parceria com a Associação Brasileira de Estudos Irlandeses (ABEI) e a Universidade Federal do Tocantins - *Câmpus* de Porto Nacional, onde apresentei um pôster com as minhas intenções de pesquisa. Com as contribuições significativas recebidas, despertei-me para a possibilidade de uma pesquisa no âmbito acadêmico, que foi concretizada por meio do PPGHispan.

Esclarecemos que não se trata de uma história religiosa, e sim da história da religião. Tais estudos têm crescido significativamente, concomitantemente com outras áreas, como a história cultural e a história social, visto que, trabalhando com determinado grupo religioso, vislumbra-se conhecer suas práticas religiosas e sociais, seus ritos, dentre outros aspectos, assim como dos sujeitos envolvidos nesse mesmo contexto.

Vale lembrar que a dissertação que gerou esse capítulo foi estruturada em seis capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. A narrativa busca elucidar a trajetória do bispo, fazendo o “cruzamento das informações” obtidas tanto nas fontes escritas quanto nas fontes orais (PORTELLI, 2016), sem deixar de lado a problematização destas, visto que ambas são construções humanas, portanto carece passar pelo crivo da análise e da interpretação.

### **Os caminhos da pesquisa histórica sobre um religioso**

Concernente à pesquisa documental, recorreremos aos arquivos nos seguintes lugares: (i) Paróquia São Pedro, em Pedro Afonso - TO, onde iniciou a missão no norte goiano; (ii)

Congregação Redentorista, em Fortaleza – CE (AVPF), onde ele fundou a sede da missão no Brasil; (iii) Diocese de Porto Nacional (ACPN), a quem pertencia esta primeira paróquia; e (iv) Diocese de Miracema do Tocantins (ACM), onde exerceu todo o seu bispado e viveu 33 anos dedicados ao Brasil. As fontes encontradas foram cartas, atas, relatórios diversos, livros tombos, livros de crônicas. Também, utilizamos a obra *Pinceladas de uma caminhada*, edição interna, que reúne depoimentos dos próprios redentoristas que viveram os primeiros 25 anos da missão no Brasil, assim como a obra *A Vice-Província Redentorista de Fortaleza: Jubileu Áureo 1960 – 2010*, uma edição comemorativa dos 50 anos de atuação destes missionários redentoristas irlandeses no Brasil.

Da mesma forma, analisamos alguns jornais da época, nos quais encontramos ocorrências sobre o pesquisado, a saber: *Jornal Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense*, *Jornal do Tocantins*, *Jornal do Comércio* e *Revista Manchete*, disponíveis na hemeroteca, uma biblioteca virtual. Além das pesquisas documentais já mencionadas, realizamos entrevistas com sete pessoas, juntamente com dois depoimentos recebidos via e-mail, que nos ajudaram a clarear a história do pesquisado.

O estudo está ancorado no arcabouço teórico metodológico dos seguintes estudiosos: 1) Certeau (1982) e Veyne (1998), no que tange ao procedimento da pesquisa historiográfica e acerca da escrita da história; 2) Burke (1991) e Le Goff (1990), para compreensão da pesquisa sob a perspectiva da “nova história”; 3) Pollak (1989) e Meneses (1992), com seus estudos sobre história e memória e; 4) Portelli (2016) e Meihy (1996) sobre a história oral, dentre outros.

Certeau (1982), em sua abordagem na obra *Escrita da História*, sinaliza que as perspectivas teóricas e os procedimentos metodológicos das investigações historiográficas modernas apresentam questões que intuem reflexões no modo de produção do conhecimento adotado nas academias. Para este historiador, a historiografia se articula entre um lugar, uma prática e uma escrita e é trabalho do pesquisador transformar as fontes de pesquisa (documentos, dados, vestígios) em texto escrito. Esse trabalho com as fontes exige que o pesquisador as questione e formule problemas.

De acordo com Burke, “a base da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (1991, p. 10), portanto, deve-se ocupar também da análise das estruturas e atentar para os acontecimentos.

Houve o tempo em que se pensou que os livros históricos tinham como característica o fato de apresentar personalidades marcantes da sociedade, bem como temas específicos de interesse da época. Contudo, a partir da evolução destes estudos, assim como da sociedade, são

ampliados os recursos tanto de análise quanto de investigação. Desse modo, abriu espaço para a historiografia moderna. Os historiadores conseguiram dar novo sentido à maneira de trabalhar a história e os acontecimentos pertinentes a ela, sobretudo sob o viés cultural e social.

Nessa perspectiva, avaliamos as repercussões e, ainda, as implicações que ocorreram no meio social e cultural, visto que, estudando os fatos históricos, em determinados locais e épocas, reconstruímos fatos importantes da história do missionário dom Jaime Collins.

Para Menezes, “A História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História” (1992, p. 23). Nesse mesmo sentido, de acordo com Pollak (1989),

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (1989, p. 9).

A seguir apresentamos um resumo do conteúdo desenvolvido nos seguintes capítulos da dissertação, informação importante para a compreensão do capítulo: Da ilha esmeralda ao cerrado brasileiro, A missão dos redentoristas irlandeses em terras brasileiras, A atuação dos bispos do Regional Centro Oeste no antigo norte goiano e Atuação das religiosas no bispado de dom Jaime. Apresenta-se ainda o percurso teórico metodológico utilizado. Da mesma forma, o produto final que se trata de uma proposta didático pedagógica, conforme prevista no regimento do programa de mestrado, ou seja, um guia prático para arquivista no âmbito da Igreja Católica.

### **O protagonismo de Jaime Collins na Diocese de Miracema do Tocantins**

No capítulo intitulado Da ilha esmeralda ao cerrado brasileiro, buscamos contextualizar o início da trajetória do bispo irlandês antes da sua chegada ao Brasil, ao norte goiano, após várias solicitações de dom Alano du Noday, bispo de Porto Nacional à época. Mesmo que houvesse um apelo especial do papa João XXIII, proferido em um discurso em Roma no dia 25 de março de 1960, aos superiores das congregações religiosas a fim de que enviassem, com urgência, missionários para a América Latina, nessa data, a vinda dos missionários irlandeses já estava encaminhada. Nesse referido discurso, o papa chega a dizer que “...O momento presente exige de todos um determinado programa de ação; Talvez amanhã seja tarde...” (VATICANO, 1960, p. 4). Conhecemos também um pouco da congregação a que este pertencia, o objetivo do fundador, Santo Afonso de Liguori (1696-1787), ao fundá-la em 1732. Vimos que tal objetivo foi contemplado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que reivindicava uma

igreja mais próxima do povo e também se tornou a linha mestra da atuação do bispo ao assumir a Prelazia de Miracema do Norte.

É importante esclarecer que o Concílio Vaticano II trouxe significativas mudanças para a Igreja Católica no mundo inteiro. Em seu discurso de posse em Miracema, em 1966, dom Jaime já sinalizou que pretendia desenvolver sua missão nos moldes deste Concílio, e isso foi perceptível em suas ações no que tange à inserção das religiosas e dos leigos nos trabalhos pastorais, bem como o engajamento em favor dos pobres.

O Concílio é considerado um marco histórico para a Igreja Católica. Em conformidade com Barros (2011), o “Concílio é uma reunião de todos os bispos do mundo para renovar a Igreja e colocá-la em diálogo com a humanidade”. Nesse mesmo sentido, ele cita: “Até hoje, esse acontecimento marca a vida da Igreja porque a tornou mais simples, mais atualizada e aberta a tudo o que é humano” (2011, p. 27).

A missão dos redentoristas irlandeses em terras brasileiras trata-se de um capítulo bem extenso através do qual conhecemos a realidade do antigo norte goiano, começando por Pedro Afonso, cuja paróquia assumida pertencia à Diocese de Porto Nacional e possuía uma enorme área, principalmente na zona rural. Discorreremos sobre as primeiras missões, conhecidas como “desobrigas”, grande parte em lombos de animais, as reivindicações das pessoas da região e, conseqüentemente, a atuação e as contribuições, sobretudo na área social, da educação e da saúde. O capítulo narra também as contribuições de outros colaboradores que vieram posteriormente, especialmente para atender essas novas demandas.

Dentre esses colaboradores, além de diversos missionários redentoristas irlandeses, destacamos a presença de inúmeras religiosas, estrangeiras e brasileiras, de 6 congregações religiosas, além de leigos irlandeses, bem como voluntários holandeses. Da mesma forma, dom Jaime também recorreu ao seu país natal a fim de conseguir padres diocesanos irlandeses, a exemplo do monsenhor Martin Keveny, irlandês que veio em 1994 e só retornou em 2022. Este padre irlandês viveu esses 28 anos na mesma paróquia, prestando relevantes trabalhos tanto religioso quanto social. Monsenhor Keveny foi uma das 24 personalidades prestigiadas com a comenda Ordem do Mérito Legislativo, oferecida pela Assembleia Legislativa do Tocantins por ocasião da comemoração dos 30 anos deste estado, em 2018 (MEDEIROS, 2021).

Atenta à Burke (1991), quando defende que o papel do historiador vai além da análise das estruturas e também da sucessão de fatos, abordamos, além das questões pertinentes aos redentoristas, também, de grupos em que estes estavam inseridos na região.

No capítulo sob o título *A atuação dos bispos do Regional Centro Oeste no antigo norte goiano*, vimos a atuação conjunta destes bispos do Regional Centro-Oeste, mais especificamente da região norte de Goiás, em busca da melhoria de vida da população local, sobretudo os camponeses, em um momento complicado da história brasileira, a ditadura militar. Tratamos sobre o empenho desses bispos para que houvesse reforma agrária no Brasil e, conseqüentemente, na região. Com a criação do Estado do Tocantins, também se juntaram aos sindicatos e às associações, na tentativa frustrada de inserção de artigos na Constituição do Estado do Tocantins, que, efetivamente, contemplassem os trabalhadores.

Enfatizamos, sobretudo, as narrativas encontradas nos jornais da época, já mencionados, e ainda os relatos dos livros tombo e de crônicas em que constam relatórios de reuniões realizadas, além de Notas emitidas com o intuito de esclarecer a população. Tais documentos demonstram o protagonismo dos bispos do Regional Centro-Oeste, sendo dom Jaime pertencente a este colegiado de bispos, assim como de várias lideranças da região. Sabemos que todo discurso é socialmente construído, portanto consideramos a diversidade de significados ideológicos.

Por fim, nos ocupamos de discutir sobre a *Atuação das religiosas no bispado de dom Jaime*. Sabe-se que, também na Igreja Católica, a mulher sofreu e ainda sofre as conseqüências da sociedade, tradicionalmente, patriarcal. Todavia, sob a nova perspectiva trazida pelo Concílio Vaticano II, observamos que a mulher começou a assumir cargos de relevância dentro da Igreja.

Percebemos que havia um grande número de religiosas no período estudado, inclusive assumindo paróquias e outros cargos relevantes na igreja local, além da direção de postos de saúde e de escolas. Contamos com as memórias de quatro dessas religiosas, uma sendo da Congregação das Religiosas da Assunção e três da Congregação das Servas do Espírito Santo, em entrevistas concedidas via e-mail e *google meet*, concomitantemente. De início, nossa intenção era conversar apenas com uma religiosa que havia sido uma das pioneiras na região, no caso desta última congregação, entretanto, por ser idosa e precisar da ajuda de suas companheiras (com relação ao uso da tecnologia), que, coincidentemente, conviveram com ela parte do período pesquisado, as duas colaboraram com suas memórias.

Entendemos que as religiosas ocuparam esses espaços sociais por sensibilidade em relação à realidade local e pelo incentivo do bispo, ou mesmo por obediência às suas missões, conseqüentemente, corroboraram para o fortalecimento da posição feminina no âmbito da igreja, tradicionalmente patriarcal, e da sociedade. Isso não representou uma mudança estrutural

na hierarquia da Igreja Católica, haja vista que na atualidade as religiosas não exercem essas mesmas funções na região. Mesmo que o *Documento Final do Sínodo para a Amazônia*, em 2019, através do item 99, manifeste o desejo do Papa Francisco com relação à ampliação dos espaços com a presença feminina na igreja (SÍNODO, 2020), efetivamente, essas questões ainda carecem de muitas discussões.

Dessa forma, apresentamos o protagonismo exercido pelas religiosas na Prelazia/Diocese de Miracema e também a visão delas sobre esse papel que assumiram na região durante o bispado de dom Jaime. E, ainda, a contribuição trazida para a igreja local de acordo com a visão do bispo manifestada em cartas encontradas nos arquivos.

Em um primeiro momento, não íamos tratar dessa temática, entretanto, no decorrer da pesquisa, as fontes direcionaram para essa questão. Conforme Montenegro, “A construção de uma memória segue muitas trilhas, algumas vezes obedecendo às margens que o tempo lhe ofereceu, outras vezes rompendo os limites e ocupando vastos territórios” (2010, p. 101).

Enfim, chegamos aos objetivos previamente propostos nesse texto, que foi o de apresentar os capítulos da dissertação que defendemos sobre dom Jaime Collins. Para isso, consideramos a história e a memória na construção de uma narrativa que levou em conta o homem histórico, a memória dos que lhe foram contemporâneos e, sobretudo os objetivos maiores da congregação redentorista e da Igreja. E finalmente as implicações sociais e também culturais da participação de dom Jaime Collins na região norte goiana.

### **Considerações Finais**

Destacamos a relevância dos documentos históricos na realização da investigação em comento. Os livros tomos, de crônicas e de atas, os artigos, os relatórios diversos e as cartas, produzidos no período pesquisado, foram essenciais para entendermos a trajetória de dom Jaime Collins. Nessa mesma direção, atuou a imprensa, noticiando os acontecimentos ocorridos no período, além da memória dos entrevistados, que, com suas narrativas, ajudaram sobremaneira para alcançarmos nosso objetivo. A trajetória do bispo se confunde com a história da Vice-Província de Fortaleza, fundada por ele, como superior da missão irlandesa no Brasil, a quem esteve vinculado, como missionário redentorista, durante o período em que viveu no país.

Nesses últimos anos, seguindo o caminho trilhado pelo bispo Collins, reunimos fragmentos de escritos que revelavam as experiências dele. Tivemos acesso a documentos diversos nos quais percebemos rastros de suas visões de mundo e seu ativismo em defesa dos posseiros, das mulheres marginalizadas, dos jovens, dentre outros grupos.

A infinidade de projetos, conseqüentemente, de obras, de ações realizadas no período, é impressionante. Tudo isso só foi possível em virtude de ter contado com uma equipe de padres, de freiras e, sobretudo, com auxílio dos leigos, que eram a maioria, e que estavam empenhados em ajudá-lo. De acordo com as fontes, a formação era uma de suas prioridades. O Centro de Treinamento de Líderes (CTL) foi palco de várias dessas formações, cujos beneficiários eram os padres, as freiras, os agentes de pastorais, os leigos e também o próprio bispo.

Muitos missionários irlandeses, ao todo sessenta e cinco, passaram pelo Brasil no decorrer de 1960 a 2000, sendo que alguns ainda permanecem, inclusive um dos pioneiros dessa missão, padre João Myers<sup>17</sup>, e também jovens brasileiros se integraram a essa missão e tornaram-se também missionários redentoristas (PAIVA, 2011). Todos fizeram parte da trajetória de dom Jaime, de uma forma ou de outra, seja no norte goiano, no Piauí ou no Ceará. Alguns mais distantes, outros de forma mais direta, a exemplo do religioso Doherty, que mais contribuiu com a missão do bispo. Enquanto o bispo se ocupava em conseguir recursos financeiros e, concomitantemente, cuidava das questões de cunho religioso, específicas de um bispo, ele se ocupava das construções das casas paroquiais, dos conventos para as religiosas, das igrejas e do CTL. Sobre ele, dom Jaime falou que não era apenas um confrade leal e de convívio fácil, mas também foi um conselheiro muito ajuizado e sensato, portanto, quando Doherty dizia: “Dom Jaime, se eu fosse você...”, ele logo prestava muita atenção (COLLINS, 1997).

Talvez o prazer de contar, que, no dizer de Veyne (1998), é um dos fundamentos da escrita da história, tenha sido demasiado o que nos faz lembrar o autor Benjamin (1987), quando compara a atividade narrativa ao trabalho do artesão em dar forma a sua obra, especificamente a mão do oleiro moldando um vaso de argila a seu gosto. Em outras palavras, deixando ali as suas marcas. Para esse autor, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos ouvintes” (1987, p. 201). A bem da verdade, é fato que o bispo Collins trouxe relevantes contribuições para essa região, sobretudo nas primeiras décadas do período compreendido em nosso recorte temporal, à época, considerada a parte esquecida de Goiás. Percebemos contributos tanto no âmbito da Igreja quanto fora dela, a exemplo da Escola Agro Artesanal, que hoje é o Instituto Federal de Pedro Afonso. Seu nome também foi dado ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de

---

<sup>17</sup> Mais informações em: <https://www.centronortenoticias.com.br/noticia-1667417555-jo-o-myers-o-mission-rio-que-ama-o-sert-o>, último acesso em: 02 dez 2022.

Colinas, em 2008, e mais recentemente, em 13 de novembro de 2020, o mesmo ocorreu a uma farmácia municipal em Miracema. De acordo com o site que noticiou a inauguração, a indicação do nome do bispo ocorre em virtude de que “a história de trabalho ao município é uma das mais extensas e admiradas” (LEAL JUNIOR, 2020, s.p.).

No decorrer deste capítulo, buscamos responder às perguntas iniciais de minha pesquisa, a saber: O que teria motivado a vinda de dom Jaime Collins para o norte goiano e se houve contribuições decorrentes de sua atuação, quais seriam? Percebemos que dom Jaime foi capaz de grandes gestos e isso atraía pessoas para seus projetos e para sua missão. Até mesmo quem, em um primeiro momento, se sentia desconfortável com a imponência do seu porte físico e grave sonoridade de sua voz, ao vencer essas barreiras, encontraram outro sujeito. Logicamente, a firmeza no trato com algumas questões, sobretudo no âmbito da política, causou desamores com as autoridades civis locais, o que pode justificar o fato de não ter seu nome dado a nenhuma obra de relevância dentro do estado, nem mesmo um título de cidadão tocantinense.

Enfim, dom Jaime Collins foi um homem histórico, fruto do seu tempo. A inclinação para o trabalho se deu ainda na infância, na propriedade da família. Durante sua formação, também se destacava pelo trabalho, não pela obediência, como era comum aos seminaristas da época (HEARTY, s.d.). Fora do âmbito da Igreja, suas memórias são ignoradas. Não obstante, suas ações estão vivas nas memórias de pessoas que conviveram com ele nesses 39 anos dedicados ao Brasil, destes, 33 como bispo em Miracema do Norte/Tocantins. Todo esse período esteve envolvido com os acontecimentos sociais da região, pois, conforme Bourdieu, “...não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou...” (1986, p.190). Portanto, esta pesquisa denota uma contribuição para trabalhos futuros. Desse modo, não esgota as possibilidades de pesquisa sobre a missão redentorista irlandesa no Brasil, assim como as religiosidades do período. Pelo contrário, esperamos que possa suscitar novos estudos a fim de que novas histórias possam ser investigadas.

### **Produto final**

Esta proposta foi pensada à dissertação e tem origem no regimento da Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHispan, que prevê em seu § 1º, do artigo 46, uma proposta didática de ensino-aprendizagem em espaço de memória da Amazônia.

Nela apresentamos esclarecimentos acerca da importância dos arquivos no âmbito da Igreja Católica, especificamente do estado do Tocantins, trazendo indicações de leituras a fim



de que possam contribuir com quem trabalha com a organização de documentos eclesiásticos, visto que comumente são pessoas leigas no assunto.

A partir de nossa experiência com os arquivos eclesiásticos no decorrer desses dois anos de pesquisas sobre a trajetória de dom Jaime Collins é que surgiu este guia, visto que o acesso aos arquivos da Cúria de Porto Nacional e Miracema e também da Vice-Província de Fortaleza foi significativo para que pudéssemos atingir nosso objetivo de registrar a trajetória do religioso.

Consideramos fundamental o acesso aos arquivos eclesiásticos a fim de valorizar o patrimônio histórico e cultural da localidade em que o mesmo é situado. Tais arquivos constituem-se como fontes essenciais tanto para construir a própria trajetória da Igreja Católica e de seus membros, assim como para subsidiar a preservação da memória da cidade e até mesmo da região. Sabe-se que ter arquivos organizados não configura como uma tarefa simples, até porque para os leigos o arquivo é apenas um depósito de coisas velhas, porém, à medida que estabelecemos relações entre os arquivos e a história da cidade/e ou região é possível favorecer o interesse e o envolvimento com o assunto.

Os arquivos eclesiásticos trazem elementos da história da cidade e deveriam ser disponibilizados para os pesquisadores e até mesmo alunos das escolas locais, que se interessassem em pesquisar sobre a temática. Através de pesquisas, os educandos teriam acesso aos documentos históricos da cidade em que vivem a fim de proporcionar a valorização e o respeito pela sua cidade, reconhecendo sua família como membro daquele contexto e ele como participante da construção da história. Desse modo, não seria necessário a preocupação com a memorização de fatos, de datas ou de informações detalhadas sobre situações, mas o educando se sentiria um protagonista pesquisando dados locais.

Da mesma forma, os arquivos eclesiásticos podem ser fontes de pesquisas para acadêmicos e pesquisadores em geral de área de história e outras disciplinas afins, que tenham como interesse de pesquisa as religiosidades, a cultura local, a história da religião e tantas outras possibilidades que podem ser exploradas a partir do acesso aos arquivos de forma sistematizada e para tal ele precisa oferecer as condições necessárias.

Não obstante as orientações dispostas no Código de Direito Canônico (Cân. 486 - 491), de 1983, somente em 1997 aconteceu o primeiro passo mais consubstanciado para a conservação e organização do acervo documental eclesiástico, com a edição dos documentos da *Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja*,

os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização. São, pois um bem cultural importante destinado à salvaguarda dos seus documentos que possuem um caráter valioso em que torna possível todo o seu entendimento e compreensão do seu processo evolutivo no discurso da sua história

milenária, cuja finalidade destina-se em resgatar o caminho percorrido pela Igreja durante seus milênios de anos em que foi escrita e articulada a história da comunidade eclesial (1997, p. 5).

Nesse mesmo sentido, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008, reza em seu artigo 6º sobre o reconhecimento como parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, nesses termos,

**§ 2º. A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar,** salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Nesses termos, com a regulamentação da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja que advoga em favor do cuidado que se faz necessário com a documentação eclesiástica e também com o acordo firmado entre o governo brasileiro e a Santa Sé, o acesso aos arquivos eclesiásticos não pode ser negado aos pesquisadores, haja vista que esta última se comprometeu a facilitar o acesso a quem se dedique a desenvolver estudos envolvendo a Igreja Católica.

Sabemos que na realidade a maioria dos arquivos não se encontram em condições adequadas para o acesso ao público, o que pode dificultar para pesquisadores dessa área. Comumente os documentos são acondicionados em caixas de papelão ou plástico, devidamente referenciadas e depositadas em estantes de aço. Entretanto, com os recursos tecnológicos poderiam ser armazenados através da microfilmagem, a fim de melhor salvaguardar toda a documentação para que não se deteriorasse com o tempo, o que exige conhecimento profissional, tempo e trabalho em equipe.

Desse modo, quem deseja ter acesso aos arquivos eclesiásticos precisa entrar em contato com a cúria/paróquia de onde pretende realizar sua pesquisa e assim verificar os procedimentos necessários para o acesso, visto que estes divergem de uma localidade para outra. Os documentos existentes nestes arquivos podem trazer contribuições para pesquisadores assim como para toda a sociedade, beneficiária das pesquisas divulgadas, além da própria Igreja Católica, que pode ter seu patrimônio cultural conhecido.

Esperamos que a proposta seja útil para os leigos no assunto que queiram ter maiores esclarecimentos a respeito da atividade de arquivologia dos documentos da cúria e das

paróquias, pois conforme percebemos na investigação sobre a trajetória de dom Jaime Collins, eles foram primordiais, uma vez que nos deparamos com vários fatos ocorridos na região, sobretudo nos livros tombos e também nas cartas que foram escritas no calor dos acontecimentos e trazem informações importantes para a preservação da memória da Igreja local, da congregação e também da cidade. A atividade de arquivologia, apesar de relevante, nem sempre tem a atenção merecida. Dada a realidade da nossa região, comumente quem realiza esse trabalho não é um profissional formado na área e trabalhar com esses documentos torna-se um desafio.

### Referências

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SANTA SÉ, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm), acesso em: 25 out. 2021.

ANDRADE, José Edgar de Castro. Lembranças de um amigo. **Jornal do Tocantins**. Palmas, p. 4, 20 de outubro de 2002.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Marcelo. **Dom Helder Câmara: profeta para os nossos dias**. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Comunidade e Missão).

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BURKE, P. Abertura: a nova história, o seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da história; novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLLINS, Jaime. [**Depoimento**]. Destinatário: padre Felipe Hearty. Miracema, 02 fev. 1997. 1 depoimento.

HEARTY, Felipe. **Jaime Collins** [s.da.]

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013 -:Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

LEAL JÚNIOR. **Inaugurada a Farmácia Municipal e doação de prédio em Miracema do Tocantins**. Disponível em: <<https://www.lealjunior.com.br/Noticias/Miracema/Inaugurada-a-farmacia-municipal-e-doacao-de-predio-em-miracema-do-tocantins-52524/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MEDEIROS, Maísa. **Solenidade de comemoração dos 30 anos do Tocantins será transmitida ao vivo**. Disponível em: <<https://al.to.leg.br/noticia/7210/solenidade-de-comemoracao-dos-30-anos-do-tocantins-sera-transmitida-ao-vivo>>. Último Acesso em: 23 jun. 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (34), 9-23. 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>>. Acesso em: 11 out. 2019.

MONTENEGRO, Antônio T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

PAIVA, Gilberto. **A Vice-Província Redentorista de Fortaleza: Jubileu Áureo 1960 - 2010**. Aparecida: Santuário, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, jun.1989. ISSN21781494. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/228>>. Acesso em: 11 out. 2019.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. Carta circular: a função pastoral dos arquivos eclesiais. Vaticano: Palazzo Della Cancelleria, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo. In.: \_\_\_\_\_. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SÍNODO. **Documento final do Sínodo para a Amazônia**. Disponível em: <<http://www.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html>>. Último acesso em: 17 jun. 2021.

VATICANO. **Código de Direito Canônico: Codex Iuris Canonici**. 1983. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cdc/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm)>. Acesso em: 28 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição Apostólica Humanae Salutis. 1961. **Convocação para o Concílio Ecumênico Vaticano II**. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost\\_constitutions/1961/documents/hf\\_j-xxiii\\_apc\\_19611225\\_humanae-salutis.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html)>. Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição Pastoral Gaudium Et Spes. 1965<sup>a</sup>. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>. Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Papa João XXIII, papa. **Discurso do Santo Padre aos superiores gerais religiosos**. 1960. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/speeches/1960/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19600325\\_superiori-religiosi.html](http://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/speeches/1960/documents/hf_j-xxiii_spe_19600325_superiori-religiosi.html)>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

**JUAREZ MOREIRA FILHO E AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO  
TOCANTINENSE: UMA ANÁLISE À LUZ DA HISTÓRIA E DA LITERATURA**

Ana Carolina Ramos de Jesus<sup>18</sup>  
Vasni de Almeida<sup>19</sup>

**Introdução**

---

<sup>18</sup> Graduada em Licenciatura em História pela UFT – Porto Nacional, Mestre em História das Populações Amazônicas pelo PPGHispan/UFT – Porto Nacional. Atualmente trabalhando na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

<sup>19</sup> Docente do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Porto Nacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, UFT.

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós Graduação em História das Populações Amazônicas-PPGHispam/UFT, cujo objetivo foi analisar o sertão tocantinense sob o olhar das obras do romancista regional Juarez<sup>20</sup> Moreira Filho.

A pesquisa se voltou para o desenvolvimento da ideia de sertão de Moreira Filho. A partir de suas obras foi observado o desenvolvimento da ideia de sertão<sup>21</sup> no contexto de suas produções, com o intuito de detectar: as facetas que configuram esse sertão, suas transformações e reconstruções; conhecer o sertanejo, seus hábitos, suas características; revelar a pluralidade deste lugar que sobrevive em meio e por meio de seus processos de reconstrução e da memória.

Dessa forma, a literatura regional foi usada como fonte de pesquisa e ensino. Como ponto de partida, foram feitas as seguintes indagações: Que ideia de sertão perpassa pela compreensão dos que criam, por meio da literatura, o discurso político sobre uma região? O sertão assumido na dicotomia atraso/progresso, muito presente em obras voltadas para o Tocantins, é o mesmo daquele assumido por quem viveu um período de sua vida envolvido pela realidade experimentada? Onde residem os sertões de cada um?

Essa análise se ampara na concepção de que a literatura auxilia na percepção de experiências humanas, pois traz representações da realidade, uma vez que ela se constitui a partir do mundo social e cultural, sendo também constituinte deste.

Partimos da compreensão de que emissor do discurso é uma espécie de porta – voz do grupo, como alega Bourdieu (1996). Nesse sentido, Juarez Moreira Filho, como literato, mostra-se como um agente apto para falar por um grupo, já que “O representante constitui o grupo que o constituiu: o porta – voz dotado do poder pleno e de agir em nome do grupo.” (Bourdieu, 2008. p. 83).

É importante observar também que o emissor – literato, imprime suas reflexões sobre as práticas sociais de um grupo e transmite a visão desse mesmo grupo. Moreira Filho como emissor, oferece uma visão de sociedade nas representações do sertão tocantinense, do sujeito sertanejo em seus escritos.

---

<sup>20</sup> Juarez Moreira Filho é um romancista brasileiro nascido no ano de 1953 em Ribeiro Gonçalves, antigo Remansinho – Piauí, mas que aos dois meses de idade vem para a fazenda Rancho Alegre localizada nas redondezas de Dueré no antigo Norte Goiano. Sua obra possui um caráter regional, retratando memórias e percepções do autor quanto à sociedade tocantinense. Atualmente o autor reside na cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins.

<sup>21</sup> O sertão neste trabalho é tratado como categoria nos termos de AMADO, (1995). Um sertão que ultrapassa os limites da geografia e que vem tendo sua definição discutida, interpretada e reinterpretada de várias perspectivas diferentes. “O sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica” (MORAES, 2003. p. 1- 2). É entendido como aquele que se aproxima da concepção rosiana, ou seja, a de que o sertão está por toda parte.

## **História e Literatura: Um breve diálogo**

Tanto a história quanto a literatura se utilizam de uma estrutura discursiva. No entanto, a literatura não se prende a uma verdade científica e à necessidade de se comprovar os fatos narrados, já a história prima pela busca constante das intencionalidades das verdades.

Segundo Narcizo (2009, p. 57),

o historiador tem uma ânsia pela verdade, não nos cabe aqui discutir o que é verdade para cada um dos autores, ou se a verdade existe ou não, nos restringimos na intencionalidade na busca por uma verdade, seja ela qual for.

O trabalho com a literatura como fonte histórica demanda cuidado para com a contextualização das obras, do autor, do público alvo. Tudo o que engloba as produções e seu ator precisa ser investigado. O texto ficcional não pode ser compreendido apenas como entretenimento, ele pode proporcionar também conhecimento. No caso do saber histórico, pode-se extrair da literatura a perspectiva da sua escrita, adentrar através da ficção no imaginário de uma sociedade.

De acordo com Nunes (2017, p. 27)

A ficção está sujeita à realidade e a realidade à ficção e o que as fazem conversar é a narrativa, na qual tudo pode funcionar. [...] Trabalha-se com crença, ideologia, modelos de realidade, que também se condicionam como verdadeiros.

Assim, a literatura é uma forma de ver a realidade.

O discurso literário e o discurso histórico não se opõem, ao contrário, se completam. O primeiro, no seu modo de narrar e construir pontos de vistas pode revelar a história, pois, em “essência, o que os historiadores procuram na literatura é a preservação de imagens vividas” (SANTOS, 2007, p. 123).

A diversificação da historiografia, muitas vezes, parece confrontar a objetividade do conhecimento, mas de acordo com Santos (2007), a complexidade do conhecimento acaba com as certezas, o que leva a humanidade a novos caminhos não definitivos. Para Paz,

Os historiadores voltam-se à recuperação das ideias do passado à compreensão das formas de pensar e viver. Daí a busca dos significados do evento, naquilo que ele expressa de um sistema social e de um conjunto de valores. A promoção das massas e a superação do tratamento acadêmico refletem – se nos propósitos presentes da narrativa. (...) A ênfase nos símbolos, emoções, atitudes de vida ou comportamentos sociais também recupera o leitor e produz uma nova “revolução”. Trata-se da “passagem” da história como revolução para a história como arte (PAZ, 1999, p. 104 *in* SANTOS, 2007, p. 124).

A realidade pode ser representada de forma indireta através da literatura, onde o escritor vai usar a sua imaginação mediante a figuração de linguagem, “enquanto o historiador registra propostas que afirma corresponder aos detalhes extratextuais” (SANTOS, 2007, p. 124).

Posto o conjunto conceitual que nos permite o uso da literatura para o estudo de história regional, passemos ao contexto histórico no qual se localizam as obras literárias aqui analisadas.

### **Tocantins e seu processo emancipatório**

Tanto as narrativas históricas quanto literárias trazem representação da realidade. Em todo texto há uma ligação entre o produtor e o receptor, fazendo-se necessário ao historiador observar quem fala, de onde fala, para quem fala e qual a linguagem utilizada. É preciso inserir o autor e suas obras no movimento da sociedade.

Tendo em vista a necessidade de contextualização do autor e suas obras, torna-se primordial observar o histórico emancipatório do Estado do Tocantins para melhor analisar as obras de Moreira Filho.

O Tocantins, como Unidade Federativa do Brasil, foi criado em 1989, com o seu desmembramento do Estado do Goiás. Antes disso houve um longo processo de emancipação política que se intensificou no ano de 1987, após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o que consagrou a criação do estado em 5 de outubro de 1988, com instalação oficial em 1989.

Os primeiros movimentos de ruptura entre o norte e o sul de Goiás, segundo BERTRAND, 1978 *apud* OLIVEIRA, 2018, estão relacionados à proibição da navegação pelo Rio Tocantins, em 1737, com a justificativa de que essa proibição evitaria o contrabando de ouro. Com esse rompimento, o norte goiano acaba se aproximando de Belém, sendo então esse o momento em que a pecuária surge como atividade econômica no norte “ao ceder seus pastos naturais para pecuaristas vindos de Pernambuco e Bahia” (OLIVEIRA, 2018, p. 58).

Mesmo com a emancipação garantida, Motter (2010) afirma que a região do norte goiano continuou a assumir uma postura de busca por um sentido para o passado. A historiografia política tocantinense, portanto, encadeia acontecimentos esparsos ocorridos durante quase dois séculos e lhes dá longevidade, com o intuito de demonstrar, historicamente, que o Tocantins, enquanto entidade política e regional, existia desde o período colonial.



Historiadores buscaram, então, a construção de uma historiografia política para o Tocantins apontando alguns acontecimentos como uma fagulha da emancipação que viria, mas que, no entanto, eram acontecimentos que atendiam interesses econômicos do governo.<sup>22</sup>

Uma das narrativas pró separatista do estado mais propagada difundia que com a divisão do Norte goiano (atual Tocantins), também viria a modernização<sup>23</sup> e benefícios do ponto de vista econômico, cultural, político-administrativo uma vez que o governo estaria mais próximo geograficamente.

A imagem construída da história do Tocantins é que a região Norte precisava se libertar da exploração do Sul, que concentrava todos os recursos financeiros em Goiás, o que impedia o desenvolvimento nortense e que para que essa libertação acontecesse, era necessário a emancipação do estado. Para Oliveira (2019), o desenvolvimento de uma região vai abranger um processo de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas. “Essas transformações são questões centrais para entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região.” (2019, p. 05).

Observar o desenvolvimento regional do Tocantins perpassa por todo seu histórico, passa também pelas raízes e identidades geradas neste território que é espaço de diferentes atores sociais que agem, vivem e se manifestam sobre ele, levando – nos a uma reflexão sobre a construção das identidades tocaninenses.

### **Literatura e memória<sup>24</sup> no sertão de Moreira Filho**

As narrativas literárias estão dentre as formas para se apreender como as identidades acerca dos sertões são construídas. Com esse fim, selecionamos no quadro que segue as seguintes obras de Moreira Filho.

<b>Nome da obra</b>	<b>Gênero literário</b>	<b>Editora</b>	<b>Local de publicação</b>	<b>Ano de publicação</b>
---------------------	-------------------------	----------------	----------------------------	--------------------------

<sup>22</sup> Hobsbawm (1997, p. 14) chama a atenção para a utilização de elementos antigos para a elaboração de novas tradições inventadas com finalidades originais, afirmando que “sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos.” Na trilha de Hobsbawm, a explicação para processo emancipatório do norte goiano deve ser compreendida em sua busca por um passado que o justificasse.

<sup>23</sup> O conceito de modernidade e modernização deste trabalho é visto do ponto de vista de Castilho (2010) que afirma que estas são feitas “a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade.” O conceito se liga às transformações que são vivenciadas em sociedade com a expansão do sistema capitalista.

<sup>24</sup> Neste trabalho a memória não é um fenômeno unicamente individual, ela possui um caráter flutuante como entende Pollak (1992). A memória é vista como plural e está em constante construção, desconstrução e renovação, auxiliando nos modos de organização da identidade humana que se move entre as esferas individual e coletiva. Outras referências nas quais este trabalho se baseia podem ser encontradas em Halbwachs (1990); Pollak (1989); Nora (1993). “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no tempo presente; a história, uma representação do passado” (Nora, 1993,p.9).

Infância e travessuras de um sertanejo	Romance	Editora Oriente	Goiânia – GO	1980
Oco do mundo	Romance	Editora Unigraf	Goiânia – GO	1982
Rancho alegre	Memórias	Editora do Correio Tocantinense LTDA	Palmas – TO	1991
Mangaratiba – Peões. Boiadas. Tropass & Bruacas	Memórias	Editora Líder	Goiânia – GO	1994
Tipos pitorescos	Contos	Gráfica e Editora Bandeirante LTDA	Goiânia – GO	2011

Sertão é esse universo inesgotável de histórias, causos, trabalho, dor, injustiças, labuta, arte. As histórias são tantas que, por vezes se perdem na memória. Para Moreira Filho,

[...] as profundezas de minha memória acodem – me depressa algumas reflexões... e sinto que existe uma lembrança distante... bem longínqua... desbotada... descorada... apagada... turva... quase que morta por completo, sobre a estrada tropeira da fazenda Mangaratiba, onde eu fiz a primeira viagem de minha vida pelos sertões descampados de outrora (2009, p. 32).

As percepções da vivência do sertanejo estão frequentes na obra de Moreira Filho. É um sertão cheio de dualidades. Através dos seus livros, o autor nos instiga a entender memórias de homens e mulheres do campo, aborda suas vivências, cotidiano, suas práticas de sobrevivência. Essa lida que constrói a identidade<sup>25</sup> sertaneja, a figura do vaqueiro, a gastronomia, o linguajar.

As descrições do autor se passam num lugar familiar, conhecido e permitem ao leitor ir se identificando com elas. A leitura que emerge dos livros analisados se encontra no limiar da fantasia com a realidade e vai se ancorando no cotidiano, nos acontecimentos reais.

Observamos no sertão tocantinense de Moreira Filho a meninada brincando nas ruas, os cachorros vadiando, o tempo passando lentamente. A partir de seus dizeres participamos da pobreza, do isolamento, mas também das farturas, da lida das fazendas; galopamos junto dos tropeiros e vaqueiros; entramos no sonho da criançada daquela região.

[...] Desde cedo a molecada trazia no peito e na alma a ardente inclinação para a vaqueirice. [...] que eles queriam mesmo era crescer e aprender o ofício de vaqueiro, vestir perneira, peitoral, colete e gibão de couro, para se empregarem no traquejo do gado, com o Coronel Silveira na Fazenda Olho d'água, e viverem arrastando e tilintando esporas pelas quitandas, bares e cabarés do Oco do Mundo, nos finais de semana (2010, p. 62).

<sup>25</sup> Entende -se identidade de acordo com BABHA (1998, *apud* Silva, 2015), como um processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade. Identidade que não é fixa e que se altera, que está em constante construção e reconstrução, nunca sendo um produto acabado.

Acompanhamos as arquiteturas das ruas, percebemos os tipos pitorescos, escutamos a falação da velha corriqueira que vai de casa em casa procurando quem lhe dê trela.

A velha corriqueira era a dona da maior língua do Oco do Mundo. Ninguém sabia ao certo de onde era aquela boca de – gamela. [...] Ela amanhecia e anoitecia de casa em casa como uma lançadeira, um traste à toa, sem pingo de serventia no lugar!... Até um vento que um displicente deixasse escapular naquele poleiro- de – pato, as redondezas ficavam sabendo através daquela linguaruda (2010, p. 95).

Podemos sentar à beira da fogueira e escutar as estórias dos peões. Podemos participar de suas memórias tão vívidas, saudosas e detalhadas. Sua escrita nos permite compreender um pouco mais desse sertão que ninguém sabia a exata extensão.

[...] o certo é que ninguém naquele oco de mundo sabia com exatidão a verdadeira quilometragem entre Rancho Alegre e Mangaratiba. Pois, caso os tropeiros logo que atravessassem o rio Dueré se metessem a cavalgar por dentro da cidade, conforme o tamanho do café adocicado com rapadura e servido com isca, a distância aumentava com o tempo de até um quarto de légua, se transformando; mormente se fossem colocados à mesa bolos fritos com azeite de coco, beiju de tapioca com manteiga caipira ou um mangulãozinho daqueles de D. Laurinda feito no capricho” (2009, p. 32).

A literatura de Moreira Filho está muito ligada à terra, aos costumes locais, ao cotidiano, ao linguajar. Ela ressalta as características regionais. A questão do linguajar é tão forte no autor que o livro *Oco do Mundo* possui um glossário com termos e expressões regionais dicionarizadas e não dicionarizadas.

O sertão de Moreira Filho é descrito como lugar onde o povo vive suas sinas, seus amores e sabores, suas alegrias e seus sofrimentos. Lugar onde o povo sente a terra e vive a partir dela. É um lugar repleto de sentidos que despertam as lembranças, as memórias do autor. Revela as várias facetas do sertão, de suas paisagens, dos seus sons, dos sertanejos, dos sentidos e percepções sobre esse torrão.

### **Os sons do sertão**

Podemos notar esse sertão dos sentidos nas descrições de Moreira Filho sobre suas lembranças. Nelas estão os sons das brincadeiras de roda, das rezas das benzedadeiras, das cantigas e estórias no terreiro ao anoitecer, do canto do fogo-pagou. Em *Magaratiba. Peões. Boiadas. Tropas & Bruacas* ele descreve os sons das noites naquele sertão:

A lua que prateava todo o terreiro com sua face pálida, parecia ser triste!... mas não era!... e se fosse, era uma tristeza secreta!... mas que não chegava a atrapalhar o coaxar dos sapos, o agouro das corujas, o zunir dos grilos[...] (2009. p. 51).

Além desses sons tão característicos da natureza do sertão tocantinense de Moreira Filho, notamos também os sons da lida do sertanejo.

De dentro das redes de algodão se ouvia zoadá de homens conversando, bebendo cachaça, contando causos, lorotas, pabulagens, vantagens e gargalhando alto. [...] também se ouviam muitas batidas de cargas de surrões, jacás, malas de sola, com brucacas sacolejando (2009. p. 81).

Os sons presentes no sertão é uma recorrente nos livros analisados, fazendo-nos perceber como esses estão intricadamente ligados à rotina diária. A vida neste sertão acontecia em meio a esses sons, aliás, esses sons refletem o sertão acontecendo. Os sons revelam os hábitos, o cotidiano, as vivências. Quase podemos escutar e visualizar o sertão sentido pelo autor, os sons na sua narrativa fazem com que ele beire o palpável.

### **O sertão dos cheiros e dos sabores**

Para Moreira Filho, o sertão é dotado de sabores e cheiros que são extremamente característicos.

[...] da porta de casa, do copiar, muitas vezes eu sentia o cheiro inconfundível da flor do pequiheiro, e via o frondejar das outras árvores com aquele perfume acre, agreste, a exalar por todas as bandas!... vinha do cajual, do muricizal, do puçazal e do pé de coco- catolé florido, ao lado da cisterna, que balançava sem parar!... como cheiravam aquelas frutas silvestres?!... (2009. p. 42).

O discurso do literato apresenta esse sertão que se come, que se cheira, que é caracterizado fortemente pela culinária. Em outro trecho isso fica bem exemplificado:

Do sítio brotava o aroma apetitoso da flor de laranjeira, de frutas plantadas com sementes ou mudas vindas, em sua maioria, de Rancho Alegre, levadas por papai, eram: jaca, graviola, condessa, carambola, maracujá, tamarindo, limão, lima. E ainda recendia o cheiro gostoso do mangal que vicejava destilando o ar. Mangas de espécies me brotam saudades (2009. p. 42).

Nesse espaço rural que forma grande parte do sertão de Moreira Filho, adentramos, como dito anteriormente, na rotina sertaneja, e esta rotina possui cheiros que são parte dessa memória dinâmica e fluida da qual se refere Nora (1993). Moreira Filho continua: “Trago ainda nas narinas, até hoje, aquele bafo e fedor forte de aguardente, fumo – de – corda, rapé, suor dos baixeiros da tropa pisada, estropiada e cansada daquelas estradas tropeiras” (2009. p. 82).

A lida diária apresentada em *Mangaratiba*, refere-se, em vários momentos, à costumes alimentares do sertão tocantinense, relatando afazeres domésticos e da ‘peãozada’. Acompanhamos o almoço na fazenda Mangaratiba num dia de “partilha, ferração, castração e montaria.” (2009. p. 91). Esses dias, de acordo com a obra, eram animados e a comida era tão forte que carecia de uma pequena pausa nos trabalhos após o almoço.

Meio dia! Era hora de parar um bocadinho para o de-comer, pois ninguém era de ferro, papai, os vaqueiros, a peãozada, eu e, também toda a vizinhança que estava presente nessas ocasiões de corpo e alma como se fosse um grande mutirão[...] Depois todos faziam um quilinho – de – nada antes da peleja, porque comida forte de fritura misturada com maria-isabel e um naco de carne seca assado no espeto requer do sujeito pelo menos um pequeno repouso. Bebiam um moca coado indagorinha e já estava todo mundo labutando lá nos currais (2009. p. 93).

### O sertão de linguajar peculiar

Para Moreira Filho, o sertão do Tocantins era um local onde a vida ocorria tranquila, com raras mudanças, com uma rotina brejeira. O autor vai demarcando algumas peculiaridades do sertanejo tocantinense, apresentando-nos um linguajar muito típico da região. O tocantinense que Juarez Moreira Filho retrata, utiliza palavras que somente são entendidas por eles e da mesma forma possuem dificuldades de entender quem é de fora.

Em *Rancho Alegre*, livro de memórias de Moreira Filho, publicado em 1991, o autor conta sobre sua mudança de Dueré (Norte do Goiás, atual Tocantins) para a cidade de Ceres (estado de Goiás) ainda menino, quando foi estudar no Internato do Colégio Álvaro de Melo. Quando ele chega ao internato, depara-se com uma realidade completamente diferente da que ele conhecia e se vê com uma enorme barreira de comunicação que o autor confessa ser agressiva.

Agora vinha em minha cabeça essa de monitor – o que será isso?!... E saguão – o que diabo será?!... Novato?!... Meu Deus!... quanta agressão!... Fiquei perdido nas palavras. Malucado. Era coisa demais para um sertanejo-do-pé-rapado como eu.” (1991, p. 71).

A princípio o autor mal consegue entender o que lhe é dito no internato e também quase não consegue falar de uma forma que o entendam. Em sua cabeça ele se vê confuso e vai tentando fazer conexões do que ouve e vê com o que ele tem por referência mais próxima. Podemos perceber essa situação em *Rancho Alegre*, quando o monitor vai apresentar a escola a ele.

- Ali funciona a sala de **xadrez** e outros pequenos jogos. **Futebol-de-salão!... Basquete!... Voleibol!... Pingue-pongue!... Xadrez!...** Pensei e repensei e não saiu nada. Suspirei fundo. Cocei a cabeça de mentira. Fazendo que tinha entendido e que vinha de um cidade grande – Dueré. [...] – Ali é o **refeitório**. Do lado direito funciona a **lavanderia** (que andei chamando por várias vezes de “fonte”)  
- !!!...  
- E aquela casa separada, lá no final do pátio, é a **cantina**.  
- !!!...  
Novamente me perdi nas palavras, que coisa: **refeitório, lavanderia, cantina** – o que será?!... (1991, p. 72).

O linguajar é a forma que se pensa, que se expressa, é formado pelo que se ouve, se vive, se conhece e se identifica. O homem sempre almeja expressar seus pensamentos e seus

sentimentos e a língua é o meio pelo qual conseguiu realizar este intento. Através da língua, o ser humano consegue interagir verbalmente uns com os outros e externalizar seus pensamentos. “A linguagem é inseparável do homem, segue – o em todos os seus atos” (HJELMSLEV *apud* CHAUI, 2006. p. 172).

Para Moreira Filho essa barreira da linguagem era a mais difícil de ser ultrapassada e era o que mais lhe incomodava e demonstrava a diferença do seu sertão tocantinense para a região a qual havia se mudado.

O que mais me doía e me revoltava, no internato, era a linguagem, o sotaque e o meu total desconhecimento das palavras. Até parecia que eu estava vindo do exterior. Eles não me entendiam e nem eu entendia eles. Salvo as raras exceções (1991, p. 75).

Esse incômodo sobre a linguagem presente em Rancho Alegre se dá pelo fato de que, segundo Chauí (2000), a linguagem sustenta a nossa vida social, somos parte dessa linguagem e ela parte de nós.

Por toda a obra Moreira Filho vai sublinhando as peculiaridades do linguajar sertanejo e como este linguajar vai contribuindo para a construção de traços que compõe das pessoas da região, revelando e ressaltando uma distinção regional do sertão tocantinense.

### **O saudosismo do sertanejo**

Apesar da palavra sertão vir carregada de significados negativos de lugar atrasado e distante<sup>26</sup>, percebemos no conjunto da obra de Moreira Filho o olhar do sertão para o sertão, um olhar de dentro. Quando o autor fala sobre esse sertão em o *Oco do Mundo* “O Oco do mundo era um pequeno arraial, camuflado, bem aboletado, nos confins de Goiás, nos grotões, hoje Estado do Tocantins” (2010. p. 35). E continua a falar sobre o sertão despovoado no trecho seguinte: “contava com pouco mais de cinco dúzias e meia de casas, mal contadas, agarradas naquelas costelas de pés de serras. E eram dispersas: dez, vinte e até trinta braços, umas das outras” (2010, p.35). A região é retratada como distante, desabitada, onde o tempo demorava passar e as coisas aconteciam de forma lenta.

No entanto, apesar de toda essa perspectiva de fora, do atraso, do arcaico, Moreira Filho lança esse olhar de dentro. Ele afirma ser sertanejo, afirma ter crescido no sertão e ainda ter esse sertão vivo dentro dele, que o acompanha, que permanece como referência social. Um sertão que é querido por ele.

---

<sup>26</sup> Ertzogue; Zagallo; Ramos Junior (2018) exploram no artigo “A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia”, mais sobre a visão colonial do sertão. O sertão visto a partir do litoral, um sertão distante, desabitado, vazio e sem progresso.

mas, com tudo isso, o Oco do Mundo, era um lugar querido pelos trabalhadores “[...] era ali o comércio de cada um desses heróis do sertão, onde o capataz e o peão de comitiva compravam a pasta dental, pente de plástico, a brilhantina pros cabelos, o espelho de bolso e o sabonete para assear o mau-suor” [...] “era o local onde essa gente se sentia bem (2010. p. 46).

Moreira Filho carrega uma melancolia e um saudosismo muito grandes ao retratar o sertão. “Revejo -me agora, neste instante, em Mangaratiba. E não quero desafiar um rosário de lembranças para falar de sua sede, por que as lembranças me doem!... machucam!... ferem!... e jogam a gente no chão” (2009. p. 41).

Observamos também o receio de que esse sertão tenha fim, o que podemos perceber em vários momentos do conjunto de sua obra, quando ele afirma que o Oco do Mundo, a personificação desse sertão, está se acabando. “Era muito frequente se ouvir, por aquelas bibocas circunvizinhas, cabra falar pro outro: - vá conhecer o Oco do Mundo, antes que ele se acabe!...” (2010, p. 36).

O sertão é visto como um local que está desaparecendo, “tudo lá ia se acabando, morrendo lentamente, chegando ao triste final, pois não só a capela, mas tudo no Oco do Mundo parecia ser condenado ao fracasso!” [...] professavam eles pelas ruas do povoado, que vivia à beira da extinção (2010, p. 56 - 64).

No livro de memórias *Rancho Alegre*, Moreira Filho comenta, de forma tristonha, sobre o “fim” do que ele tinha daquele sertão. Ainda tomando personagens/situações como representação do sertão, podemos ver que o sertão do autor era composto por uma infinidade de características, serviços, tipos, lidas, rotinas, que para ele ia construindo o que seria este sertão. Uma das lidas que representava a sua concepção de sertão era o trabalho nos garimpos. E ao perceber o garimpo se acabando, o autor demonstra sentir que um pedaço daquele lugar se extingue, e ele lamenta.

O garimpo ia aos poucos morrendo. Era duro e plangente assistir aquela decadência acentuada. Era horrível!... ver o povo mudando pra outras plagas. Procurando outras regiões distantes. Se despedindo. Casas de pau-a-pique virando taperas e fogo queimando. Vi Dueré se acabando!... e as poucas pessoas que iam ficando, no lugar, já não mais possuíam o mesmo estímulo d’outrora.  
[...] o garimpo foi lentamente morrendo!... se acabando aos poucos!... foi triste ver aquela cena (1991. p. 63).

A angústia presente na literatura de Moreira Filho revela um pesar e um saudosismo pelas/das coisas que vão se perdendo com o progresso. Em *Rancho Alegre* ele conta da visita que fez à Dueré e retrata com pesar as mudanças que vê.

Tristeza trago na alma. E quantas trago? ... é que há dez anos estive em Dueré observando os meninos brincarem e pude verificar que as brincadeiras já não eram as

mesmas de minha época. A molecada brincava era de Mãos-ao-ar; Tarzã e um tal de Cow-boy. Como as coisas mudam em tão pouco espaço de tempo!... Agora, esses dias fui novamente a Dueré visitar os meus pais e constatei, in loco, que os meninos não brincam mais. É só TV. Videogame. Vídeo cassete. Curtição e gíria. Ainda tentei em vão ensinar para eles algumas brincadeiras gostosas do meu tempo. Mas me safi muito mal. É que o fogoiozinho virou pra mim e disse:  
- “Qual é bicho... Corta essa...”  
-!!!...  
E, por cima de tudo isso, o diacho do merdinha ainda me deu banana e língua. Que coisa!...  
[...] Ah, sim! Tava me esquecendo, também, eles não mais ouvem estórias e trancoso!... Pena!... (1991. p. 38).

Apesar de retratar esse sertão que desaparece, Moreira Filho também fala de um sertão que é pequeno e imenso ao mesmo tempo, “vivo amortalhado e ossificado de dor com esse sertão imenso perdido dentro de mim” (2009. p. 44). Este sertão se aproxima do sertão rosiano ao transparecer que o sertão “é dentro da gente”.

O sertão de Moreira Filho é seus tipos pitorescos, a lida das fazendas, o sabor da jacuba com leite quentinho de manhã, o uivo dos cachorros nas ruas, o garimpo, o linguajar único, é a vontade de ser peão, as brincadeiras e as cantigas da infância, as estórias de trancoso, é a vida acontecendo naqueles “confins”, é, dentre tantas coisas, o Córrego Buritis.

Um riacho pequeno, mais que se mostra grande.

Era lá, no Corguinho de águas cristalinas, que, impreterivelmente, com sol ou chuva, reunia o “estado-maior” das estripulias. [...] era o palco maior de todas as nossas peraltices; das travessias de costas, dos cangapés ligeiros, das centenas de tibungos n’água!... (2009. p. 43).

Esse riacho, símbolo do sertão, vai seguindo seu fluxo calmamente, desviando do que é possível desviar, absorvendo o que se apresentava em seu caminho, crescendo, diminuindo, se transformando com as mudanças trazidas aos poucos pela modernidade das cidades que ficam sempre à espreita do sertão.

O riacho descia alvinho, sereno, manso!... Uma mansidão de fazer inveja!... Corria garboso!... Todo elegante!... paciente!... desviando -se de tudo, dentro de sua sonolência!... E lerdiza!... Lá na primeira dobra, perto de uma empuca, ficava o “poço do Sucuri”, onde a cobra sucuri se aboletava às margens das ribanceiras pra pegar de surpresa, com um bote certo, os porquinhos da fazenda que iam roer os buritis. E depois, abocanha -los!... Tritura – los tintim por tintim!... Relembro!... (1994. p. 44).

Esse riacho, esse sertão, é saudosista, morre aos poucos, mas também sobrevive nos sertanejos e nas memórias. Não se acaba com o uso desvairado de suas margens, mas sobrevive na dor da memória.

O córrego dos Buritis era um riachinho-de-nada!... Um filete d’água que corria preguiçosamente entre os pés de Buritis!... Mas pra mim naquele tempo era maior do que o Rio Preto!... Maior do que o Rio Loroti!... Maior do que o Rio Urubu!... Maior do que o Rio Dueré!... Maior do que o Rio Xavante!... Maior do que o Rio Formoso!...



Maior do o Rio Javaés!... Maior do que o Rio Araguaia!... Maior do que o Rio Tocantins!... Maior do que o mar!... Maior do que todo os oceanos!... Maior do que o mundo inteiro!... [...] Hoje na tristeza do riacho dos Buritis completamente morto, Mangaratiba me enche os olhos de lágrimas!... E o passado mais uma vez sobrevive!!!... (2009. p. 43).

### **Considerações finais**

Na pesquisa realizada propomos realizar um diálogo entre história, literatura e memória. Essas áreas se interligam e se valem uma da outra para se desenvolver. Podemos fazer, por meio da literatura, um resgate da memória e perceber o constante processo de construções e reconstruções da memória.

Tendo em vista a necessidade da contextualização da literatura como fonte histórica, foi abordado a conjuntura social, cultural e política da região que veio a ser Tocantins como base para analisar as obras de Moreira Filho.

Por meio da análise e investigação do discurso literário, foi proposto indicar como os agentes sociais da região do estado do Tocantins, vão sendo apresentados e como o sertão e o sertanejo são vistos e representados.

Ainda que o discurso oficial buscasse se distanciar desse sertão, ao evocar o discurso do progresso e desenvolvimento, as memórias literárias de Moreira Filho enaltecem um passado em que o sertão persiste. Ou seja, nas obras literárias deste autor as mudanças sofrem readequações, reconstruções sociais, culturais e identitárias.

Escrever sobre esse sertão memorizado nos coloca em encruzilhadas por não nos apresentar respostas fáceis. Pelo menos foi assim ao longo dessa pesquisa. O discurso de Juarez Moreira Filho permite acessar um dos sertões do Tocantins, mostra um vislumbre de um imaginário, de uma sociedade que leva uma vida tranquila e brejeira. Um outro tempo sobrevivendo aos avanços contidos nos discursos políticos. É um sertão que insiste em permanecer e que foi transposto na literatura do autor.

O sertanejo de Moreira Filho caracterizado como tipos; tipos que contavam causos, tipos que lidavam na roça, tipos de vaqueiros, tipos que se aboletavam nos bares, tipos que fofocavam, tipos que levavam uma vida rural e pacata.

Moreira Filho vai apresentando um sertão árido, mas querido e saudoso. Mais do que isso, apresenta um sertão vivo. Há em sua obra um constante medo do desaparecimento desse sertão, há também o saudosismo dos seus tempos de infância em que aproveitava das variedades proporcionadas por esse sertão. O autor se mostra melancólico ao imaginar que o sertão já não é mais mesmo, que ele não existe mais, que encontrou seu fim nos asfaltos da modernização.

No entanto, podemos perceber a sobrevivência desse sertão que mesmo sendo pequeno, visto como atrasado, fadado ao desaparecimento pela força do progresso, continua vivo, pois é carregado dentro de cada sertanejo. Pois, como dizia Guimarães Rosa “Levo o sertão dentro de mim e o mundo no qual vivo é também o sertão”.

### **Produto final**

No âmbito do PPGHispan toda pesquisa realizada e defendida na forma de dissertação deve trazer um produto que possa ser utilizado por profissionais que atuam em instituições de preservação de memória (museus, bibliotecas, arquivos) ou nas salas de aula. O nosso produto final se refere a uma proposta endereçada aos agentes educacionais e profissionais dos espaços de memórias do Tocantins e tem relação com os usos da literatura no ensino de história.

O desenvolvimento da aprendizagem histórica passa por uma leitura contextualizada do passado que pode ser refletido a partir de diversas fontes. Dessa forma, professores e alunos são instados a fazerem um trabalho de indagação e problematização acerca do documento.

Os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, como objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009 apud CORREIA, 2012, p. 191).

O desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem deve se utilizar do debate na formação do pensamento crítico, possibilitando a leitura das representações sobre o passado.

A literatura como uma forma de se rememorar, de se guardar feitos e parte do que o autor vê do mundo, pode ser entendida como um lugar de memória. A narrativa literária memorialística traz em si uma possibilidade de existência e de resistência ao esquecimento, se localizando numa leve alternância entre a ficção e a história, real e imaginário, natural e maravilhoso. Segundo Pereira,

Considerar a literatura como um *lugar de memória* implica em concebê-la como um suporte no qual os múltiplos aspectos e imagens relativas às modulações variadas da memória podem ser selecionados e reelaborados através da palavra literária (2014, p. 349).

Assim, interligar a produção de memórias à literatura significa olhar o imaginário e o vivido como dimensões da memória.

Posto isso, a partir da pesquisa desenvolvida propõe – se que a literatura seja um dos recursos utilizados pelas escolas, bibliotecas e professores para o ensino de História, no caso dessa pesquisa em específico, para o ensino de uma História regional.

Como exemplo de uma possibilidade do uso da literatura para o ensino de História, apontamos a utilização da obra do autor tocantinense Moreira Filho. Suas obras podem possibilitar um maior entendimento de aspectos sociais, culturais e do imaginário do tocantinense, partindo para um conhecimento mais amplo que não se limita somente ao regional, mas que permite observar conceitos como memória, identidades, região.

As obras de Moreira Filho aqui analisadas, podem ser utilizadas em sala de aula, permitindo assim que os alunos tenham um melhor acesso a compreensão sobre memória, história, lugar, identidade. Esse trabalho em sala de aula pode introduzir conhecimentos históricos e ainda pode favorecer o gosto pela leitura.

Nessa proposta utilizamos da literatura regional como uma forma de se compreender sobre história e memória, com o foco na obra de Moreira Filho, no entanto, tal proposta pode ser adaptada às mais diversas obras literárias dos mais variados gêneros.

Memória e literatura possuem uma relação que remonta a Homero, quando a base da cultura e da educação grega tinha sua fundação na declamação poética. A memória e a literatura se encontram nos mais diversos gêneros literários: contos, crônicas, romances, cartas, autobiografias, marcando especificidades nos gêneros e estilos.

Esse lembrar e narrar é uma constante no trabalho de Moreira Filho. O autor traz suas memórias e em meio a elas ressalta constantemente sobre as vezes em que escutava histórias ao redor da fogueira, contos que se originavam da região na qual vivia e que carregava costumes vividos naquele lugar. Ele mesmo traz suas histórias numa forma de narrar e tecer enredos do que escutou e/ou vivenciou.

A memória está ligada ao ser social do homem. De acordo com Braga (2000), “A singularidade do pensamento individual emerge dos entrecruzamentos das correntes do pensamento coletivo. A memória individual alimenta – se da memória coletiva. A memória autobiográfica insere – se na memória histórica.” (2000. p. 86)

Dessa forma percebemos nesse trabalho que o indivíduo não é independente no ato de lembrar, ele está envolto de todo um movimento social. O ato de lembrar leva em consideração a posição social, a família, escola, religião, conjuntura política, tudo o que cerca o indivíduo influencia no seu ato de lembrar e de narrar.

A literatura pode ser pensada através da exploração da linguagem, memória e história, como uma forma especial de se pensar essas relações através do ler, recordar, narrar. Ao utilizar a literatura em sala de aula possibilitamos aos alunos o contato com sua situação histórica, como a obra é criada e recriada, como ela vai perdurando ao longo do tempo, revela práticas sociais,

possibilita um entrecruzamento de tempos e espaços, “formas de memória e imaginação são elaboradas e expandidas.” (BRAGA, 2000, p. 100).

### **Uma proposta prática**

O professor pode iniciar seu trabalho observando a percepção dos alunos sobre o lugar onde moram, como pensam esse lugar, o que conhecem de sua história, as memórias de sua infância, se conhecem histórias da região, se suas famílias são da região trabalhada ou se vieram de outras regiões, quais as histórias são contadas pelos mais velhos, se conhecem autores regionais.

Tais questionamentos irão servir como uma introdução para o que será trabalhado com a obra literária e também agem como uma forma de trazer partilhas de uma memória que não se tranca em si mesma, mas que vai sendo construída no decorrer da vida, no desenrolar do cotidiano, naquilo que por muitas vezes é considerado como irrelevante.

Essas são memórias que a literatura como fonte histórica pode conseguir alcançar, faz parte do imaginário social que vai sendo construído no corriqueiro que não se encontra na história oficial, não faz parte dos mitos fundadores, mas age diretamente na forma de viver, de pensar e se manifestar de uma sociedade.

No passo seguinte, alguns trechos dos livros de Moreira Filho podem ser disponibilizados aos alunos. Através da literatura de Moreira Filho, os alunos podem trabalhar informações que vão além de fatos históricos, como por exemplo, traços geográficos, identidades, memórias, lembranças. É preciso apresentar ao aluno o universo sertanejo que emerge de seus textos, universo esse povoado por pessoas que vivem do seu trabalho tradicional, mudanças que vão acontecendo na região do Tocantins.

No terceiro momento, deve-se oferecer aos alunos outros suportes que vão auxiliá-los para complementar suas informações. Bittencourt aponta que:

Os estudos de teoria literária aliam – se aos de cartografia, entre outros, para a compreensão do texto literário, e há, nessa articulação de saberes, o aprofundamento de informações sobre o contexto em que ocorre a trama vivida pelos personagens (BITTENCOURT, 2008, p. 340).

Os suportes podem ser os mais variados, tais como filmes, mapas, outros textos, dicionários, tudo isso vai auxiliar os alunos a perceberem a obra de forma mais abrangente, visualizando assim fatores sociais, culturais, identitários, de memória, por exemplo. De acordo com Bittencourt (2008),

Os estudos de textos literários têm assim como objetivo não apenas desenvolver o “gosto pela leitura” entre os alunos, mas também fornecer condições de análises mais

profundas para o estabelecimento de relações entre conteúdo e forma (BITTENCOURT, 2008, p. 340).

A utilização da literatura possibilita abordagens mais complexas que podem e merecerem ser introduzidas pelos professores de história. É preciso que os alunos entendam que estas obras pertencem a um período e contexto histórico e portam tramas sociais, culturas, corrente e pensamento, identidades entre outros conceitos e conteúdos que vão além do visto numa primeira leitura não direcionada nem reflexiva.

Por último, os alunos devem ser instados a escrever seus próprios textos, nos quais devem escrever histórias de suas famílias, de lugares, de amigos, de suas experiências escolares, a partir de suas próprias lembranças, de suas memórias. Tais escritos devem conter pelo menos um gênero literário.

Com essa proposta se espera que os alunos leiam literatura e que deem sentido a ela, que consigam perceber através do gênero literário os diversos contextos históricos e sociais.

Tanto a memória individual quanto a memória coletiva são estimuladas com a utilização da literatura como fonte no ensino de história. A obra pode ser confrontada com a história na sua cidade, sendo feito assim uma contextualização do período histórico, no caso aqui, da utilização da história regional, no entanto os usos de obras literárias que não são regionais também podem se valer dos mesmos passos.

A busca pela memória pode ser feita por meio da literatura. Nesse processo de conhecer a obra regional, o autor, a história da região, as formações e transformações ocorridas ao longo dos anos, contribuem para o conhecimento e valorização da cultura local.

## Referências

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145151.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. Ed., 1ª reimpressão. Editora USP. São Paulo, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: Fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 333 – 340.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. O trabalho coma literatura: Memórias e histórias. **Cadernos Cedex**, ano XX, nº 50, abril, 2000. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RqmSgKNQJzK6WJQVtSczGmf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em outubro de 2021.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **BGG. Goiânia**, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dezembro. 2010.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. Ed Ática, São Paulo, 2000.

CORREIA, Janaína dos Santos. O uso da fonte literária no ensino de história: diálogo com o romance “Ursula” (final do século XIX). **História & Ensino**, v. 18, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12451>>. Acesso em janeiro de 2022.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo; RAMOS JUNIOR, Dernival Venâncio. **A invenção do Sertão: Viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11 n. 1, jan./jul., 2018.

HALBWACHS. Maurice. **Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Edições Vértices; Editora revista dos tribunais LTDA. São Paulo, 1990.

HOBSBAWN, Eric, org; RANGER, Terence, (ORG.) **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. Ed. Paz e terra S.A, São Paulo, 1997. p 09 – 51.

MORAES. Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341. visitado em 15 de agosto de 2021.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989 – 2002)**. Tese (Doutorado em história) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, programa de pós – graduação em história, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2185/AnaMotterHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: janeiro de 2021.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Rancho Alegre**. Editora do Correio Tocantinense Ltda. Palmas, 1991.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Infância e travessuras de um sertanejo**. 2ª ed Gráfica e editora Bandeirantes Ltda. Goiânia, 2009.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Mangaratiba**: peões, boiadas, tropas & bruacas. 4ª ed. Gráfica e editora Bandeirantes Ltda. Goiânia, 2009.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Oco do Mundo**. 3ª ed. Gráfica e editora Bandeirantes Ltda.. Goiânia, 2010.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Tipos pitorescos**. Gráfica e editora Bandeirantes Ltda. Goiânia, 2011.

NARCIZO, Makchwell Coimbra. A história e a escrita da história: uma análise sobre o papel que a narrativa exerceu no debate sobre o conhecimento histórico. **Revista de Teoria da História**. Ano 1, n. 1, agosto/2009. p. 42 – 63. Disponível em:

<[http://revistadeteoria.historia.ufg.br/uploads/114/original\\_ahistoriaescrita.pdf](http://revistadeteoria.historia.ufg.br/uploads/114/original_ahistoriaescrita.pdf)>. Acesso em: agosto de 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história a problemática dos lugares**. Tradução: Yara AunKhoury. *proj. Historia*, São Paulo, (10)dez. 1993, p. 07 – 27.

NUNES, Rafaela Baptista. **Entre ficção e história: A literatura ficcional como fonte no ensino de história**. Curitiba, 2017. Monografia de graduação em História – licenciatura e bacharelado. Disponível em: <  
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2017/12/ENTRE-FICCAO-E-HISTORIA-Rafaella-B-Nunes-2017-final-1.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2021.

OLIVEIRA, Nilton Marques. Transição do Norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins. **Revista tocantinense de geografia**, Araguaína (TO), ano 07, n. 12, abr – jul, 2018. P,53 – 82.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas: Eduft, 2019. 214 p. Disponível em: <  
<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1295>>. Acesso em janeiro de 2022.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. **Revista do departamento de letras da FFP/UERJ**, Número 28, julho – dezembro/ 2014, p. 344 – 354.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. História e literatura: uma relação possível. **R. cient./FAP**, Curitiba, v 2, p. 117 – 126, jan./dez. 2007. . Disponível em: <  
<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistacientifica/article/view/1726>>. Acesso em: setembro de 2020.

SILVA, Daniel Antonio Coelho. Memória, esquecimento e literatura: A reconfiguração das identidades de sujeitos deslocados. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Número XI, jan – jun 2015, p. 53 – 64.

## **PRÁTICAS POPULARES DE CURAS E O ESPAÇO DO MÉDICO FRANCISCO AYRES DA SILVA NO SERTÃO BRASILEIRO (1900 – 1930)**

Bruno Antonio de Paiva Ferreira<sup>27</sup>  
Marcelo Santos Rodrigues<sup>28</sup>

### **Introdução**

Nos últimos 30 anos e, atualmente, com o advento da pandemia do “Corona vírus”, estudos científicos sobre causas, sintomas e efeitos de múltiplas doenças nos últimos séculos, geraram novas percepções de análises sobre agentes e práticas de curas, atuação médica e salubridade nos centros urbanos. No entanto, os estudos a respeito dessas concepções para o interior do Brasil ainda consistem num campo aberto de pesquisa. Este trabalho tem o intuito de abordar a questão da salubridade, das práticas de curas adotadas por populares e a medicalização no sertão brasileiro, especificamente no norte de Goiás, atual estado do Tocantins, entre os anos de 1900 e 1930.

---

<sup>27</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins, UFT. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHispan, UFT. Atua como professor de História na escola estadual Vale do Sol, Palmas – TO e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, IFTO – Campus: Porto Nacional.

<sup>28</sup> Docente do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Porto Nacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, UFT.



Como recorte espacial mais definido, decidimos trazer para a discussão os acontecimentos ocorridos na cidade de Porto Nacional, localizada no chamado Médio Tocantins<sup>29</sup>, uma região distante dos processos de medicalização já conhecidos do Brasil.

O objetivo é compreender o debate em torno da salubridade nessa cidade, em detrimento de ser ela local historicamente associado a ligação comercial com o Pará e com outras regiões do país, principalmente através da navegação do Rio Tocantins.

Desde a época colonial, devido ao fluxo de pessoas na região, vez por outra, ocorria a disseminação de doenças e informações sobre tratamentos através de manuais, práticas, técnicas de saúde, além de medicamentos e compêndios farmacêuticos utilizados, principalmente, por médicos, versus as práticas populares que utilizavam ervas, plantas regionais, receitas de culinárias caseiras como receituário de curas, ou seja, conhecimentos antigos passados de geração a geração de como manter e produzir saúde.

Os estudos sobre doença e a saúde trazem para discussão da assistência pública, médicos, cientistas, intelectuais e a elite detentora do aparato político e econômico da chamada República Velha. Eles também mostram que esses agentes estabeleceram novos hábitos para a sociedade, além de implementarem normas éticas e morais, com o propósito de reprimir e desqualificar hábitos populares percebidos como insalubres, o que frequentemente promovia confrontos entre os conhecimentos tradicionais e as culturas locais (HOCHMAN, 2004). Essas confrontações foram analisadas com o intuito de compreender os discursos criados sobre a saúde no sertão brasileiro.

Deste modo, faz-se necessário para construção e compreensão das memórias referentes as práticas e técnicas da saúde da população brasileira, principalmente do sertanejo do Médio e Alto Tocantins. Por meio da compreensão das tensões existentes da história natural da doença, da cura e de seu impacto social, das relações entre natureza e sociedade, do entendimento acerca do saber médico local e dos agentes históricos que proporcionavam saúde, é possível averiguar possibilidades de se fazer ciência e desenvolver terapias eficazes distribuindo-as aos distante centros dinâmicos, além de mostrar que práticas populares, permanecem, influenciam e, ainda na atualidade, adotadas no processo de saúde-doença.

### **Ausência de hospitais, educação sanitária e saneamento no Médio e Alto Tocantins**

---

<sup>29</sup> Médio Tocantins: parte central e sulista do atual Estado do Tocantins, onde, inclusive a cidade de Porto Nacional está inserida.

Procurando vestígios que demonstrassem alguma iniciativa de práticas de higiene, educação sanitária e saneamento no Médio Tocantins e Alto Tocantins<sup>30</sup>, por parte do Estado/Governo, descobrimos que no Norte do Brasil só a partir de 1920, empreenderam-se ações, como indica Luiz Antônio de Castro Santos:

A saúde pública só se inscreve como prioridade na agenda política (...). De todo o 'Norte', devo salientar – a partir dos anos 20 e por força de um fator externo: a criação, desde 1918, do Serviço de Profilaxia Rural, um programa do Governo Federal para atuar em todos os estados da federação, com o suporte da International Health Board, da Fundação Rockfeller (SANTOS, 2004, p.253).

Assim, podemos perceber que só ocorrerá uma mudança efetiva por parte do Estado/Governo, com relação a região Norte do Brasil<sup>31</sup>, a partir de 1920, com o surgimento das primeiras ações do Estado com o patrocínio de instituições estrangeiras como a fundação Norte Americana Rockfeller e sua *International Health Board (Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller)* e o Instituto Pasteur<sup>32</sup>, em direção a um controle da assistência médica aos pobres.

Nesse período histórico, médicos e a elite detentora do aparato estatal começam a defender a ideia de que o papel da assistência médica no Brasil era crucial no controle de doenças, sobretudo, dos mais pobres que, em sua maioria, viviam em ambientes insalubres e considerados os principais propagadores das doenças infectocontagiosas. Essa visão só ocorreu a partir da transformação na percepção relativa ao entorno (lixo, sujeira, moradias, o traçado das ruas, trabalho, alimentação, hábitos, costumes etc.), ou seja, na relação entre doença, meio ambiente e o corpo.

Quanto às práticas caritativas e higienistas no campo da saúde, desde o século XVI existem as Casas de Misericórdia no Brasil, a saber: Salvador (1549), Rio de Janeiro, (1582) Ouro Preto (1730), Porto Alegre (1803), Recife, (1860), Fortaleza (1861), e São Paulo (1825/1884). As Casas de Misericórdia, ou seja, hospitais, algumas construídas na época colonial. As Misericórdias – como eram chamadas – tinham como prática a caridade religiosa e a assistência médica, elementos que coexistiram no mesmo local e que geraram momentos harmoniosos e conflituosos.

---

<sup>30</sup> Médio Tocantins: parte central e sulista do atual Estado do Tocantins, onde, inclusive a cidade de Porto Nacional está inserida; - Alto Tocantins: todo Norte do Tocantins, sudoeste do atual Estado do Maranhão, tendo como referência a cidade de Carolina e partes da região norte e/ou noroeste do Estado do Pará, cidades como Marabá e outras pelo percurso do rio Tocantins até a cidade de Belém.

<sup>31</sup> Quando se fala região Norte do Brasil, no início do séc. XX, é necessário inserir, inclusive regiões como o Estado do Maranhão, localizado no atual nordeste brasileiro pelo IBGE.

<sup>32</sup> O Instituto Pasteur é uma fundação francesa privada, sem fins lucrativos, dedicada ao estudo da biologia dos microrganismos, das doenças e vacinas. Foi criado em 1888.

Na região Norte do Brasil, se considerarmos o “Médio e Alto Tocantins” a Casa de Misericórdia de Belém (1650) era a mais próxima, devido a navegação do rio Tocantins, que servia de comunicação para o interior do Norte de Goiás (Médio Tocantins), visto que só em 1936 se criará a Santa Casa de Misericórdia de Goiás, em Goiânia.

As Santas Casas de Misericórdias, eram instituições restritas a determinadas regiões do país, quase sempre no litoral, o que dificultou a assistência médica no interior do Brasil, principalmente para a população mais pobre, embora houvesse consultórios particulares voltadas ao atendimento da elite local. Não há relatos, na documentação examinada, da existência de hospitais ou instituições médicas mantidas pelo Estado e/ou privado neste sertão, do início do século XX, voltadas a uma prática médica acadêmica. Isso dificultou a inserção da medicalização na região, principalmente em relação aos hospitais, que a partir da metade do século XIX, tornam-se espaços de cura e demonstração técnica da medicina acadêmica.

Para Santos (2004), as medidas sanitárias no “Médio e Alto Tocantins” por parte do Estado foram tardias, devido ao quadro político oligárquico coronelista que caracterizava o Brasil na virada de século XIX para o XX. Esse contexto dificultava a medicalização, novos empreendimentos e estruturas administrativas, como a criação de hospitais, instituições públicas que pudessem empreender uma melhor divulgação e entendimento sobre como proporcionar mais saúde para os sertanejos.

### **As curas populares e as intervenções médicas**

No entanto, podemos observar ações isoladas de médicos que, a partir de seus conhecimentos acadêmicos, empreenderam melhorias de higiene na região que residiam, a exemplo de Francisco Ayres da Silva, médico formado em 1898 pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, que atuou no início do séc. XX, sobretudo na cidade de Porto Nacional, na tentativa de implementar um moderno código de postura que estabelecesse novas normas cotidianas para população, com o objetivo de promover um ambiente saudável (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Edler (2003), no final do séc. XIX e início do séc. XX, Naturalistas, médicos, membros correspondentes de sociedades científicas, eram incentivados a reunir um volume crescente de dados climatológicos e nosológico, visando à produção de séries diárias de observações meteorológicas correlacionadas com as estatísticas de certas doenças.

O bom médico examinava, então, sucessivamente os circunfusa (meteorologia, hidrologia, geologia, climas e habitações), os ingesta (alimentos e bebidas), os excreta (excreções e banhos), os applicata (vestimentas e cosméticos), os percepta (costumes,

sexualidade, higiene pessoal) e, por fim, os gestos (movimentos habituais, atividades profissionais) (EDLER, 2003, p.6).

As fontes históricas como jornais, associados aos referenciais teóricos que estudam o âmbito da saúde esclarecem quais eram as práticas de observações e as ações do médico Francisco Ayres da Silva no Médio Tocantins, pois, na visão da maioria dos médicos, o progresso do conhecimento médico devia resultar no progresso social. E, para obtenção deste propósito, o médico envolvido na luta higienista iria se reunir e divulgar suas ideias em jornais correntes, com o propósito de influenciar políticos, além de ampliar a participação médica de associações científicas (SANGLARD, 2006).

Destacamos, também, as práticas populares de curas como uma forma de acessar o conhecimento e a memória sobre as maneiras de conservar a saúde e tratar as doenças, focando principalmente na utilização de plantas medicinais, com efeitos positivos na cura de moléstias. Pois, os praticantes de curas populares, eram procurados pela população quando alguém da sua comunidade adoecia, pois o desconhecimento, medo, descrença e a falta de recursos financeiros para buscar um médico era grande, até porque um fator que contribuiu para esse distanciamento entre a população e o médico era o total desconhecimento de métodos praticados pela medicina, muita das vezes, interpretados como dolorosos e engenhosos, principalmente pelo uso de instrumentos peculiares e “estranhos”, além do isolamento familiar do doente em alguns casos.

Ao contrário de alguns métodos populares, cotidianamente utilizados, que além de apazível, (não havia cisões, com objetos obstétrico, faca de amputação, terapias experimentais realizadas em hospitais ou em laboratórios afastados) conseguiam em alguns casos, através de alimentos, ervas medicinais ou palavras de conforto, a cura do enfermo.

Segundo Beatriz Weber (1999) em seu trabalho *As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio Grandense – 1889-1928* a população reagia e construía elementos aos quais tinham acesso conforme as religiões conhecidas por eles. Desta forma, era comum curandeiros, mezinheiros, pajés, espíritas, feiticeiros e membros de ordens religiosas concorrerem livremente com os médicos acadêmicos, até a metade do século XX, oferecendo seus serviços ao doente.

Para Dimas Catai (2016), em seu trabalho intitulado – *Médicos, Barbeiros e feiticeiros: Africanos e práticas de cura no Brasil do século XVIII* – o feiticeiro cumpria um importante papel nas sociedades coloniais e metropolitana do Antigo Regime. Curandeiros, benzedeiros, herbolários e sacerdotes de outras religiões, diferente da cristã (católica), eram todos reduzidos ao estigma de feiticeiro. O limitado desenvolvimento da medicina portuguesa e depois

brasileira, o alto custo e completa ausência de médicos em algumas regiões, somados à crença da eficácia do feitiço eram elementos mais do que suficientes para levar muitos a buscar ajuda entre os que detinham esse dom sobrenatural, seja no período colonial, imperial e nos primeiros anos da República Velha brasileira (CATAI, 2016).

Outro fator que contribuiu para não se recorrer a um médico pela população sertaneja do Brasil foi a existência de manuais, formulários, guias, tratados e dicionários de medicina doméstica, que circulou no Brasil, nos séculos: XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, ensinavam receitas úteis à economia doméstica no tratamento de várias moléstias que podiam ser realizados na ausência de um médico. Porém, não se sabe ao certo a repercussão e nem o sucesso alcançado pela medicina de cabeceira em diversas regiões brasileiras, um campo aberto para novas pesquisa (GUIMARÃES, 2006).

Com o foco nas práticas de curas populares e no espaço da medicina acadêmica, *Enfermidades, Feitiços, Caridades, Ciências e Curas – da Colônia ao Império*, procura de forma dialética e reflexiva, discutir sobre práticas de curas realizadas por indígenas, africanos, europeus e brasileiros nos seus períodos: colonial e imperial. Com uma escrita progressista foi analisado de maneira crítica, diferenças, semelhanças, permanências e transformações da medicina acadêmica e popular ao longo destes dois períodos para que possamos compreender as adaptações e conceitos novos, aceitos e utilizados entre as artes medicinais do início do século XX.

Desta maneira, foi necessário estabelecer e definir o que é medicina acadêmica e medicina popular. A partir de uma perspectiva sinóptica, as múltiplas artes medicinais foram comprimidas dentro de dois mundos: o domínio da “medicina popular”, entendida como aquela possuidora apenas do saber prático, sem conhecimento teórico e técnico-científico adequado, relacionada as práticas mágicas, sobrenaturais e religiosas, e o domínio da medicina acadêmica/oficial, compreendida como aquela que reivindicava o conhecimento técnico-científico, reafirmando sua aliança com a ciência, detentora de tecnologia, utilizando medicamentos e instrumentos, que ajudam no diagnóstico e tratamento de doenças e, por vezes, uma medicina patrocinada pelo aparato estatal e comercial.

Definimos como grupos populares os sujeitos marginalizados da sociedade, sem conhecimento e acesso aos direitos civis e que no âmbito econômico-social são os pobres que compõe a sociedade. São brancos, pardos, pretos, caboclos, mamelucos, mestiços, cativos africanos e indígenas que entendiam e reagiam às doenças. Em contrapartida analisamos a reação dos médicos e o entendimento por parte de estudiosos da história da medicina,

construindo e demonstrando conflitos entre as interpretações a respeito das doenças e curas mais frequentes no Brasil.

Para mais, foi refletido e discutido, também, sobre o papel das instituições e ciências médicas desenvolvidas na Europa e transportadas, adaptadas à realidade brasileira. Portanto, utilizando-se do próprio veneno para conseguir o antidoto para cura, ou seja, valendo-se da mesma técnica e metodologia para apontar equívocos e preconceitos da historiografia tradicional, optamos por uma escrita progressista, pois acreditamos ser de fácil assimilação sobre o que consideramos medicina acadêmica e medicina popular. Porém, com o propósito de analisar de maneira crítica as permanências e transformações da medicina, suas adaptações, novos conceitos aceitos no início do século XX.

### **O médico Francisco Ayres da Silva**

No capítulo intitulado: *Francisco Ayres da Silva: um doutor para o Sertão (1900 – 1930)*, foi analisado o espaço médico de Francisco Ayres da Silva no sertão brasileiro, através do Jornal “*Norte de Goyaz*” e seu diário de viagem, intitulado “*Caminhos de Outrora*”. Francisco Ayres, foi médico principalmente do “Médio Tocantins”, região distante dos centros urbanos, equipados com hospitais e/ou outras instituições que prestasse assistência médica aos mais carentes.

Devido a essa realidade, o médico Ayres fez com que a medicina acadêmica chegasse ao interior, por meio do “*jornal – Norte de Goyaz*”, pois divulgou medicamentos, vacinas e notícias sobre saúde e higiene na cidade de Porto Nacional e região do Alto e Médio Tocantins. Por meio de sua escrita, em seu diário de viagem, “*Caminhos de Outrora*”, resgatamos e construímos, algumas práticas de curas populares executadas por barqueiros e sertanejos que navegaram e viveram aos arredores do rio Tocantins. Ayres descreveu com precisão, detalhes da embarcação, seus métodos de locomoções e suas repartições. Escreveu sobre os lugares onde passou com olhar atento de médico-higienista, observando costumes que, para ele, na maioria das vezes, eram anti-higiênicos e propagadores de doenças.

Nesse sentido, percebi a possibilidade de adentrar ao tema, a partir de um novo contexto – a do *Alto e Médio Tocantins*, no norte de Goiás – uma região pouco explorada, a onde a medicina chegou tardiamente. As anotações feitas pelo médico Francisco Ayres da Silva, entre 1900 e 1930, sobre doenças, medicamentos e curas nos sertões, permitiu conhecer a sua prática médica, bem como os saberes populares dessa época.

Através de seu diário tivemos conhecimento sobre doenças que ocorreram no transcorrer da navegação do Rio Tocantins, de Porto Nacional até Belém, receitas farmacêuticas indicadas para algum adoentado, os medicamentos e práticas usadas pela população nortista. Bem como suas impressões a respeito da fauna e flora da região. Deste modo, refletimos sobre sua opinião a respeito dos saberes regionais.

Para compreender o perfil médico de Francisco Ayres da Silva, na cidade de *Porto Nacional* e região do *Alto e Médio Tocantins*, busquei conhecer a história da Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, sobretudo no período em que Francisco Ayres realizou os seus estudos. A partir dessa decisão, aprofundi na temática da história da medicina para compreender o processo de institucionalização ao longo do tempo da profissão médica no Brasil.

O médico Francisco Ayres foi influenciado pelos seus contemporâneos: Francisco Fajardo; Eduardo Chapot Prévost, Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Vital Brazil, Emílio Ribas, Belisário Penna, Carlos Chagas, dentre outros médicos. Ayres utilizou jornais para informar a população interiorana sobre as novas técnicas medicinais vigentes da época e ajudou a promover os dois momentos da ‘Reforma Sanitária’ no período da República Velha.

A Primeira Reforma Sanitária, foi colocada em prática pelo médico, através do jornal *Norte de Goyaz*. Focada no saneamento urbano e nos portos brasileiros, promovia uma visão europeia, defendendo que a modernização e a promoção da ideia de hábitos civilizados seria a solução para conter as doenças infectocontagiosas, pois a população sertaneja, ainda permanecia desprovida dos costumes modernos<sup>33</sup> (civilização moderna), entendidos como saudáveis (HOCHMAN, 2012).

A Segunda Campanha Sanitária, interessada no saneamento rural buscava unificar um enorme e heterogêneo grupo de intelectuais e convencer, a elite política e a sociedade brasileira, da gravidade do problema, apresentando um diagnóstico dramático sobre os males do Brasil, associado a uma interpretação persuasiva sobre suas causas. Percebemos que Ayres adota essa postura no período em que escreveu seu diário de viagem, ‘Caminhos de Outrora’, pois ao navegar pelo rio Tocantins, identifica algumas práticas de curas populares e as doenças mais recorrentes nas populações sertanejas da região do “Médio e Alto Tocantins”, Além do mais,

---

<sup>33</sup> Exemplos de costumes promovidos pela ‘civilização moderna’, do início do séc. XX - Não escarrar e nem cuspir no chão, procurar evitar lugares sujos, com lixos e possas de águas paradas, entendidos como lugares propícios aos miasmas (ar putrefato – teoria miasmática das doenças) que facilitavam a promoção das doenças infectocontagiosas. Limpar-se com produtos de higiene e cosméticos, utilizar medicamentos, fármacos e vacinas para se prevenir e curar os males e por fim, quando estiver doente, recorrer sempre a um médico, evitando curandeiros, benzedeiros e outros possíveis charlatões que se dizem conhecedores da medicina (SEVCENKO, 2003).

Ayres torna-se Deputado Federal em 1914, sendo reeleito em 1918, 1922, 1926 e 1930. Nesse período, a campanha sanitária rural incutiu no espírito dos dirigentes, médicos e elites regionais a necessidade de começarem a criar uma política sanitária para todo o território brasileiro

Pois bem, Ayres formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1898, momento de consolidação da medicina experimental e implementação do modelo biomédico. Paralelamente, junto com a importância dos periódicos, como espaços privilegiados de estudo e debate sobre os avanços da ciência médica, além de ser um meio de acesso aos saberes medicinais acadêmicos nos lugares mais remotos do interior do Brasil.

Por exemplo, com o intuito de levar os saberes da medicina acadêmica para população sertaneja, abandonada, que habitava Porto Nacional e arredores do rio Tocantins, informou a população sobre o perigo da varíola, incentivando os sertanejos/leitores a se vacinarem e revacinarem contra essa moléstia, que ceifava milhares de pessoas, através do jornal: *Norte de Goyaz*. Ele também se encarregou de divulgar medicamentos homeopáticos, reconhecidos pelos principais laboratórios do Brasil, EUA e da Europa, campanhas e fiscalizações sanitárias, nos municípios de Porto Nacional, Pedro Affonso e Natividade, todos localizados no Médio Tocantins.

Embora reconhecendo que Francisco Ayres assumiu a responsabilidade de melhorar e informar a população sobre as doenças que grassavam nesta região, além de técnicas e medicamentos desenvolvidos nos laboratórios do Brasil, Europa e Estados Unidos, não podemos esquecer que somos homens/mulheres de nosso tempo e produto do meio. Neste sentido percebemos que no jornal '*Norte de Goyaz*', em suas páginas, não menciona notícias sobre agentes populares de curas, enfocando sempre o papel do médico e farmacêutico. Deste modo, há um silêncio na imprensa goiana, bem como dos estados circunvizinhos, sobre as atuações de personagens como curandeiros(as), feiticeiros(as), raizeiros(as), benzedores(as), barbeiros, sangradores etc.

Na região percorrida pelo médico Francisco Ayres, através da navegação do rio Tocantins, explicitou sua postura científica, modernista, positivista e republicana. Seu pensamento estava atrelado a um ideal de civilização em que as práticas de curas populares não faziam parte, considerando-os como supersticiosos, ignorantes e enganadores/charlatões. Desta forma, não reservou espaços para criticar e nem julgar estes populares, deixando para eles, apenas o silêncio e a omissão como 'lugares para sua História', que deveria ser esquecida.

No entanto, em seu diário *Caminhos de outrora*, ao relatar sua viagem no bote *Cristal*, de Porto Nacional para Belém do Pará, através do rio Tocantins, o médico Francisco Ayres



tratou de expor e denunciar práticas de curas exercidas pelos barqueiros, remeiros, roceiros, matutos, ribeirinhos e outros sertanejos.

Ele observou que nessas localidades, distantes de centros urbanos movimentados, permaneciam os conhecimentos de como manter e produzir saúde, por meio de plantas medicinais e alimentação típica da região. Assim, muitos sertanejos do Alto e Médio Tocantins, principalmente, por acreditar, se tratar, ou em algum momento obter sucesso por meio de práticas curativas, passadas de geração a geração, que curavam moléstias, não procuravam ajuda de médicos formados, como relata Francisco Ayres em seu diário. Pois no dia 22 de março de 1920, precisamente no segundo dia de viagem para Belém, Ayres escreveu sobre o doente a bordo que sofria de *diarreia de sangue* (enterite sanguinolenta). Mesmo sabendo que havia médico a bordo, o adoentado preferia se automedicar “com água levemente adoçada, com tapioca ou polvilho de mandioca, reestabelecendo sua saúde com sucesso, depois de tomar diversas vezes por vários dias seguidos” (SILVA, 1999. p. 23)

Francisco Ayres, ao chegar na “Vila de Marabá” no Alto Tocantins, no dia 6 de abril de 1920, conta que quase todos os tripulantes acometidos por gripes e febres solicitaram a sua intervenção médica. Apesar de ser uma vila, esta já se apresentava como um lugar relativamente movimentado, com comércio próspero, dando a entender que, em lugares de maior circulação comercial, supõe-se maior interação social, de ideias, mercadorias, logo, haveria maior aceitação por parte da população quanto a importância do papel do médico na sociedade.

Porém, mesmo assim, as práticas de curas populares eram as mais utilizadas e acessíveis, principalmente com o uso de plantas, raízes e óleos extraídos de vegetais, como o de andiroba, consumido pelos remeiros contra tosses intensas ocasionadas pelas gripes de catarro, corriqueiras, em alguns períodos do ano, na região do Alto Tocantins.

### **Considerações finais**

Deste modo, podemos concluir que a falta de hospitais, o reduzido contingente de médicos disponíveis nos sertões, trouxe como consequência a abolição da rígida hierarquia social da medicina, dando espaço para permanência de práticas de curas populares, relacionadas ao conhecimento das plantas medicinais e a alimentação típica da região como uma forma de manter-se saudável.

Portanto, o uso das plantas medicinais e a alimentação típica do Médio e Alto Tocantins, eram as principais formas de manter a saúde dos sertanejos e barqueiros do rio Tocantins. Mesmo havendo médicos e remédios divulgados nos jornais, não era costume do sertanejo

recorrer a eles, pois seu conhecimento sobre curas populares, passadas de geração a geração, bastava para se automedicarem, sem a ajuda de um médico formado.

### **Produto Final**

Essa dissertação mostrou um esforço significativo no modo de fazer história, pois apesar dos periódicos nortistas, como o Norte de Goyaz, emitirem exclusivamente a versão das formas de controle da classe dominante, ou seja, a dos médicos e seus medicamentos, entendemos que a história dos populares e suas práticas de curas, também podem ser estudadas e construídas por meio da desqualificação, do silêncio e da omissão das elites dirigentes.

Esperamos que essa dissertação desponte como um produto que, de posse de professores e demais profissionais da educação escolar de Tocantins, contribua para que o patrimônio cultural popular seja identificado, estudado, reconhecido e promovido dentro das redes de ensino, unidades escolares, bibliotecas, arquivos e museus do Estado do Tocantins e do Brasil, mesmo através dos olhos de um médico, pois na história da saúde brasileira, isso significa, lutar contra padrões morais conservadores e elitista que foram antes estabelecidos.

### **Referências**

CATAI, D. **Médicos, Barbeiros e feiticeiros: Africanos e práticas de cura no Brasil do século XVIII**. VIII Encontro Estadual de História, ANPUH BA, Feira de Santana, 2016.

EDLER, F. C. **A medicina no Brasil Imperial: fundamentos da autoridade profissional e da legitimidade científica**. Anuario de Estudios Americanos, Sevilha, v. 60, n. 1, p. 139-156, 2003.

EDLER, Flávio; FONSECA, Maria Raquel Fróes. **Saber erudito e saber popular na medicina colonial**. Cadernos ABEM, v.2, 2006.

GUIMARÃES, Maria Regina. C. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular do Império**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

HOCHMAN, Gilberto (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. / organizado por Gilberto Hochman. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2012.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o Sertão e o litoral: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Anápolis: Coleção Olhares, 2010.

SANGLARD, Gisele. **A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização**. **Revista Esboços**, Santa Catarina, v. 13, n. 16 (2006).

SANTOS FILHO, L. História Geral da Medicina Brasileira 2. 1. reimpressão. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, L. A de C. **Poder, Ideologia e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica.** Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. / organizado por Gilberto Hochman e Diego Armus. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. 1. Ed. – São Paulo: EGB, 2003.

SILVA, Francisco Ayres. **Norte de Goyaz.** Porto Nacional, n. 63. 30, abr. 1908. p. 1- 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120685&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 8 out. 2021).

SILVA, Francisco Ayres. **Caminhos de Outrora: diário de viagem.** 2. Ed. – Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 1999.

WEBER, B. T. As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio Grandense – 1889-1928. Santa Maria, Bauru: Editora da UFSM, Edusc, 1999.

## **“AGORA NÓIS É QUILOMBO, MAS NOSSA RAIZ É A MESMA”: DE CAMPEPINATO A TERRITÓRIO QUILOMBOLA, A HISTÓRIA NARRADA DA BARRA DA AROEIRA**

Maria Helena Borges<sup>34</sup>  
Marcos Alexandre Santiago Arraes<sup>35</sup>

### **Introdução**

Este capítulo é resultado de dissertação de mestrado defendida em 2022, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas cujo título é “Agora nós é Quilombo, mas nossa raiz é a mesma”: De Campesinato a Território Quilombola, A História narrada da Barra da Aroeira”. Desde o princípio dos tempos, a comunicação foi de vital importância, sendo uma ferramenta de integração, de instrução, de troca mútua e desenvolvimento. Com uma proposta de comunicação ampliada, apresentamos - em nossa dissertação - a pesquisa realizada sobre os mecanismos que a comunidade quilombola Barra da Aroeira utiliza para preservar sua história e qual é a importância dessa história para a sobrevivência e o território para as futuras gerações. Acreditamos que só a comunicação não produz a transformação social, mas é instrumento importante para tal caminho.

O objeto de estudo está situado numa área de 62.315 hectares, localizada nos municípios de Lagoa do Tocantins, Novo Acordo e Santa Tereza do Tocantins, região sudeste do Estado do Tocantins. Atualmente, possui cerca de 170 famílias, que vivem da agropecuária de subsistência e do extrativismo. A Comunidade se constitui enquanto grupo étnico com identidade territorial que se originou em 1871, quando Dom Pedro II teria presenteado com terras um negro combatente da guerra do Paraguai, Félix José Rodrigues, somando, atualmente, 150 anos de existência no mesmo território.

---

<sup>34</sup> Mestra em História das Populações Amazônicas. Atua na Secretaria de Estado da Educação.

<sup>35</sup> Docente do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Porto Nacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, UFT.

Nosso objetivo principal neste trabalho foi de identificar os mecanismos de comunicação utilizados pela comunidade quilombola Barra da Aroeira, na transmissão e preservação da história e a importância desta história para a permanência no território desde o século XIX. Comunicação essa entendida na perspectiva de Juan E. Díaz Bordenave (1982), na qual ela não existe por si mesma, porém um canal pelo qual os padrões de vida de uma cultura são transmitidos para as pessoas, pelo qual aprenderam a ser membros de uma sociedade.

Este trabalho tem como principal fonte a oralidade. Conforme Barros (2006), nossa pesquisa se enquadra na História do Tempo Presente (que decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que não terminou), e que devemos ficar atento que lembrar não é reviver, mas rever, refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado para compreendê-lo.

A História Oral como referência se justifica, pois é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento. Para Lattif Cassab (2003), atualmente, no Brasil, como em diversos outros países, a História Oral é a metodologia que mais se expandiu nas últimas décadas, possivelmente pela difusão do uso do gravador, como também pelo grande volume de pesquisas sobre o tempo presente. É a valorização de uma história construída em torno das pessoas, conforme argumenta a autora.

A História Oral, como metodologia de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade – os padrões culturais – estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas, relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas (CASSAB, 2003, p.1).

Cabe salientar ainda que, conforme Bernadeth Maria Pereira (2008, p. 162), essa é uma metodologia de pesquisa que privilegia os testemunhos não escritos, onde as fontes não hegemônicas e, ao mesmo tempo, dialoga com uma multiplicidade de fontes escritas, visuais e inclusive oficiais.

Também utilizamos como fontes documentos e informações de órgãos governamentais (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Fundação Cultural Palmares, Defensoria Pública e Ministério Público), teses e dissertações, principalmente sobre as comunidades quilombolas na Região Amazônica, entre outros documentos. Os depoimentos foram colhidos a partir de entrevistas semiestruturadas e roteiros abertos, cuja definição do tempo foi a da lembrança dos (as) entrevistados (as), sejam as suas próprias, desde a infância até os dias atuais ou a das situações vividas e compartilhadas por seus patriarcas. Ouvimos não

apenas o que a comunidade conta sobre a sua história, mas também seus anseios e preocupações, principalmente no que diz respeito ao direito ao território, que, mesmo garantido pela Constituição Federal, vivencia um forte avanço de políticas que colocam sob ameaça essa conquista advinda de décadas de reivindicações, embates e articulações construídas por eles. Essas comunidades ainda se baseiam em formas organizativas tradicionalmente quilombolas, porque seus costumes e cosmovisões remetem a uma memória ancestral, desde a sua oralidade, organicidade de suas manifestações culturais e formas de viver em grupo, inclusive no uso coletivo da terra.

Nos processos das memórias estão presentes as dimensões do tempo individual, que é um roteiro bibliográfico, e do tempo coletivo, isto é, o social, seja local, regional, nacional e até internacional, quando os depoentes recorrem a expressões como: “no meu tempo...”, “quando teve...”, “quando surgiu...” etc., e a memória é ativada a partir do momento que é instigada pelo pesquisador. História, tempo e memória são processos interligados a partir de então. Neste trabalho, optamos pela forma original da fala, coletada nas entrevistas, sem correções ortográficas, pois acreditamos que a língua é um organismo vivo, e que a fala, de acordo com a sociolinguística, vai variar conforme o espaço, o tempo, a história e o falante.

A princípio partimos da hipótese de que a comunidade se utilizava exclusivamente da oralidade para preservar sua história, entretanto, percebemos que seus moradores utilizam vários mecanismos de comunicação para se manterem e serem reconhecidos enquanto comunidade, e a partir disso, preservarem sua história.

Durante as entrevistas, foi percebida a importância dessas memórias, que, apesar de individuais, foram, muitas delas, coletivizadas pela comunidade. A escolha da idade (acima de 50 anos) baseia-se no argumento de Gwyn Prins (1992, p. 191), para quem a bioquímica da memória é ainda pouco compreendida, mas testes sobre diferentes tipos de memória tendem a concordar com a de longo prazo, especialmente em indivíduos que estão na fase de revisão de vida. Uma cultura se mantém através da transmissão de seus saberes de geração em geração, encontrando transformações e atualizações, repassando adiante aquilo que aprendeu e criou.

Em diálogo com Walter Benjamin (2012, p. 163), podemos dizer que o ancião torna-se um narrador e transforma suas experiências na experiência de quem as ouve, de modo que a vida do velho só tem alegria se encontrar ouvidos que ouçam e repassem sua vivência em uma obra de vida, numa época do transcurso histórico. Geralmente é papel dos mais velhos serem os guardiões e transmissores das tradições, da sabedoria de cada povo, responsáveis por transmitir a cultura e os costumes para os mais novos.

## **Permanências no processo de comunicação**

No primeiro capítulo, foi apresentado um contexto histórico, desde a chegada dos primeiros negros escravizados ao Brasil, posteriormente na região Amazônica e a chegada dos primeiros Rodrigues<sup>36</sup> na região do então Norte Goiano. Discorremos sobre a construção da comunidade, e tratamos do que permanece de manifestações culturais e do modo de viver desta comunidade centenária. Nesse capítulo, tivemos o suporte teórico, especialmente sobre memória, de autores como Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993), Meneses (1992) e outros.

No segundo capítulo, contextualizamos a luta em torno das suas reivindicações mais importantes, a demarcação dos seus territórios e suas respectivas titulações. Situamos, também, como está o processo que teve início em 2004, com o reconhecimento de comunidade quilombola Barra da Aroeira pela Fundação Cultural Palmares e posteriores avanços, como, em 2006, com o primeiro passo para a titulação da terra pelo Incra. Para o desenvolvimento desse capítulo, nos apropriamos da legislação que rege o processo de titulação, especialmente a Constituição Federal (1988), decretos e leis complementares, bem como os dados atualizados sobre as comunidades quilombolas que constam no Incra, Fundação Cultural Palmares, Governo do Tocantins, Comissão Pró-Índio de São Paulo, dentre outros.

A forma com que a comunidade lida e trata a comunicação como um veículo, uma ponte para negociar com o mundo externo, utilizando mecanismos de aceitação do discurso para uso e usufruto próprio foi tratado no terceiro capítulo, sob a perspectiva da teoria de Michel de Certeau, em sua obra *A Invenção do Cotidiano. As Artes de Fazer* (1998), onde se critica a suposta tendência de submissão à manutenção do que está estabelecido como verdade. Além de Certeau, outros autores nos ajudaram no suporte teórico deste capítulo, como Marques de Melo (1978; 1998; 2003), Marshall McLuhan (1972; 1974), Lúcia Santaella (2001) e Vera Veiga França (2001).

Defendemos, neste trabalho, as formas de comunicação tradicionais ou contemporâneas, que permanecem no processo de comunicação, que não estão, necessariamente, ligadas ao sistema de transmissão/recepção entre meios de comunicação e pessoas, mas relacionadas à interação social entre os indivíduos da comunidade com seu passado, visando preservá-lo para o conhecimento das futuras gerações. Para Vera Veiga França (2001, p. 5), fechar o objeto da comunicação no campo das mídias é uma operação redutora, ao excluir as inúmeras práticas

---

<sup>36</sup> Barra da Aroeira é uma comunidade formada por inúmeras famílias que compartilham a mesma ancestralidade, sendo descendentes consanguíneos e parentes afins de Félix José Rodrigues e Venância Rodrigues. Segundo as narrativas locais, a migração deles para o então norte de Goiás se deu em 1871

comunicativas que edificam e marcam a vida social – e não passam pelo terreno das mediações tecnológicas (por exemplo, o rumor, as relações de vizinhança e suas formas comunicativas, os teatros ou encenações urbanas – entre outras). É nesse sentido que se dá a importância de se utilizar a comunicação para responder às indagações de como são feitas a transmissão e preservação da história e quais mecanismos são utilizados pela comunidade no enfrentamento aos problemas, de como ela vem lutando pelo direito de ser agente de sua própria história.

### **Os mecanismos de comunicação utilizados pela Barra da Aroeira**

Paul Marie Veyne (1995) argumenta que não há possibilidade de uma escrita da história ser revolucionária, simplesmente porque a vida não pode deixar de ser cotidiana. Para ele, a história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão, uma vez que não sabemos quanto nos resta de não-factual a historicizar e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo. “[...] assim não nos aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados” (VEYNE, 1995, p. 133).

É com este pensamento que estamos encerrando este trabalho, na certeza de que não vimos todos os cômodos e todas as alas deste palácio que se reconhece como comunidade Quilombola Barra da Aroeira. Descobrimos que ao longo desta pesquisa, da leitura dos textos ao trabalho em campo, houve inúmeras situações que, seguramente, não são passíveis de serem traduzidas em palavras. Ainda assim, faremos a seguir algumas considerações e recomendações, respeitados os limites do trabalho acadêmico e as discussões que foram feitas nos capítulos anteriores aqui apresentados.

Este trabalho possibilitou entender quais os mecanismos de comunicação utilizados pela Barra da Aroeira para preservar sua história, afirmar sua identidade e garantir seu território. Descobrimos que, politicamente engajados no processo de recuperação do território perdido para os muitos conflitos fundiários que marcam a vida local, para além do reconhecimento, demarcação e titulação da área sugerida pelo Incra, os membros da Barra da Aroeira vêm criando e recriando seus vínculos de pertencimento a uma coletividade maior, buscando afirmar sua legitimidade tanto pela descendência, quanto pela ocupação e permanência nas terras.

Verificamos em nossa pesquisa que, ao longo de um processo histórico, novas técnicas promoveram mudanças nas relações sociais e no espaço e, por sua vez, o modo de vivência na Barra da Aroeira, que precisou se adequar às mudanças e, mesmo que possa manter algumas tradições de outrora, agora possuem novos elementos acrescentados. Identificamos, ainda, nos mais velhos da Comunidade, a preocupação de repassar para os mais novos esses saberes



tradicionais, como a contação de histórias, os ensinamentos, os cuidados com a terra e todas as dinâmicas de vida, pois foi assim em sua infância, quando aprenderam, construíram coletivamente, escutaram, falaram e trocaram experiências.

Constatamos que a comunidade se vale da comunicação, afirmando, através das narrativas e usos das identidades que, às vezes, nem são próprias, mas a que recorre como forma de se integrar e ter seus direitos e necessidades atendidos pelo Estado e pela sociedade, construindo assim uma identidade coletiva, transformando o espaço com suas maneiras de expressar-se, com as práticas e artes de fazer, sem perder sua cultura, reiterada pelo “Agora nós é quilombo, mais nossa raiz é a mesma”.

Observamos que a comunidade recorre exclusivamente à oralidade para preservar sua história, como meio de união e preservação de uma cultura que se mantém através da transmissão de seus saberes de geração em geração, encontrando transformações e atualizações, mas repassando adiante aquilo que aprendeu e criou. Contudo, já está se movimentando para criar outros mecanismos, como a instalação de um memorial e a produção de um livro para continuar apresentando à comunidade, interna e externa, a história de seus antepassados e a criação da comunidade como quilombola.

Constatamos que a preocupação da Barra da Aroeira em preservar as tradições faz parte de uma estratégia de resistência, afirmação da identidade, de manutenção da territorialidade, e de sobrevivência. Através das táticas adotadas, a partir do processo de reconhecimento como comunidade quilombola, intensificou os diálogos sobre a memória e a história, atribuindo dessa forma uma nova simbologia ao seu passado, fortificando assim as lutas no presente. A garantia do território representa, atualmente, a grande bandeira de luta contra a exclusão dos descendentes de Félix Rodrigues, que se aproveita da comunicação para atingir a sociedade, seja entre os poderes instituídos, imprensa, associações, movimentos sociais, canais em redes sociais, entre outros.

Como explorado no capítulo III do nosso trabalho, os membros da Barra da Aroeira buscam uma compreensão das estratégias e táticas utilizadas pelos grupos sociais para demonstrarem sua insatisfação com a condição em que vivem, de forma pacífica, sem praticarem atos e atitudes que chamem atenção, que os coloquem em risco social, aparentemente se adequando ao ambiente proposto e estabelecido pelas classes dominantes, eles transformam o espaço com sua linguagem, práticas e artes de fazer. A Barra da Aroeira insere-se na cultura dominante e busca sua liberdade por táticas que incluem a dependência econômica, aliada às leis jurídicas que a favorecem. Utiliza mecanismos de comunicação para

se manter e ser reconhecida enquanto comunidade, e, a partir disso, garantir o território em que vivem os Rodrigues desde 1871.

Esses mecanismos também fazem parte das estratégias e práticas para reverter o grave problema de extrema pobreza e a falta de perspectiva de melhoria de vida, verificamos o movimento de ir buscar com setores do governo e instituições educacionais e sociais, seja para a garantia de políticas públicas ou para promover capacitações que possam trazer renda e melhorias para a comunidade. Para a sua existência, faz-se necessária uma comunicação com o externo, com o diferente.

### **Considerações Finais**

Conforme o que foi exposto em nosso trabalho, concluímos que, inserida em um contexto de identidade quilombola, a população da Barra da Aroeira representa a resistência negra, e, a condição de ser remanescente apresentou para a comunidade a garantia sobre o direito de suas terras, voz política e a continuidade de suas manifestações culturais, ganhando visibilidade pelas comunidades externas e pelo poder público.

Ressaltamos aqui que, embora a luta organizada das comunidades quilombolas no Brasil tenha tido importantes conquistas, muitos passos ainda necessitam ser dados. A demarcação e titulação efetiva de seus territórios caminham lentamente, e a falta de continuidade de ações e projetos ainda é um problema. A conquista do território, embora seja primordial, muitas vezes não é suficiente para manter ou ampliar o desenvolvimento socioeconômico destas comunidades, é necessário também financiamento de projetos, auxílios técnicos, incentivos à produção em bases sustentáveis etc., ou seja, que estas populações sejam inseridas em um planejamento de políticas públicas de longo prazo.

Por fim, queremos enfatizar que identificamos, através dos relatos orais, que há conflitos, ameaças e desafios, mas também há possibilidades e caminhos para serem trilhados, porque na Barra da Aroeira tudo é aprendizado, tudo é ancestralidade.

### **Produto final**

O curso de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHispan, exige a apresentação de um produto contendo uma proposta de uso das fontes e da pesquisa realizadas na produção da dissertação, em escolas, museus arquivos e bibliotecas. O nosso produto final foi a construção de um roteiro histórico para dar suporte aos repórteres e jornalistas na construção e apresentação das pautas jornalísticas sobre comunidades

quilombolas da Região Amazônica. Nossa proposta contém uma breve introdução sobre a formação dos quilombos, sugestão de abordagens, metodologias e métodos, como também um cronograma de atividades e sugestões de autores e fontes que podem ser consultados no processo de produção da notícia/reportagem. O roteiro também oferece possibilidades de uso das fontes, tanto para o ensino das populações amazônicas nas escolas quanto para a organização de espaços de memória amazônicos, podendo ser aplicado em salas de aula por professores e por gestores públicos e privados.

Como uma sociedade estruturalmente racista, são milhares de erros que construímos, dentre eles destacamos a negligência em relação à cultura negra e a adoção de uma história sempre contada pelo olhar do colonizador. Estamos, talvez, finalmente começando a descobrir que o Brasil (e o mundo) guarda ricas histórias e culturas dos povos negros que negligenciamos durante séculos, fato que já pode ser percebido por meio das pesquisas e das divulgações pela comunidade científica e pela imprensa, através das reportagens e pautas inseridas nos noticiários brasileiros. Ainda é tímido, mas é um começo.

A proposta de roteiro se relaciona com a cobertura jornalística sobre as comunidades quilombolas na região Amazônica no âmbito histórico, seja em notícias factuais ou em forma de reportagens especiais ou documentários. Contudo, o roteiro pode ainda ser expandido para as áreas de cobertura sobre territórios, identidade, meio ambiente e produção agroecológica, uma vez que o contexto histórico pode incitar tais pautas relacionadas. Atualmente, as pautas noticiadas sobre as comunidades são relacionadas à titulação, ao turismo e à cultura afro-brasileira, através de costumes, culinária, histórias, música, dança, artesanato e outras atividades.

O roteiro é importante para fornecer ao jornalista uma base sobre o tema que vai noticiar. Mesmo que o processo histórico não seja utilizado no texto jornalístico a ser produzido, faz-se necessário o conhecimento prévio da formação dos quilombos nas diversas regiões do Brasil, pois o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo, para compreender não apenas o passado, mas também para entender o presente e seus impactos no futuro.

Por meio da História, somos capazes de interpretar velhos episódios para descobrir, explorar e projetar novos sentidos que possam produzir perspectivas e atitudes que sejam relevantes na nossa formação e na atuação enquanto jornalistas. A História diz muito sobre a nossa identidade, crenças e sobre o modo como justificamos nossa prática profissional. Mostra,

ainda, como os acontecimentos políticos, econômicos e didáticos interferiram na construção do sistema social que culminou no que somos hoje como país e como povo.

### **Reportagem/notícia**

É de saber prático, para o profissional de comunicação, que, basicamente, a atividade jornalística consiste em adquirir informações sobre determinado assunto ou acontecimento, quando realiza a interação verbal (entrevista) entre os indivíduos para transformá-las em noticiário e o resultado desse trabalho (escrito, filmado, televisionado) é veiculado por órgãos da imprensa, seja impressa, televisiva (TV), auditiva (rádios, podcasts) ou virtual (sites, blogs etc.).

A notícia é um gênero textual que tem como objetivo informar fatos relevantes do dia a dia para a sociedade. Pode-se dizer que a notícia tem a função social de relatar, descrever, de forma breve e objetiva, fatos, verdadeiros e importantes, que fogem do corriqueiro, da normalidade cotidiana, geralmente sem teor opinativo explícito, respondendo as indagações: Quem? O quê? Como? Quando? Onde? Por quê? O comunicador e pesquisador José Marques de Melo é um dos autores que indicamos para entender melhor o processo comunicacional (geralmente já explorado nos cursos de Jornalismo no Brasil).

### **Quilombos**

O Estado Brasileiro garantiu na Constituição Federal de 1988 os direitos dos remanescentes das comunidades dos quilombos à permanência definitiva em seus territórios, à reprodução física e cultural. Terra é vida para os quilombolas, é identidade, é ressignificação, é reparação histórica pelo que foi a escravidão no Brasil, entretanto, as comunidades enfrentam violência, grilagem, invasões dos territórios por mineradoras, pedreiras, sofrendo grandes impactos. Há ainda a luta por políticas públicas de desenvolvimento social, com ações de geração de renda, educação, saúde, entre outras.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, existem atualmente, no Brasil, 2.791 comunidades quilombolas certificadas e cerca de 1.700 processos tramitando no Incra. Entretanto, de 2019 a 2022, período que produzimos nosso trabalho, a Fundação Cultural Palmares deixou de ser uma fonte de informação confiável, pois os assuntos relevantes não apenas sobre as comunidades quilombolas, mas especialmente para a comunidade negra brasileira, foram suprimidos (ou excluídos) pela gestão. Por este motivo, indicamos como fonte o site da Comissão Pró-Índio de São Paulo (endereço nas referências) e o Portal Geledés, que

possuem acervos atualizados, tanto históricos quanto sobre as condições atuais das comunidades brasileiras.

Os pesquisadores são unânimes em dizer que os quilombos não eram comunidades formadas apenas por negros e negras fugidos da escravidão, mas também por negros e negras já libertos, índios, não negros que não tinham espaço na sociedade branca e patriarcal, ou seja, os quilombos eram um espaço de busca pela liberdade. Cada um teve uma formação específica, por isso a indicação de se conhecer o processo histórico da comunidade a ser noticiada.

Os quilombos podem ser rurais ou urbanos e, mesmo que em sua maioria sejam rurais, estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Goiás, Maranhão, Pará e Amazonas possuem territórios em zonas urbanas, alguns dos quais já certificados.

### **Abordagens**

Entre as diversas possibilidades de roteiros, para além das leituras de teóricos e historiadores que pensam/estudam o tema, podemos incluir visitação a museus, destinos de história negra, sítios arqueológicos, experiências culinárias e espaços religiosos, proporcionando assim as vivências em quilombos e a oportunidade de conversas e contato com comunidades remanescentes de quilombos que resistem há séculos em seus territórios.

Importante ter em mente que essas comunidades são detentoras de características culturais peculiares que as distinguem umas das outras e da sociedade, onde a terra é usada para produção de alimentos necessários à sua sustentabilidade; é o local onde seus antepassados viveram e estão enterrados, estabelecendo, assim, o sentimento de pertencimento. Ouvi-los é essencial. Com questões semiestruturadas, o jornalista deve estar aberto para modificar o sentido inicial da pauta, uma vez que o aprendizado nesta escuta é maior que a teoria já estudada ou pensada ao formular as questões.

Para um maior aprofundamento neste assunto, indicamos o historiador Flávio dos Santos Gomes (referência no final deste texto).

### **Metodologia e Método**

Para as pautas relacionadas às comunidades quilombolas, indicamos a metodologia e o método da História Oral, pois conforme Portelli (1997), as fontes orais contam o lado psicológico emocional do povo, quanto não só ao que fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que, agora, pensa que fez. A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento.

De acordo com Aróstegui (2006), no sentido metodológico mais direto, testemunhos, vestígios e relíquias podem e têm que ser observados, desde que se introduza “o conceito de

documento”, para depois “entramos no mundo genérico das fontes das informações” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 480).

Cronograma de atividades

- 1º passo: conhecer o processo histórico da formação dos quilombos no Brasil e na Região Amazônica;
- 2º passo: conhecer o processo histórico de formação e reconhecer as peculiaridades individuais da comunidade a ser noticiada;
- 3º passo: formular as questões, com entrevistas semiestruturadas, a serem abordadas e definir quais serão as fontes a serem ouvidas, da comunidade quilombola e dos outros agentes envolvidos na realização da pauta;
- 4º passo: decidir com responsabilidade, após ouvir os envolvidos, quais pontos podem ser ressaltados na reportagem/notícia a ser divulgada para o público, que atualmente pode ter alcance mundial. Por isso, é fundamental ter sempre em mente que as atividades jornalísticas são consideradas documentos históricos, portanto, quem escreve/produz tem responsabilidades, não apenas na história futura, mas principalmente na informação do presente.

## Referências

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução: Andréa Dore. O Processo metodológico na historiografia. Bauru, SP, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **História, espaço e tempo: interações necessárias**. 2006. Disponível em PDF

<<https://www.scielo.br/j/vh/a/YyzTrkd3ZMCMwDMw37cQTsv/?lang=pt>>. Acesso em 12 de dez. 2019.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov**. In: Obras escolhidas I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. — Rio de Janeiro: 1988. 64 p.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. Primeira edição 1982. Editora Brasiliense.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASSAB, Latif A. História Oral: Miúdas considerações para a pesquisa em Serviço Social. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n2\\_latif.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n2_latif.htm). 2003. Acesso dia 16 de fevereiro de 2018.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>>. Acesso em 17 de nov. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidade. PDF. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod\\_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf)>. Acesso em 26 de out. 2018.

DIAS, Luciene de Oliveira. “**Não vê que neste mundo não tem cabaça**”. Espacialidades e Identidades em Barra de Aroeira – TO. 2011. Disponível em: [http://www.dan.unb.br/images/doc/Tese\\_104.pdf](http://www.dan.unb.br/images/doc/Tese_104.pdf)>. Acesso em 12 de dez. 2019.

FRANÇA, Vera Veiga. **Paradigmas da comunicação**: conhecer o quê? Ciberlegenda, Niterói, UFF, v. 5, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira). isbn 978-85-8166-123-0.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, editora revista dos tribunais, 1990. Disponível em PDF <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/revista-dos-tribunais-online.html>>. Acesso em 12 de agosto 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 17 de jul. 2020.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <http://www.incra.gov.br/incrato-publica-relatorio-do-territorio-quilombola-barra-de-aroeira-to>>. Acesso 21 de out. 2019.

JURISPRUDENCIA – **Direitos Quilombolas**. Disponível em <https://direitosquilombolas.wordpress.com/2016/06/05/constitucionalidade-do-decreto-n-o-4-8872003/>>. Acesso dia 19 de fev. 2018.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social**: Teoria e Pesquisa. Editora Vozes, 1978.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da Comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 20.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**: cenários e personagens. São Paulo: Paulus, 2003.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem (Understanding Media)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **A História, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP, São Paulo, v.34, p. 9-24, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico dos quilombos em África**. In.: MORAES, Denis de (org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2003.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, vol. 10, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 08 de set. 2019.

PALMARES, Fundação Cultural. <[www.palmares.org.br](http://www.palmares.org.br)>. Acesso em 03 de dez. 2019 e em 22 de maio de 2021.

PEREIRA, Bernadeth Maria. A história da educação conjugada à história oral em imagem videográfica. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, de 09-12.11.2008. Livro de Resumos. Aracaju-SE: UFS; UNIT, 2008. Disponível em: <<https://sbhe.org.br/anais/v-congresso-brasileiro-de-historia-da-educacao/o-ensino-e-a-pesquisa-em-historia-da-educacao>>. Acesso em 21 de mar. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em 14 de set. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria-Geral/Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2020. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10252.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10252.htm)>. Acesso em 21 de nov. 2020.

PORTAL GELEDÉS. Disponível no link: <<https://www.geledes.org.br/>>.

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz A História Oral Diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n. 14, São Paulo, 1997. PDF. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>>. Acesso em 25 de mar. 2019.

PRINS, Gwyn. **História Oral**. P. 164 -198. In BURKE, Peter (org.): A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker Editora, 2001. 216.p.



SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>. Acesso em 21 de julho de 2020.

STF – Superior Tribunal Federal. **Teses e Fundamentos 2018**. PDF disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoInformativoLivro/anexo/informativos2018.pdf> >. Acesso em 06 de jul. 2020.

TOCANTINS, Governo do Estado. Secretaria da Fazenda e Planejamento. **Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins**. Disponível em: [http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Publicacoes\\_Tecnicas/Tocantins/TO\\_Diagnostico\\_Socioeconomico\\_ZEE/Relatorio\\_PopTradicionalis\\_2016.pdf](http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Publicacoes_Tecnicas/Tocantins/TO_Diagnostico_Socioeconomico_ZEE/Relatorio_PopTradicionalis_2016.pdf)>. Acesso em 04 de maio de 2020.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 1995. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Paul-Vayne-Como-Se-Escreve-a-Historia.pdf>>. Acesso em 10 de mar. 2019.

## UM APERITIVO DA HISTÓRIA DE NATIVIDADE (1872-1920)

Ivaldino Ferreira de Menezes<sup>37</sup>  
Marcelo Santos Rodrigues<sup>38</sup>

### Introdução

Este capítulo tem como objetivo trazer à tona novas fontes sobre a história do Tocantins, sobretudo de Natividade considerada a cidade mais antiga do Estado. Esse texto é parte de minha dissertação intitulada, NATIVIDADE E O RECENCEAMENTO DE SUA POPULAÇÃO (1872-1920), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHispan, em 2022. Para realização da pesquisa partimos da leitura bibliográfica sobre o tema e do levantamento de fontes documentais como: Relatórios de Presidentes de Províncias, jornais publicados no Norte de Goiás e os censos demográficos de 1872 e 1920. Na elaboração do texto empregamos como metodologia o exame das fontes bibliográficas e documentais oficiais, transcritas e adequadas a realidade de nossa pesquisa. A partir dessa metodologia conseguimos desenvolver a dissertação defendida, bem como esse capítulo que poderá ser utilizado pelos professores em sala de aula, cujo objetivo é estimular o surgimento de novas pesquisas.

No capítulo abordamos a história dos primeiros povoadores, descrita por meio de uma revisão bibliográfica focada no povoamento do Norte de Goiás, tendo como principal objeto de estudo a cidade de Natividade, considerada na historiografia goiana, como o primeiro arraial edificado na região Norte da província de Goiás, em detrimento da exploração de ouro que despertou a cobiça de aventureiros. Apresentamos ainda um quadro da população de Natividade, sobretudo entre os anos de 1872 a 1920. Fazendo uma caracterização da população bem como da situação econômica de Natividade no período em estudo.

Para Messias (2010), tanto as informações históricas como a oralidade mencionam que o antigo arraial de São Luiz teve sua origem no alto da serra, conhecida como Serra da Natividade, em 1734, fundado por Manoel Feraz de Araújo. No entanto, devido às dificuldades de acesso, o arraial foi transferido para a base da mesma serra, com o nome de Natividade.

---

<sup>37</sup> Ivaldino Ferreira de Menezes, Mestre em História das Populações Amazônicas pela Universidade Federal do Tocantins, UFT. Atua no ensino médio como professor das disciplinas de Filosofia, História e Sociologia no Colégio Agropecuário de Natividade.

<sup>38</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHispan

Bertran (1988), em sua obra *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*, afirma que essa localidade foi descoberta no final do século XVII pela Bandeira comandada por Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera - Pai.

No antigo local onde foi edificado o povoado de São Luiz, encontram-se ruínas de uma engenharia que servia para o abastecimento de água da cidade. Trata-se de quilômetros de canais e de algumas lagoas interligadas à Lagoa Encantada. A existência desse termo “lagoa encantada” está associada à lenda perpetuada pelos moradores de Natividade, que dizem existir uma serpente cuja cauda acha-se dentro da referida lagoa e a cabeça na porta da igreja matriz de Nossa Senhora de Natividade<sup>39</sup>.

Segundo Palacin (1987), Natividade foi elevada à categoria de Julgado, incluindo em sua jurisdição as localidades de Chapada, Almas e São José do Duro. Na antiga província de Goiás, a cidade de Natividade foi, entre 1809 e 1815, sede do governo goiano na Comarca do Norte.

De acordo com o Mapa do Tocantins, Natividade está localizada no sudeste do estado, a 120 km da capital Palmas, com uma área territorial de 3.241,672 km<sup>2</sup>, e uma população de aproximadamente 9.256 mil habitantes segundo censo de 2010. De acordo com o mapa geográfico de Natividade, o município é formado pelos distritos de Bonfim e Príncipe e faz divisa ao sul, com os municípios de Conceição do Tocantins e Paranã; ao norte, com os municípios de Chapada da Natividade e Pindorama do Tocantins; ao leste, com o município de Almas; e ao oeste, com o município de São Valério<sup>40</sup>.

O centro histórico da cidade é tombado desde 1987, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e vem se transformando num centro turístico, ambiental, cultural e religioso.

No que tange às manifestações culturais podemos destacar as danças da súaia, a catira, os monumentos arquitetônicos e o bolo amor-perfeito. Já no campo religioso destacam-se os festejos do Senhor do Bonfim, do Divino Espírito Santo e o santuário de Mãe Romana. No que se refere ao turismo destacam-se as praias do Rio Manoel Alves Grande, as cachoeiras do Córrego Prainha e do Paraíso<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Lenda da Lagoa Encantada: Site: <http://mundonajanela.com.br/natividade-a-joia-do-tocantins/>. Acesso em 09/02/2022.

<sup>40</sup> Texto retirado do mapa do Estado do Tocantins; Mapa do município de Natividade; Site: <https://www.natividade.to.gov.br/pagina/Cidade>. Acessado em 25/01/2022.

<sup>41</sup> Dança da Súaia é uma dança de origem africana, em que dois bailarinos fazem jogo de sedução, beleza e ritmo; a catira é uma dança tradicional brasileira praticada desde a era colonial, na qual é considerada uma herança da vida rural; os monumentos arquitetônicos são artefatos reconhecidos pelo IPHAN; bolo amor perfeito é um biscoito produzido com fécula da raiz de mandioca, leite de coco, açúcar refinado e manteiga de leite, uma iguaria

## **O povoamento de Natividade na historiografia**

Vamos aqui destacar o processo de povoamento do Norte de Goiás, a partir do conhecimento das condições que resultou na fundação de Natividade. Para esse fim, utilizamos os aportes teóricos e históricos pertinentes ao estudo do povoamento. São artigos, dissertações e referência bibliográfica que relatam sobre o povoamento, o que permite compreender sua história e os fatores que contribuíram para a fixação do homem em Natividade.

Segundo Silva e Sousa,

A província de Goiás, uma das mais centrais do Brasil, limitava-se com as províncias do Grão-Pará e Maranhão ao norte, com a de São Paulo ao sul, com a de Minas Gerais e Pernambuco ao leste, com a de Mato Grosso a oeste e sua capital era a cidade de Goiás. O território estava dividido em duas Comarcas a do Sul e a do Norte. Conforme o autor, a Comarca do Norte compreendia os julgados de: São João das Palmas, da Conceição, da Natividade, do Porto Imperial, da Carolina, de Flores, de Arraias, de São Félix, de Cavalcante e de Traíras. (1832, p.1-2.)

Devido às grandes dimensões territoriais de Goiás, o governo português dividiu a capitania em duas comarcas, pois considerava inviável administrar um território com dificuldades de transporte e comunicação. As fronteiras físicas de Goiás sequer estavam completamente estabelecidas, como observa Silva e Souza (1832) ao afirmarem não se conhecer os limites daquela com o Piauí e a Bahia, até a resolução definitiva com a criação dos estados brasileiros. Para os autores, o Julgado de Natividade estendia-se de Norte a Sul, por 216 km e de Leste a Oeste por 180 km. Seu limite no Norte era em Oliveira, ao Sul o rio Manoel Alves grande e, finalmente, no Oeste com o Ribeirão da Formiga. O Julgado era composto por duas freguesias a saber: Nossa Senhora da Natividade e São Miguel e Almas.

De acordo com Silva e Souza, o terreno do Julgado de Natividade é descrito:

Como de toda a cultura com abundância de matas, principalmente na parte norte, e da mesma sorte de campos, tendo, portanto, a necessária propriedade para plantação e criação de gados de toda as espécies, a maioria das terras são devolutas e existe unicamente 2 duas sesmarias exploradas por terceiros por falta de força de trabalho. (1832, p. 62).

As afirmações acima, relacionado à vegetação e a situação fundiária de Natividade, é fundamental para entendermos os motivos que levaram os fazendeiros a implantarem a pecuária extensiva, ou seja, muitas pastagens naturais e grandes extensões de terras a disposição, visto

---

muito famosa; os festejos do Senhor do Bonfim se traduzem na maior peregrinação religiosa do Tocantins, e tem seu ponto alto no dia 15 de agosto com a celebração da missa do Senhor do Bonfim; a Festa do Divino Espírito Santo é uma das principais tradições religiosas do Estado do Tocantins com origem portuguesa; o Santuário de Mãe Romana é um espaço onde encontram manifestações místicas e religiosas.

que, segundo o autor, a maioria delas ainda eram devolutas, ou seja, pertenciam ao Estado. Para os autores, no julgado de Natividade existiam em 1832:

[...] 208 lavouras que cultivam Arroz, milho, mandioca, feijão, mamona, cana, algodão, amendoim, e mais legumes e o método utilizado no cultivo é bastante rudimentar, ou seja, são usados o machado e a foice para a abertura das roças e a enxada para o plantio e tratos culturais; tinha 62 fazendas que criavam gado, entre estas algumas são chamadas de chiqueiros pela pouca quantidade de gado. (1832, p. 63).

Os dados mencionados são importantes para se entender que a economia de Natividade tinha como base a agropecuária de subsistência, pois as técnicas usadas na produção agrícola ainda eram bastante arcaicas e a pecuária funcionava de forma extensiva. Tratando-se da produção de gêneros de primeira necessidade, os autores ainda afirmam que:

Os principais gêneros de comércio era o tabaco, algodão, açúcar, aguardente, rapadura, carnes, porcos e todos os comestíveis produzidos na lavoura, o gado devido a facilidade de transportar, já que era tocado pelas estradas, era o principal produto de exportação, chegando de 300 a 450 cabeças por ano. 1832, p. 65).

Com base nas informações acima, o principal gênero de exportação era o gado, devido à facilidade de acesso às pastagens naturais e ao transporte desse gado, que se realizava através das boiadas tocadas a cavalos pelas trilhas que interligam municípios e estes aos estados, sem depender de grande estrutura de pessoal e capital.

Com relação à mineração, os autores asseguram existir em Natividade:

[...] muitas minas de ouro de súbito quilate, e não são aproveitadas, nem mesmas as dos ribeirões no seio do veio, pela falta de cativos e pela negligência da polícia que não faz os libertos trabalhar e por isso todas estão em abandono. Falta, além disso, a arte que facilita e regula os trabalhos por modo vantajoso. SILVA; SOUSA (1832, p. 63).

Na citação desses autores, percebe-se que as minas de ouro em Natividade não haviam se esgotado, o que faltava era mão de obra escrava para explorá-las. E a afirmação em referência a negligência da polícia, em não fazer os livres trabalharem, abre aqui um ponto bastante conflituoso com relação à libertação dos escravos no Brasil. Pelo que afirmam os autores, mesmo sendo livres, se fosse de interesse do estado, eles deveriam ser obrigados a trabalhar.

Silva e Sousa (1832), afirmam que a população de Natividade vivia num verdadeiro isolamento e com pouca comunicação com a capital. Isso devido às grandes distâncias, sobretudo, as dificuldades de comunicação. Assim, era preciso produzir o necessário para sobrevivência, pois em Natividade não existiam lojas e o comércio era realizado através da mascateação com as províncias do Grão-Pará e Bahia.

As afirmações de Silva e Sousa (1832), sobre a situação socioeconômica de Natividade, reforça a ideia de que a base da sua economia era a agricultura e a pecuária. O ouro, elemento principal da economia no início do povoamento, havia cedido espaço para uma agropecuária de subsistência. Podemos afirmar que essa situação não se alterou até o início do século XX, objeto a ser trabalhado mais adiante.

Segundo Borges e Palacin (1987), a atividade comercial devia-se à sua localização central na região do nordeste goiano, o que ajudou evitar o esvaziamento populacional de Natividade após a decadência da mineração. Esses autores, tomando como fonte o relatório do presidente da província de Goiás, Cunha Matos, ao afirmam que o arraial, em 1824, era:

Extenso, aprazível, com boas casas, belas ruas, largas praças, casa de conselho, quatro igrejas, uma companhia de infantaria, duas de cavalaria, uma de Henriques milicianos e uma de ordenanças. Natividade atravessava então, sem dúvida, o momento de sua maior projeção histórica. De 1.809 a 1.815 foi sede do Governo do Norte, residência do ouvidor da recém-criada comarca do Norte ao dividir-se administrativamente a capitania. Mais tarde, foi capital da efêmera Província do Norte, nas convulsões da Independência. (1987, p.54).

A afirmação dos autores nos leva a refletir sobre o início da ocupação das terras de Goiás. Embora distante das regiões povoadas do Brasil, o interior da colônia fazia parte do imaginário do aventureiro, na sua maioria, proveniente da capitania de São Vicente. O seu objetivo não era povoar, e sim, explorar as riquezas que nela fossem encontradas como, de fato, aconteceu com o apresamento de índios e a descoberta do ouro.

A tese defendida por Bertran (1988) afirma que as terras já eram conhecidas dos paulistas e que eles seguiram adentrando o território brasileiro, com objetivo de tomar posse e explorar, enfrentando perigos de ataques indígenas, o que representava um gasto de vultosos recursos financeiros e humano a ser empregados nas expedições.

Em requerimento, encaminhado ao capitão-general D. Luís de Mascarenhas, governador da capitania, um grupo de fazendeiros, moradores das novas terras descobertas em Goiás, (1740), apresentou justificativas para a realização de expedições para o interior desconhecido da capitania. As justificativas diziam que a ida ao sertão, em 1730, quando lá se achavam os índios Acroaçu, era custeada com recursos próprios, com os aventureiros ficando suas moradas num arraial chamado Palma, depois de dois anos de guerras contínuas. (BERTRAN, 1988, p. 6).

Ainda, segundo Bertran (1988), os conquistadores seguiram pelo rio da Palmas e construíram um novo acampamento no sítio chamado Salgado. Em 1734, saíram para explorar os sertões, com dificuldade e risco de vida, até chegar ao rio Paranatinga, onde estabeleceram

fazendas. Depois de deixar suas famílias, os exploradores continuaram adentrando ao interior da colônia, utilizando a navegação no rio Paranã, expulsando indígenas que viviam na região e abrindo fazendas de gado, vacum e cavalari.

No ano de 1735, os fazendeiros afirmam que estavam em guerra contra os indígenas objetivando conquistar o Sul do rio Tocantins, onde descobriram minas de ouro em São Félix, e conseguiram chegar ao arraial de São Luiz, estabelecendo ali fazendas de gado. O autor relata ainda, que desde 1697, tentou-se conquistar a região, mas foi difícil devido a resistência dos índios.

Para Bertran (1988), desde 1708, os exploradores do interior do Brasil tinham sido obrigados a retirar-se, deixando o gado no sertão e começaram a se dedicar ao comércio com as minas de Goiás, com o rio São Francisco, o rio Grande e a capitania do Piauí, Bahia, Pernambuco e Maranhão, do que resultou ser útil à fazenda real: aos moradores das chamadas terras novas e às minas de São Félix, Chapada e Natividade.

Bertran (1988), aborda ainda que nas minas de São Félix, Chapada e Natividade, o intendente da comarca de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho passou a arrecadar os reais quintos sem atender aos serviços que os suplicantes alegaram ao prestarem a referida conquista. Depois da exposição, eles pediram que o governador D. Luís Mascarenhas os livrasse do pagamento desse imposto, que deveria ser cobrado aos mineiros, e não aos criadores de gado, atendendo também a quem pagavam uma oitava de ouro por cabeça de gado.

Este requerimento ao capitão Luiz de Mascarenhas, embora seja uma tentativa de convencer o governador da importância da conquista da região de Natividade e de conseguir benefícios pode haver exageros e exaltações, porém não se pode negar que é um documento importante para compreender o processo de conquista e ocupação de Natividade. É fundamental entender-se que a região já era ocupada pelos indígenas e, por isso mesmo, a conquista levou anos de luta, ou seja, o índio resistiu à invasão do explorador. Outro ponto que também podemos inferir desde requerimento é a informação de que a mineração foi a responsável pela fundação dos primeiros arraiais de Goiás e, conseqüentemente, Natividade aparece associada às primeiras expedições luso-brasileiras.

Este relato nos leva a afirmar que a região em torno do rio Tocantins era toda ocupada por tribos indígenas.

Data do tempo do conde d'Ávila a quase totalidade das sesmarias fundadoras do território de Goiás", cedido aos "espantadores" de índios de Natividade, o privilégio de sucessivas sesmarias no baixo e médio vale do rio Paranã, como nos casos dos bandeirantes Dionísio Martins Soares, Luiz Cerqueira Brandão e Lourenço da Rocha Pitta. (BERTRAN,1988 p.92).

Essa citação confirma nossa convicção de que o território, onde se localiza a cidade de Natividade, era ocupado por indígenas e a expulsão destes garantiu a posse de terras como recompensa para aquele que expulsou os índios da região.

Baseado, ainda, em Bertran (1988), destaca-se que as terras do Tocantins eram ocupadas por diversas tribos indígenas, que resistiram à invasão de suas terras com bravura, mas o colonizador interessado na mineração e criação de gado, conseguiu os expulsar. E assim, também desmistificar a ideia de que os bandeirantes foram os únicos responsáveis pelo povoamento com a exploração do ouro, nas primeiras décadas do século XVIII.

O autor é enfático em afirmar que os criadores de gado foram os primeiros a adentrar o território de Goiás, no final do século XVII, encontrando uma grande resistência indígena, mas conseguiram expulsá-los e instalaram várias fazendas para criação de gado na região que hoje compreende o sul do Tocantins. Nesse sentido, Lima (2010) afirma que

O estabelecimento de arraiais e o avanço de fronteiras implicavam a desterritorialização indígena e a reterritorialização colonial, práticas então referidas como “conquista”. Antes de tudo isso teve enorme impacto para os povos indígenas de diversas partes dos sertões, em termos de mortes, migrações e incorporação forçada. Além desses muitos negros foram incorporados à colonização na condição de cativos. As expedições predadoras antecederam em muito a mineração e foi nesta atividade que os paulistas entraram pela primeira vez nos sertões do Goiás. (2010, p. 18).

Baseado nessas afirmações, pode-se assegurar que a conquista da região de Natividade foi uma catástrofe para o índio. Muitos foram mortos, outros tantos aprisionados e feitos como cativos, além de produzir a desterritorialização, ou seja, a necessidade forçada de migrar para regiões distantes das áreas conquistadas. Continua o autor:

A conquista deparou-se já nos primeiros tempos com outras correntes de povoamento, especialmente a da pecuária do vale do São Francisco. Antes mesmo das descobertas do segundo Anhanguera, pecuaristas daquela área já haviam atravessado a Serra Geral de Goiás e tentado, por duas vezes, a instalação de fazendas de gado no vale do rio Tocantins, numa expansão frustrada pela resistência dos índios Acrá. (2010, p. 2).

A citação de Lima está em sintonia com a tese defendida por Bertran (1988). Este afirma que a conquista de Natividade pelo bandeirante, em busca do ouro, encontrou outras correntes de exploradores vindos do interior da colônia, especialmente os criadores de gado proveniente do vale do rio São Francisco que, desde o final do século XVII, tentavam instalar fazendas no vale do rio Tocantins.

De acordo com Lima (2010), pode-se afirmar que a formação dos núcleos de povoamento do Norte de Goiás pode ser dividida em três períodos distintos, entre os séculos XVIII e XIX. Primeiro, os arraiais instalados no Norte da província de Goiás foram resultantes



da descoberta do ouro, criando-se os primeiros núcleos de povoamento de: Natividade (1734), Traíras (1734), Arraias (1740), Barra da Palma (1740), Conceição (1741), Carmo (1746). O segundo núcleo do povoamento, não mais tão ligado à mineração foi: Duro (1.751) e Porto Real (1782), e o terceiro ligado principalmente à pecuária foram: São João das Duas Barras (1.809) e Palmas (1.814). Para o autor

Pontuando uma extensa área, mas longe de cobrir a totalidade do território do Tocantins, esses arraiais foram à base do povoamento no período de apogeu da mineração. O ouro neles extraído atingiu uma escala significativa até meados do século XVIII. Ainda que a mobilização fosse regra com a população aumentando e diminuindo, por vez bruscamente, de acordo com os novos achados, esses novos arraiais consolidaram-se como núcleos urbanos após a crise da mineração. (2010, p.30).

Observamos, assim, que os arraiais foram de suma importância para o povoamento no período que a mineração esteve no auge de sua exploração. A partir daí surgiu a consolidação dos núcleos urbanos no Norte de Goiás. Para Lima (2010) ainda existiam algumas indagações que:

Os núcleos da segunda metade do século XVIII, não eram mais predominantemente mineradores: Duro (1751) e Porto Real (1782). Além das aldeias indígenas, neste período, encontramos alguns daqueles arraiais fundados às margens das aluviões já especializadas em gênero de abastecimento. Este é caso da área que foi de certa forma, incorporada à pecuária do São Francisco, especialmente o vale do Paranã, que se manteve até o final do século XVIII como maior criador da capitania, com 106 fazendas que produziam anualmente 15 mil crias de gado Vacum e 800 de gado cavalo, em 1783. (2010 p.31,32).

Na trilha deste autor, podemos afirmar que o período da mineração farta foi muito curto, com duração de menos de 50 anos, o que nos leva concluir que Natividade logo se transformou em um lugar sem ouro para ser explorado, o que resultou em problemas para o povoamento da cidade. A pecuária foi se tornando a principal fonte de renda da região.

Nos arraiais, primitivamente mineradores, reinavam a pecuária: não tem senão fazenda de gado; Barra da Palma não tem minas, pois só tem fazenda de gado. Arraias, que havia sido um dos mais importantes núcleos da mineração, tem na maior parte fazenda de gado. Outros daqueles arraiais mineradores estavam sendo abandonados, chegando, em certos casos, a desaparecer completamente. Por outro lado, Natividade, que era das minas mais ricas da comarca, possuía ainda ouro de excelente toque. (2010, p.32).

Embora o autor afirme que os núcleos de povoamento, a partir de meados do século XVIII, não eram mais mineradores e que desapareceram com a decadência das minas, segundo sua afirmação. Para o autor

Passado o século do ouro, surgiram novas povoações ligadas à pecuária ou a navegação do Rio Tocantins: Araxá (1808), Currealinho (1809), São João das Duas Barras (1809), São Domingos (1810), e Palma (1814). Após a criação desses, outros núcleos por todo o século XIX, agora sem qualquer relação com a mineração, de forma que no fim do império, Goiás era uma província dominada pela pecuária. Ao contrário

do que ocorrera no século do ouro, agora é o campo que origina as cidades. (2010, p.33).

As alegações de Lima (2010) são importantes para compreensão de que o processo de ocupação do norte goiano não ficou restrito apenas ao ciclo do ouro. O autor é enfático em afirmar que houve três períodos de criação e de povoações, ao dizer que o ouro foi elemento principal apenas no início da conquista, seguindo da influência da pecuária e das navegações.

Estes dois fatores foram fundamentais na criação de povoações, como também, no desenvolvimento dos locais que surgiram com a exploração do ouro e que enfrentavam problemas com o abandono e o isolamento geográfico.

Segundo Mendes e Ferreira (2012), dentre as várias suposições, acreditam que a colonização de Goiás não teve como móvel preponderante, apenas a exploração de ouro. Os seus exploradores iniciais (1726 a 1770) lançaram mão de várias aptidões, como a agricultura, criatórios e organização de mão de obra indígena em sua região. Os autores trazem ainda a questão do processo de interiorização.

O processo de interiorização do povoamento é marcado pelo desinteresse do governo imperial pelas áreas interioranas, pela dificuldade de realização das demarcações legais das sesmarias, pela dispersão e isolamento da população goiana, pela precariedade dos meios de transporte e comunicação e pela expansão da pecuária extensiva, enquanto principal atividade econômica. Todas essas precariedades justificam o rápido processo de ocupação fundiária de Goiás e, principalmente, a grande concentração fundiária e de capitais que marcaram sua história. (2012 p.2).

Assim, o processo de povoamento do interior brasileiro foi marcado pelo desinteresse do governo, principalmente, pela sua dificuldade de dar acesso às regiões interioranas, levando a um tipo de povoamento caracterizado pela pecuária extensiva e pela concentração fundiária.

Os autores ainda ressaltam que:

O início da ocupação das terras e do povoamento de Goiás ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, com a introdução da exploração do ouro como atividade principal. Os colonos levavam de 1 a 5 anos para estabelecer seus marcos de posse consolidado pelas construções de moradias rudimentares, roças de mantimentos e outras estruturas necessárias à sua fixação. Já que esta atividade dispensava o uso de grande capital para ser implementada, visto que se utilizavam apenas as pastagens naturais, instalações rústicas e pouca mão-de-obra. (2012, p. 04).

Baseado nesta citação, referente à ocupação do homem não-índio no Norte de Goiás pode-se afirmar que, embora a exploração do ouro tenha sido a atividade responsável pelo surgimento dos primeiros arraiais, outras atividades de produção também foram responsáveis pela fixação do homem em regiões afastadas de centros urbanos. Assim, as vilas passam a ser sustentadas pela atividade agropecuária. Pode-se, inclusive, afirmar que as atividades agrícolas

e pecuárias foram importantes para a sobrevivência de Natividade. Na abordagem dos autores fica explícito que:

[...] a decadência do ciclo da mineração desencadeou fluxos e refluxos de correntes migratórias e de capital em escravos, ocorrendo o início do povoamento e o despovoamento das vilas, uma herança do sistema mercantil colonial, em que a decadência desse sistema possibilitou o surgimento de uma nova economia agropecuária, uma produção rudimentar mais diversificada de produtos agrícolas exportáveis, que fortaleceu as atividades comerciais nas áreas povoadas. (2012, p. 4).

Essa afirmação está em acordo com a tese defendida por Silva e Sousa (1832), em relação às condições socioeconômicas de Natividade. Mendes e Ferreira (2012) vão afirmar que em 1832, a população necessitava, exclusivamente, do campo, pois se praticava uma agricultura de subsistência, produzindo quase tudo que necessitava. O comércio constituía-se em uma atividade secundária.

Segundo Moura (2018), o enigma acerca da ocupação de São Luiz (Natividade) ainda não foi totalmente solucionado. Em função disso, três hipóteses permeiam o discurso do pesquisador:

O arraial de Natividade, poderia ter se iniciado no alto da serra e se transferido posteriormente para um lugar mais acessível; O arraial de Natividade e de São Luiz poderiam terem existido simultaneamente em seus momentos iniciais; os vestígios arqueológicos no alto da serra são marcas da área de trabalho e que o arraial de São Luiz teria tido o seu nome alterado para Natividade, desenvolvendo-se onde atualmente acha-se a cidade (2018, p. 245).

#### Para Moura

Essa última hipótese parece razoável, uma vez que existem registros da época alegando a visita em 1740 do então governador de São Paulo D. Luiz de Mascarenhas a Natividade. Na ocasião, o governador retirou “autoridades intrusas do Maranhão” que lá se instalaram interessadas nas riquezas locais. Na mesma oportunidade o governador alterou o nome do arraial de São Luiz para Natividade (2018, p.246).

A autora afirma que, em 1740, o arraial de São Luiz recebeu o governador de São Paulo, Luiz de Mascarenhas, responsável pela alteração do nome de São Luiz para Natividade. De acordo com essa autora, há hipótese do arraial de São Luiz ter sido implantado no alto da serra e de sua transferência para o sítio onde se encontra

Baseado na reflexão de Moura (2018), é provável que os moradores tenham optado por transferir a sede do arraial para uma região, que favorece seu desenvolvimento, com uma melhor oferta de água e facilidade em relação ao acesso à cidade.

Porém, é necessário entender que, a partir de documentos, nuances de como surgiu Natividade; uma povoação isolada, que despertou a cobiça do explorador em empreender esforços e enfrentar riscos para ocupar uma região já ocupada pelo índio.

De acordo com Bertran (1988), Lima (2010), Mendes e Ferreira (2012) e Moura (2018) podemos concluir que a fundação do arraial que deu origem a Natividade tenha ocorrido em 1734, advinda da descoberta das minas de ouro, erguida no topo da serra de nome São Luiz.

### **A população de Natividade (1872 e 1920).**

Para apresentar a realidade da população nativitana entre 1872 e 1920, usamos o Censo de 1872 para mostrar alguns aspectos da sociedade de Natividade no final do século XIX, e assim, se entender como era e como vivia a sua população.

Segundo o recenseamento realizado em 1º de setembro de 1872, Natividade era composto pelas seguintes freguesias: Paróquia Nossa Senhora da Natividade, Paróquia de Sant'Anna da Chapada (hoje Chapada), Paróquia de São Miguel e Almas.

Quanto à naturalidade, os moradores de Natividade assim como de suas paróquias eram 90% nascidas em no estado de Goiás e tudo indica que eram nascidos no município. Outro dado percebido é que a maioria da população se achava na faixa etária de até 30 anos de idade. O censo de 1872 foi realizado mais de um século depois da fundação de Natividade, portanto já se tratava de uma localidade cuja história se alterava de acordo com o tempo.

Ainda sobre a naturalidade da população, destacam-se que apenas 6% era da província de Minas Gerais. Certamente, devido ao fato que se deve à experiência dos mineiros com a extração do ouro. O restante dos recenseados (4%) era proveniente das províncias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Sergipe e Rio Grande do Sul. Um dado que merece um estudo aprofundado é o fato de não constar nenhum morador oriundo das províncias do Maranhão, Piauí e Pará, embora haja proximidades geográficas.

Baseado nos dados do quadro geral da população livre e escrava, observamos que no município de Natividade existiam 308 escravos, representando 5% da população, na época, estimada em 6.155 habitantes. Outro dado que podemos extrair do censo é que a cor do escravo se dividia em negros e pardos.

Na sede do município encontravam o maior número de escravos, estimado em 256, enquanto nas freguesias de Santana de Chapada e de São Miguel e Almas, juntas, somavam 52, ou seja, a sede continha 83,11%, enquanto a zona rural 16,89% dos escravos. Isso nos leva à conjectura de que as atividades laborais que mais demandavam a utilização de mão de obra escrava eram contratadas na sede do município. (BRASIL.DGE, 1872). Os dados referentes aos escravos em Natividade são semelhantes aos registrados no restante da província de Goiás.

Examinando o *Jornal Informação Goiana*, de 15 de fevereiro de 1920, encontramos a informação referente ao censo demográfico de 1872, que diz: “Goiás possui uma população total de 160.395 habitantes dos quais 149.743 eram livres”, ou seja, 93,36% da população, ou 10.652 escravos, correspondente a 6,64%. Esses dados também revelam que a província de Goiás ocupava o segundo lugar como possuidora de baixa percentagem de pessoas vivendo como escravo, ficando apenas atrás da Amazônia.

Ainda referindo-se à naturalidade, também se analisou as informações disponíveis pelo censo para paróquias vizinhas à Natividade, como a de N. S. das Mercês, de Porto Imperial e a de N. S. dos Remédios, de Arraias. Na primeira, não se encontrou nenhum morador de origem mineira. Enquanto em Arraias – dedicada à mineração – encontrou-se um número semelhante ao de Natividade, o que reforça a tese de que Arraias também teve sua origem no período da mineração.

Para dar relevo ao desempenho de Natividade no Norte de Goiás, confrontamos os dados do quadro geral da população dessa cidade com o de habitantes dos dois outros centros considerados importantes na região. Constatou-se que Natividade era o mais populoso, com 6.155 habitantes. Este número supera os municípios vizinhos de Porto Imperial com 5.301 habitantes, Arraias com 4.838, Palma com 4.488, Conceição com 4.677 moradores. Comparada com a população de Vila Boa, então capital de Goiás, que era 19.159 habitantes, Natividade correspondia a 32,12% dessa população.

Mesmo constituindo-se num dos maiores municípios do norte de Goiás, a cidade de Natividade permaneceu como uma cidade isolada dos centros urbanos do país. Pesquisando a *Informação Goiana* de 15 de fevereiro de 1917, encontrou-se um relato do descaso das autoridades goianas com relação à dificuldade de transporte e às distâncias de determinados mercados consumidores de Goiás.

Outro fato que reforça a tese do isolamento de Natividade, encontrou-se os mesmos relatos na *Informação Goiana* de 20 de fevereiro de 1920. O jornal relata a luta do representante goiano, Olegário Pinto, no Senado brasileiro, pela construção da estrada de rodagem de Porto Nacional a Barreiras na Bahia. O ministro da Viação autorizou a estrada deveria ser própria para o trânsito de automóvel, com o objetivo de ligar Porto Nacional aos arraiais do Carmo e Chapada, Natividade, Vila de Conceição do Norte e Santa Maria de Taguatinga, terminando na cidade de Barreiras na Bahia.

### **Tipologia da população de Natividade**

Retomando o recenseamento de 1872, referente à população das paróquias de Nossa Senhora da Natividade, Sant'Anna da Chapada e de São Miguel e Almas, identificou-se que somadas, possuíam 6.155 habitantes, com 3.096 mulheres e 3.059 homens. Vale salientar que muito provavelmente o número de escravos arrolados neste recenseamento não seja preciso já que o número estatístico apresentado é relativamente baixo dado ao número da população.

Outro aspecto referente a população recenseada, trata-se da ocupação desempenhada pelos moradores de Natividade. Pelo censo de 1872, o número de pessoas que exercia a função de serviço doméstico só era inferior ao de lavradores, o que nos leva a fazer as seguintes indagações: essas atividades eram desempenhadas pelos escravos ou pessoas livres assalariadas? O censo não especifica as atividades que eram desempenhadas pelo escravo nem como era a remuneração do trabalhador livre. Baseados nessas indagações não é de duvidar que a maioria das pessoas que desempenhavam essas atividades mencionadas poderiam ser escravizadas.

Com relação à raça, termos utilizados no censo analisado, a população dividia-se em brancos, pardos, pretos e caboclos. A população total de Natividade era de 6.155 habitantes, assim classificadas: 574 de cor branca, o que equivale a 9,3% de seus moradores; 4.839 se dizia parda, ou seja, 78,7%, e 626 declararam-se de cor preta, equivalente a 10,2%. Finalmente, 106 pessoas se declararam caboclo, o que corresponde a 1,8% da população de Natividade.

Analisando os dados estatísticos do censo de 1872, relacionados ao grau de escolaridade da população de Natividade, percebe-se que quase a totalidade da população adulta era analfabeta, e apenas 600 pessoas sabiam ler e escrever; ou seja, 10,26% da população, sendo: 419 homens e 181 mulheres. Por sua vez, 5.247 eram analfabetas, o equivalente a 89,74% da população, com 1.240 homens e 1.424 mulheres, respectivamente.

Na faixa etária de 6 a 15 anos, 134 crianças frequentavam a escola, sendo: 37 meninas e 97 meninos. E com a mesma faixa de idade, 1.406 crianças não frequentavam a escola; 697 meninas e 709 meninos. Vale destacar que em Natividade, só 4 pessoas declaravam-se como professores – denominados homens de letra – e, portanto, a cidade possuía um número reduzido desse profissional, o que reflete no baixíssimo grau de escolaridade da população.

No entanto, podemos afirmar que o principal motivo para o número abundante de crianças fora da escola relaciona-se com o fato de que a maior parte dos moradores de Natividade eram lavradores e viviam no campo. E, como era costume da época, as crianças eram obrigadas ao trabalho com a família, na agricultura de subsistência.

No que diz respeito à religião, segundo o censo de 1872, a população podia ser classificada em católico ou acatólico. A totalidade da população manifestou-se como católica, inexistindo outra opção a declarar, principalmente a de matriz africana.

Em relação à questão religiosa pode-se discordar dos dados estatísticos produzidos para o Brasil, isso porque há existência de escravos e muitos pardos descendentes afros, que deveriam professar outras religiões que não a católica. O fato é que o censo demográfico de 1872 não permitiu notarmos um lado mais profundo da religiosidade em Natividade.

No censo de 1872, identificou-se 20 profissões exercidas por seus moradores. Eram profissionais liberais, comerciantes, operários urbanos e agricultores etc. Isso nos dá embasamento para inferir de que o município precisava para ser autossuficiente quanto a produção de gêneros de primeira necessidade, causada devido o isolamento e a dificuldade de intercâmbio com outros municípios.

Na tabulação do censo de 1872, que trata das profissões, também nos dá uma ideia de que Natividade produzia uma série de artigos e objetos importantes para o dia a dia, tanto no campo como na cidade. O censo apresenta 365 pessoas dedicadas à produção de tecidos, 204 com profissão de costureiros. Dos recenseados 14 se declararam trabalhar com metais, 23 especializados em produtos de madeira, 10 com especialização em couro e peles, 16 na produção de calçados e 4 trabalhadores em edificações, o que mostra uma sociedade que produzia o básico para sua sobrevivência.

Os dados estatísticos do censo populacional analisado desmistificam a ideia de que após a segunda metade do século XIX, a principal atividade econômica desenvolvida em Natividade era a mineração. É preciso salientar que nenhum recenseado foi identificado como sendo minerador. Essa é mais uma evidência de que, no período em discussão, a mineração já era uma atividade secundária, ou seja, ninguém em Natividade sobrevivia exclusivamente dela. (BRASIL, DGE, 1872)

Quanto à idade da população, extraímos dos dados recolhidos, interessantes observações sobre a expectativa de vida da população de Natividade. A cidade, em 1872, já possuía quase um século e meio de existência ao se considerar o antigo povoamento e, a expectativa de vida da sua população era baixa, já que nos dados censitários, a esmagadora maioria estava na faixa etária de até 40 anos, ou seja, 5.313 pessoas integravam esse grupo, o que representava 86,33% da população total, composta de 6.155 habitantes.

Outra questão percebida, relaciona-se ao estado civil de seus moradores. Na ocasião, foram contabilizados 4.342 solteiros, o que representava 70,5% dos recenseados. O número de

casados era de 1.469 pessoas, ou seja, 23,8% da população. O restante dos moradores foi classificado como viúvos(as). Vale salientar que o censo não apresenta nenhum dado referente ao número de pessoas que viviam amasiados, uma prática comum, visto a ausência de clérigos regulares para fazer a cerimônia de matrimônio nos moldes católicos.

O censo de 1872 mostra um espelho da sociedade nativitana, bem diferente da imagem refletida pela história tradicional, que domina o imaginário da população local e, principalmente regional, que faz prevalecer o senso comum nas pessoas que habitam a região, de que o desenvolvimento socioeconômico de Natividade é algo decadente. Porém, ao se observar os dados daquele censo e se fazer uma comparação com os dados dos municípios do norte de Goiás, comprova-se que Natividade era bastante significativa para a região Norte.

### **Aspectos populacionais de Natividade no censo de 1920**

Apresenta-se aqui os aspectos populacionais de Goiás e Natividade, em seguida, traça-se um panorama da legislação agrária para Goiás e finaliza-se com a apresentação das características socioeconômicas da sociedade de Natividade no ano de 1920.

O que se propõe é apresentar os pormenores coletados nos dados do recenseamento de 1920, para construir uma explicação das condições socioeconômicas da sociedade de Natividade. Destacam-se os aspectos populacionais, a situação fundiária, como posse, o tamanho da propriedade e as atividades econômicas em Natividade. Embora o censo não permita reconstruir o perfil fidedigno de Natividade nas primeiras décadas do século XX, não podemos negar que parte da realidade pode ser reconstruída.

Cabe salientar que, devido alguns critérios instituídos pelo órgão recenseador, nem toda propriedade foi recenseada, pois o censo excluía o imóvel que não tivesse atingido uma produção anual de 500\$000 (quinhentos mil réis) no ano anterior. Mesmo assim foram recenseados 16.634 estabelecimentos rurais nos 49 municípios de Goiás. Em Natividade foram recenseados 231 imóveis, número superior aos estabelecimentos de municípios vizinhos. Natividade teve um número superior deste tipo de estabelecimento do que, por exemplo, Porto Nacional, que a essa altura gozava do título da mais importante cidade do Médio Tocantins.

O censo de 1920 mostra um Goiás ainda bastante despovoado. O Estado contava com 49 municípios em uma área de 660.193 km<sup>2</sup>, uma população de 511.919 habitantes, uma densidade demográfica de 0,775 habitantes por km<sup>2</sup>, ou seja, possuía uma população dispersa, o que tornava a vida bastante difícil, principalmente no que se refere à saúde, educação, transporte e comunicação.



Fazendo uma comparação dos dados populacionais de Goiás em relação aos censos de 1872 e 1920, percebe-se que no período de 38 anos a população goiana aumentou de 160.395h para 511.919h, o que representa um crescimento de 219%.

Um dado importante mostrado pelo censo de 1920 refere-se ao número de pessoas com nacionalidade estrangeira. Em 1872 eram 367 e em 1920 já eram 2.079 pessoas, um crescimento de 566,50%. Esse aumento se explica com a política de imigração incentivada pelo governo brasileiro após a abolição da escravidão.

Segundo o censo de 1920, Natividade tinha uma população de 8.347 habitantes, sendo 4.160 homens e 4.187 mulheres, ou seja, 50% para ambos os sexos. Essa população estava distribuída nas seguintes localidades, Natividade que era o município sede, e os distritos de Chapada, São Miguel e Almas e Entre Rios.

Comparando a população de Natividade, com relação aos 48 anos que separa o censo de 1872 e 1920, percebe-se um aumento populacional tímido passando de 6.155 para 8.347 habitantes; um crescimento de 35,61%, muito abaixo do crescimento populacional registrado pelo Estado de Goiás.

Outro aspecto importante da população de Natividade que é evidenciado no censo de 1920, trata do estado civil da população. Nesse quesito foram observadas 1.596 pessoas casadas, num total de 19,19% da população, além de 77% identificar-se como estado civil ignorado. Estes dados referentes ao percentual de pessoas que se identificaram como casados ficou um pouco abaixo dos registrados da média do Estado, que era de 25,60%, isso talvez se explica pela dificuldade de acesso que as pessoas tinham aos Cartórios, ou mesmo a falta de representantes da igreja católica na região.

Logo, afirma-se que embora a população do Estado de Goiás tenha tido um crescimento bastante significativo, ao se comparar com a população registrada no censo em 1872, percebe-se que continuava uma das menores densidades demográficas do país. Já Natividade teve um crescimento populacional muito abaixo do registrado pela média do estado, o que pode estar relacionado a uma série de fatores, como: isolamento, dificuldade de acesso e comunicação precária, bem como, poucos atrativos econômicos.

### **A economia de Natividade no início do século XIX**

Descreve-se aqui a principal atividade econômica desenvolvida, no início do século XX, em Natividade. Para isso, foram examinados trabalhos publicados sobre o tema, e ainda, se utilizou o censo agropecuário de 1920 como fonte que fundamenta essa abordagem

Para Mendes e Ferreira (2012).

A sociedade estruturada na Província de Goiás, não apresentou uma rígida estratificação social, comparada às áreas litorâneas. A organização da produção assentava-se na relação entre o fazendeiro e os lavradores, a renda era destinada aos primeiros. A pecuária extensiva assegurou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Os agregados recebiam uma parte das crias do gado que cuidavam, como forma de pagamento geralmente, era um bezerro a cada quatro, cinco, seis ou mais que nasciam (2012, p.7).

Com relação à forma de pagamento dos serviços prestados pelos agregados responsáveis pela criação do gado, pode-se observar que, até muito pouco tempo, esta prática era comum pelos fazendeiros criadores de gado em Natividade, para remunerar o vaqueiro. Nesta atividade o vaqueiro recebia por crias que eram ferradas, ou seja, geralmente a cada 04 bezerros o vaqueiro recebia 01, que na maioria das vezes era vendido ao próprio patrão. Vale aqui salientar que esta prática, embora em pequena escala, ainda pode ser encontrada na atualidade, em fazenda que cria gado em Natividade.

Podemos afirmar que o isolamento, a falta de comunicação e o escoamento da produção contribuíam para que a agricultura, em Natividade, continuasse de subsistência, sem falar que as técnicas de produção ainda eram primitivas. A produção provinha da roça no período da chuva e da seca, e dependia da mão de obra, o que fazia diminuir o interesse pela agricultura.

O gado era criado em pastagens naturais e ainda de forma extensiva e dependia de pouca mão de obra, o que gerava lucros e, embora fosse difícil o seu transporte, havia boa comercialização com outras cidades e estados, principalmente com a Bahia e o Piauí.

Os produtos que não eram produzidos na região, a exemplo do sal, eram adquiridos em mercados fora de Goiás e transportados a cavalos, muares e carros de boi. Enfatiza-se que essa atividade comercial só poderia ser feita no período da seca, já que os caminhos que ligavam Natividade a outras cidades eram cortados por grandes rios, o que tornava impossível a viagem no período da chuva, o que deixava Natividade totalmente isolada.

Observando os dados do censo que compõe o resumo sobre o rebanho evidenciamos a importância de Natividade para economia local da época. Embora se compreenda a dificuldade encontrada para a realização do censo, ainda assim, foi possível contabilizar um rebanho significativo de 95.672 cabeças em Natividade.

Outra informação encontrada no censo mostra a importância da agropecuária na vida da região, e fica perceptível no elevado número de equinos, asininos, muar, ovino, caprino e suíno. Para confirmar os dados do censo, o *Jornal a Informação Goiana*, de 15 de fevereiro de 1917, informa que o estado de Goiás, havia exportado no ano de 1916, para São Paulo e Minas Gerais

200 mil cabeças de gado e para o Estado da Bahia mais de 100 mil cabeças. Além de toneladas de produtos de origem animal, como: charque, couro, toucinho, banha, manteiga.

Esses dados propõem que as terras em Natividade não eram legalizadas, mas eram exploradas, mesmo em pequena escala, já que a produção era de subsistência. A agropecuária funcionava como a base da economia do município e era o carro chefe dele, o que tornava a posse da terra imprescindível, já que para desenvolver a pecuária extensiva era necessária grande extensão de terra.

Esse modelo econômico levou a especulação e o apossamento de terra fora da legislação vigente, como podemos observar na lista das propriedades recenseadas, em 1920. Uma única pessoa era proprietária de vários imóveis, inclusive em municípios diferentes. Podemos citar como exemplo o senhor Galdino de Senna Ferreira, que foi recenseado como proprietário das fazendas Santa Rosa e Morro São João, em Natividade, Brejo, Currálinho e Porto Nacional.

### **Considerações finais**

O principal objetivo do capítulo foi examinar a origem do povoamento de Natividade, cidade importante localizada no Norte de Goiás. Num segundo momento destacou-se, a partir da leitura dos recenseamentos de 1872 e de 1920, aspectos da formação da população de Natividade, enfocando o número de habitantes, nacionalidade, raça, sexo, estado civil, escolaridade e profissões, bem como os dados socioeconômicos.

Para isso, partimos de uma investigação historiográfica acerca do povoamento de Goiás, que deu embasamento para construir uma narrativa cronológica da ocupação e povoamento de Natividade.

A realização da pesquisa realizada no âmbito do PPGHispan foi de fundamental importância para compreensão de que o fazendeiro do vale do São Francisco contribuiu na ocupação do território de Natividade, bem como da região Norte de Goiás já que, segundo a historiografia, foi o primeiro a instalar fazenda para criação de gado. Também foi importante para esclarecer o fato de que a região já era ocupada pelo índio.

Espera-se que esse trabalho sirva de contraponto à tese cristalizada na história de Natividade e enraizada na cultura popular de que a mineração teria sido a atividade econômica responsável pela ocupação da região. Pode-se afirmar que essa atividade foi importante em dado momento, mas não exclusiva. Ainda existissem minas de ouro, a extração desse metal não era a atividade econômica principal no período focado. No decorrer do tempo, a agropecuária

havia se transformado na principal forma de subsistência da população que vivia isolada e abandonada pelas autoridades governamentais de Goiás.

Constatou-se ainda, que a população, em sua maioria, era de origem goiana, de cor parda e composta por metade de homem e metade de mulher, com baixo grau de escolaridade e, na sua maioria, analfabeta. Vale ressaltar que o sistema escravocrata se fazia presente como modo de produção, já que foi contabilizado no censo de 1872 um número bastante significativo de pessoas nestas condições.

A Agropecuária extensiva e a agricultura de subsistência prevaleceram sobre as demais atividades de produção, visto que grande parcela da população vivia na zona rural, já que era necessário produzir quase tudo do que se necessitava. Pode-se dizer até que era uma sociedade que buscava a sua autossuficiência devido ao isolamento em que vivia.

Assim, pode-se concluir que a sociedade de Natividade, entre os anos de 1872 e 1920, vivia em um isolamento quase na totalidade, afastada do sistema de saúde, educação e transporte, ou seja, era uma região esquecida.

Mesmo assim, a população superou, permaneceu no local, desenvolveu ao seu modo, fez de Natividade uma importante cidade do norte goiano, chegando a ser destaque no quadro histórico do país.

Esperamos que esse texto seja mais uma fonte a auxiliar os professores a trabalharem com os alunos em sala de aula, bem como estimular os professores instigar os alunos o interesse pela pesquisa e estudo da história do Tocantins. Também orientamos que façam uma análise das referências bibliográficas abaixo descritas para enriquecerem ainda mais o conhecimento da nossa história.

### **Produto final**

Como produto final da pesquisa, estamos elaborando um manual paradidático voltado para auxiliar professores em sala de aula, no que se refere ao uso de fontes para a história de Natividade, no qual indicaremos como as fontes indicadas ao longo da dissertação podem colaborar nas práticas de ensino.

### **Referências**

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília, DF: Codeplan, 1988.

BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luis. **Patrimônio Histórico de Goiás**. 2ª ed. Brasília SPHAN/ Pró-memória, 1987.

BRASIL. Directoria ·Geral de Estatística. **Confirmação do Resultados dos Recenseamento demographico de 1920**. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927. 15 p., tab. Recenseamento do Brasil realizado em 19 de setembro de 1920.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento demographico de 1872**. In:-. Relataria e trabalhos estatísticos apresentados ao Illmo e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio pelDirector Geral Interino Dr. José Maria do Coutto. Rio de Janeiro, 1872.

LIMA, André Nicacio. **Caminhos da Integração, Fronteiras da Política: A Formação das províncias de Goiás e Mato Grosso** Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20062011143559/publico/2010\\_AndreNicacioLima.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20062011143559/publico/2010_AndreNicacioLima.pdf) . Acesso em 10/08/2020. São Paulo, 2010.

MENDES, Estevane de Paula Ponte/ FERREIRA, Idelvane Mendes, **Artigo: Ocupação e Povoamento dos Territórios Centrais do Brasil; Política Fundiária e Trabalho do Século XVIII ao XX**, UFU. 2012.

MOURA, Nádia Mendes, Dissertação de doutorado: **Sertões de Mar a Mar Goyazes em suas filigranas (C. 1726 – 1830)** USP: São Paulo 2018.

NATIVIDADE. Prefeitura Municipal de Natividade - Tocantins. **Mapa do Estado do Tocantins**.

**MAPA DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE**. Disponível em <https://www.natividade.to.gov.br/pagina/Cidade>. Acessado em 25/01/2022.

SILVA e SOUSA, Luís Antônio da. **Memória estatística da província de Goiás, dividida pelos julgados de suas comarcas e na forma do elenco enviado pela Secretaria do Império**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1832.

## **O PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL INDÍGENA XERENTE (PROCAMBIX): METAS DAS AÇÕES SOBRE CULTURA**

Ronney Ribeiro Batista<sup>42</sup>  
Odair Giraldin<sup>43</sup>

### **Introdução**

Este capítulo é parte da minha dissertação do Mestrado Profissional em História e Cultura das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins (PPGHISPAM),

---

<sup>42</sup> Mestre em História das Populações Amazônicas, pela Universidade Federal do Tocantins, UFT. Docente em História no Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva de Porto Nacional-TO.

<sup>43</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHispam

intitulada “Estudo das ações culturais previstas no PROCAMBIX para o povo indígena Akwẽ/Xerente de 2002 a 2009”. Este texto foi apresentado durante o 1º Seminário de Pesquisas do PPGHISPAM, focado na história regional. Está baseado na temática da história indígena e impactos culturais provocados por Usinas Hidrelétricas em populações tradicionais amazônicas. Neste caso, a população tradicional atingida pela barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães foi o povo indígena Xerente.

O objetivo geral da dissertação foi analisar o Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX) e seus objetivos específicos pautaram-se em investigar quais foram as ações propostas no PROCAMBIX para o subprojeto da cultura, investigar quais foram as ações realizadas e as que deixaram de ser efetivadas, assim como refletir sobre as ações realizadas e seus desdobramentos ao longo do tempo.

Em termos teóricos esta pesquisa pautou-se na história cultural, através de autores como Clifford Geertz (2008), com a obra *A interpretação das culturas*, Manuela Carneiro da Cunha (2009) com *Cultura e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais* e Roger Chartier (2002) em *História Cultural: entre práticas e representações*. Compreendemos essas obras como corrente interpretativa que consegue compreender algumas nuances da vivência do povo Akwẽ/Xerente de Tocantínia, pois oferecem abordagens metodológicas focadas na investigação, análise e cruzamento de dados com o método da história oral.

Neste sentido, as fontes utilizadas para a efetividade da pesquisa foram o Projeto do Programa de Compensação Ambiental Xerente (2001) e as entrevistas orais com indígenas que vivenciaram o PROCAMBIX. Quanto às fontes bibliográficas, valemo-nos de artigos científicos, como os de Schroeder sobre política e parentesco entre os Xerente (2006); o de Paula (2005), pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA), que tratou do Programa de Compensação Ambiental; o de Giraldin e Silva (2005) que abordam a relação entre os Xerente e a sociedade circundante no século XIX e também a dissertação de mestrado de Ercivaldo Damsõkêkwa Calixto Xerente (2016) com o tema *Processos de educação Akwẽ e os direitos indígenas a uma educação diferenciada: práticas educativas tradicionais e suas relações com a prática escolar*.

**Programa de Compensação Ambiental Indígena Xerente - PROCAMBIX – as metas e suas efetividades propostas para a cultura Akwẽ -Xerente.**

Os Akwẽ/Xerente<sup>44</sup> são um povo indígena que vivem no Estado do Tocantins. De acordo com Giralдин (2010) o povo indígena Xerente

autodenomina-se Akwẽ e pertence, linguisticamente, ao tronco Macro-Jê, à família Jê-Central, compartilhando esta família com os Akwẽ-Xavante e os Xakriabá. Organizam-se socialmente em duas metades (Doi e Wahire) compostas cada uma por três clãs exogâmicos e patrilineares: Kuzà, Kbazi, Kritó / Wahire, Krozake e Krêprehi, respectivamente. Além dos clãs, cuja afiliação é definida pela filiação patrilinear, os Xerente possuem também uma divisão em quatro classes cerimoniais, que são: Krará, Krerekmõ, Amnõrõwa e Akemhã. O pertencimento a uma dessas classes é definido pela posição de nascimento da pessoa no rol de filhos de um homem (2010, p. 32).

Não raras vezes, em escritos o termo Xerente é utilizado de forma generalizada. Há que se lembrar que o nome Xerente lhes foi atribuído por não-índios, visando sua diferenciação dos demais Akwẽ, particularmente, em relação aos Xavante (DE PAULA. 1999, p. 1)

O PROCAMBIX resultou em algumas ações muito importantes no campo da cultura, tais como a construção da Casa da Cultura Akwẽ/Xerente em Tocantínia-TO. Provavelmente a Casa da Cultura Akwẽ/Xerente seja a lembrança mais presente de todo o Programa de Compensação Ambiental Xerente. O sub - programa da Cultura e Cidadania do PROCAMBIX foi composto de três projetos, sendo eles: “(i) Capacitação de Professores Indígenas e Lideranças Xerente; (ii) Fortalecimento da Organização Interna Xerente e; (iii) Casa de Cultura” (CORDEIRO, 2009, p.68).

De acordo com o projeto do PROCAMBIX (2001), o objetivo geral da capacitação dos professores indígenas e lideranças Xerentes para lidar com a temática do impacto gerado pela UHE Lajeado/Luiz Eduardo Magalhães era instrumentalizar os professores e lideranças Xerentes, para avaliar os impactos gerados ao longo dos anos pela construção da UHE Lajeado, conhecer as alternativas legais para defesa de seu território e abordar a temática ambiental nas escolas das Terras Indígenas Xerente e Funil (PROJETO PROCAMBIX, 2001. p. 131).

Sendo assim, os objetivos e metas propostos no âmbito da cultura para o projeto de Capacitação de Professores Indígenas e Lideranças Xerentes foram os apresentados a seguir: 1. Capacitar 46 professores e 34 lideranças Xerentes. 2. Produzir material sobre os impactos produzidos ao longo dos anos pela UHE Lajeado, de divulgação, pesquisa e uso didático pedagógico. Promover a capacitação quanto à legislação que se refere especificamente aos povos indígenas, com enfoque à questão ambiental e avaliação participativa do subprojeto com a comunidade indígena (PROJETO PROCAMBIX, 2001, p. 131-132).

---

<sup>44</sup> Neste trabalho utilizo o termo usado por Giralдин, 2010.

De acordo com as metas apresentadas no subprojeto da cultura, percebe-se que elas se resumem em realizar 6 Módulos e 6 Oficinas de produção de material didático pedagógico específico, de 32 horas cada. Para todos os módulos foi proposto produção de material didático pedagógico bilíngue sobre a temática abordada. No módulo I sobre Sistema de Produção Original, e Sistema de Produção Atual, no módulo II sobre Terra e Água, no módulo III sobre Ecologia e Cerrado, no Módulo IV sobre Roças e Variedades Tradicionais, no Módulo V sobre Sistemas Agroflorestais e no Módulo VI sobre Manejo dos recursos naturais.

Além das oficinas, foram realizadas excursões didático pedagógicas a projetos regionais de Desenvolvimento Sustentável, Manejo de Cerrado e Centros de Pesquisa e também oficinas e edições de revistas e livros e posterior publicação. O sentido destas metas foi o de preservar as tradições do povo Akwê/Xerente no que se refere a sua cultura. Nota-se que os meios usados para essa preservação foi a educação, através de oficinas.

Sobre a capacitação de professores indígenas, o relatório final de avaliação do PROCAMBIX explica que “as atividades de capacitação foram voltadas às lideranças indígenas, professores indígenas, agentes ambientais e técnicos envolvidos na execução do Programa” (Cordeiro. 2009, p. 68), em parceria com o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS. Neste subprojeto, o principal foco foi a temática ambiental, portanto foram feitas nas oficinas de professores, cartilhas de conscientização ambiental. O sentido dessas reuniões era a participação mais ativa das lideranças indígenas no projeto.

A respeito da Casa da Cultura Akwê, sua construção visava fazer um resgate e valorização da cultura Akwê/Xerente. Sua construção enfrentou dificuldades e foi iniciada em janeiro de 2008. Dentre as dificuldades citadas destacam-se a demora em conseguir um terreno legalizado na cidade de Tocantínia. No ano de 2003 o ministério público tentou através da prefeitura de Tocantínia, a doação do terreno, porém sem sucesso. Em 2004 o terreno foi adquirido e logo em seguida foi feito o projeto arquitetônico que foi outro processo demorado, pois necessitou da aprovação da FUNAI. Depois foi feito um processo licitatório para a construção da obra.

A obra foi iniciada em janeiro de 2008 e finalizada em maio de 2009. Durante o período de funcionamento do projeto nas aldeias Xerentes, foram realizadas constantemente as festas culturais, isso possibilitou o registro dessas festas em fotos e vídeos, que posteriormente foram levados para a Casa da Cultura Akwê, com o objetivo de resguardar a cultura do povo Xerente.



“Entre as festas realizadas cabe destacar a Festa Cultural Dasipê realizada em parceria com a AIA<sup>45</sup>, na aldeia Krite, em julho de 2007” (CORDEIRO. 2009, p. 69).

A festa cultural “Dasipê”, se trata de uma cerimônia que ocorre durante uma semana, referente a nomeações masculinas e femininas; ou seja, cada pessoa de cada clã escolhe seus nomes de acordo com suas tradições clânicas e os coloca nas crianças e é feito um batismo das crianças durante a festa. Ainda sobre o projeto na área cultural, o “Programa promoveu cursos de artesanato buscando valorizar o conhecimento local sobre o manejo de buriti e o aperfeiçoamento dos artesãos no manejo do capim dourado” (CORDEIRO. 2009, p. 70).

Em abril de 2003 foi organizada uma primeira oficina em parceria com a Fundação Cultural do Tocantins, reunindo 12 participantes (3 homens e 9 mulheres). Em outubro de 2006 foi realizado um curso de artesanato na Aldeia Salto, reunindo mulheres dos PINs<sup>46</sup> Xerente, Brupré e Rio Sono. No 2º semestre de 2007 foi realizada uma reunião sobre resgate do artesanato de uso doméstico com representantes das aldeias Boa Esperança, Cercadinho e Serra Verde. Em maio de 2008 foi realizada uma nova oficina de capacitação na Aldeia Salto, reunindo 20 participantes. No mês seguinte, a mesma oficina foi realizada na Aldeia Brupré reunindo outros 20 participantes. Estas oficinas tiveram como instrutores membros da comunidade indígena com conhecimento no manejo do buriti. (CORDEIRO. 2009, p. 70).

Este projeto de resgate da cultura Akwê se mostrou muito proveitoso quanto ao alcance de seus objetivos. Pode-se dizer que tais propostas se concretizaram através da Casa da Cultura Akwê. Além de ter realizado as festas culturais entre o seu povo, incentivando o artesanato e as comidas tradicionais, os Xerentes foram ao Estado do Mato Grosso no ano de 2007 num encontro denominado “círculo dos saberes” junto com os indígenas daquele estado, os Parecis; e lá, apresentaram seus artesanatos e sua comida típica, realizando assim uma troca cultural. Além dos Parecis, os Xerentes tiveram contato e trocaram experiências neste evento também com as seguintes etnias: “Umutina, Enawene Nawe, Bakairi, Bororo, Terena, Cuicuro do Xingu, Haliti e Mundurucu” (CORDEIRO. 2009, p. 71).

Houve várias dificuldades que foram enfrentadas durante a execução dos projetos que estavam inseridos na área da cultura. Dentre estas dificuldades cabe citar os recursos limitados para o subprograma de cultura e cidadania, e a falta de veículos para a locomoção dos integrantes envolvidos com o desenvolvimento dos projetos.

Lima (2017) evidenciou em sua tese que após a construção da UHE Luiz Eduardo Magalhães, quando o programa começou, mais de quarenta por cento (40%) do recurso do

---

<sup>45</sup> AIA: Associação Indígena Xerente

<sup>46</sup> PIN: Programa de Integração Nacional

PROCAMBIX foi destinado à administração do projeto, e que há um descontentamento generalizado e críticas severas aos gestores (LIMA. 2017, p. 160).

Também houve a demora na construção da Casa da Cultura Akwê, fato que comprometeu outras metas, tais como a falta de edição e divulgação dos registros feitos durante os eventos, ficando a conhecimento somente da coordenação do programa, e também as atividades de capacitação não atingiram todas as aldeias, ficando abaixo das metas estimadas.

Pode-se inferir que os pontos positivos do subprojeto da cultura foram a construção da Casa de Cultura, os registros das manifestações culturais do povo Xerente, que contempla os objetivos do programa, de resgate e divulgação da cultura Akwê. Já os pontos negativos foram as dificuldades relacionadas a atrasos burocráticos de transportes, de documentações por exemplo, da arquitetura do centro cultural além da não divulgação dos registros feitos à época.

O relatório final do PROCAMBIX avaliou que os recursos empenhados na área cultural foram escassos, talvez seja por esse motivo que algumas ações ocorreram com vagarosidade. Os impactos na área da cultura foram principalmente a forma tradicional de os Xerentes fazerem a roça de toco e coivara, que a partir do lago formado pela UHE Luiz Eduardo Magalhães em Tocantínia-TO, foi modificado. Neste sentido a barragem da usina, também impactou a alimentação do povo Xerente, uma vez que os peixes sofreram transformações devido ao PH da água ter mudado, e muitos animais (as caças) terem migrado.

As festas culturais do povo Xerente foram intensificadas no decorrer do PROCAMBIX, principalmente nos anos de 2006 e 2007, pois haviam os recursos necessários para dar apoio aos eventos. Isso possibilitou o registro desses eventos tradicionais em fotos, áudios e vídeos. Sendo assim, na área cultural, provavelmente foram os registros e a construção da Casa da Cultura, os mais importantes e lembrados pelo povo, talvez pelo fato de serem tangíveis.

A importância desse subprojeto da cultura para o povo Xerente é a princípio a mitigação dos impactos culturais causados pela construção dessa grande usina – UHE Luiz Eduardo Magalhães –, mas acima de tudo manter sua cultura ativa, com seus cantos, suas cerimônias, sua alimentação, seus conhecimentos e práticas de artesanato, sua maneira de plantar e colher alimentos. Além disso, ter sua cultura registrada e tangível. Cunha (2009) explica que essa “cultura” em forma de registro também chamada de cultura para si, “tem a propriedade de uma metalinguagem: é uma noção reflexiva que de certo modo fala de si mesma” (CUNHA, 2009, p. 356).

Se pensarmos nas imagens, nos áudios e vídeos em forma de registro das atividades culturais, essa metalinguagem se concretiza, uma vez que os Xerentes estão falando de si

mesmos e refletindo sobre seus próprios conhecimentos e costumes tradicionais. Neste caso, cabe fazer a pergunta: qual a efetividade das metas propostas na área da cultura? Se formos pensar nos projetos realmente realizados, podem ser citados: a Casa da Cultura Akwê de Tocantínia, em seguida algumas oficinas com professores nas aldeias sobre conscientização em relação a usina e produção de panfletos educativos, e posteriormente os registros em imagens, áudios e vídeos das festas tradicionais Xerentes. Tudo isso colaborou para o fortalecimento da organização interna do povo Xerente.

Provavelmente por ser o primeiro programa de mitigação de impactos ambientais no estado do Tocantins, recebido pelo povo Xerente, houve dificuldades inerentes ao desenvolvimento do programa, por exemplo, fato da equipe administrativa não dominar todos os processos, além de aplicarem recursos demasiados no setor administrativo do programa. Não obstante, surgiram dificuldades pontuais no decorrer do programa, que podem ter dificultado o cumprimento de certas metas, a saber a demora em conseguir o terreno da Casa da Cultura Akwê/Xerente.

### **Os recursos financeiros do PROCAMBIX aplicados no subprojeto da cultura**

As parcelas apresentadas na tabela 1 se referem a todo o Programa de Compensação Ambiental Xerente. Foram pagas 16 parcelas no total, em cada ano foram pagas 02 parcelas, entre os anos de 2002 e 2009. A tabela abaixo demonstra o total de repasses da INVESTCO ao PROCAMBIX ao longo da sua execução. A partir de Cordeiro (2009, p. 82), elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 1: Valores previstos e valores repassados pela Investco ao Procambix (R\$)

Ano	% Valor Total	Parcela	Valor Previsto <sup>(a)</sup>	Valor Repassado <sup>(b)</sup>
2002	15%	1a	757.875,00	757.875,00
		2a	757.875,00	757.875,00
2003	15%	3a	757.875,00	973.558,95
		4a	757.875,00	973.558,95
2004	12%	5a	606.300,00	846.539,63
		6a	606.300,00	846.539,63
2005	12%	7a	606.300,00	951.679,74
		8a	606.300,00	951.679,74
2006	12%	9a	606.300,00	963.107,14
		10a	606.300,00	963.107,14
2007	12%	11a	606.300,00	1.006.000,00
		12a	606.300,00	1.006.000,00
2008	12%	13a	606.300,00	1.077.638,83
		14a	606.300,00	1.077.638,83
2009	10%	15a	505.250,00	1.004.750,50
		16a	505.250,00	1.004.750,50
<b>TOTAL</b>			<b>10.105.000,00</b>	<b>15.162.299,58</b>

Fonte: (a) Conforme dados do PAT 2002; (b) conforme dados do DEPIMA registrados no PAT 2005, PAT 2008 e PAT 2009.

De acordo com Cordeiro (2009), o programa recebeu mais de dez milhões de reais ao final, contando com os reajustes e juros ao longo dos oito anos. Assim está explicitado no relatório de avaliação do programa:

Conforme os termos do acordo firmado entre INVESTCO E FUNAI, os R\$10.105.000,00 foram repassados ao longo de 8 anos, em duas parcelas anuais, sendo corrigidos pela variação do IGPM. Incorporando os reajustes e com base nas previsões de repasses de 2009, o Procambix chega ao final do oitavo ano com um repasse em torno de 15 milhões de reais. Este valor foi repassado em 16 parcelas (Tab.19), através de depósito na conta da Renda Indígena, administrada pela Coordenação Geral do Patrimônio Indígena/ FUNAI, com sede em Brasília (CORDEIRO, 2009, p. 81).

No subprograma da cultura foram aplicados segundo o PAT 2002, somente para o centro cultural, as seguintes porcentagens: em 2002 o percentual foi de 14,84%, em 2003 não aplicável, em 2004 foi de 4,12%, em 2005 foi de 4,12%, em 2006 foi de 4,12%, em 2007 foi de 4,12%, em 2008 foi de 6,44%, em 2009 foi de 6,2% obtendo assim, média final de 5,5% de aplicação de recursos financeiros.

Ao analisar a tabela 2 de porcentagens do orçamento para os projetos, nota-se que o projeto de Apoio Administrativo-Operacional foi o que mais recebeu recursos financeiros, com média final de 24,56%, superou o projeto de roça mecanizada que supostamente seria o que mais carecia de recursos por necessitar de máquinas pesadas, que ficou por sua vez, com a média final de 20,19% do orçamento. Cordeiro (2009, p.39) nos oferece as seguintes informações:

Tabela 2: Porcentagem (%) do total anual de recursos destinada a cada um dos projetos do Procambix conforme definições do PAT 2002.

Projeto	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Apoio Administrativo-Operacional	12,79	21	26,24	26,24	26,24	26,24	26,24	31,49	24,56
Galinhas	12,31		8,4			8,55			3,66
Piscicultura		22,55	7,33	6,81	7,33	10,75	6,81		7,70
Quintais				3,93	1,16		1,38	1,39	0,98
Centro Cultural	14,84		4,12	4,12	4,12	4,12	6,44	6,2	5,50
Estruturação da Base	26,95	23,63	20,62	20,62	20,62	9,9	5,77	6,93	16,88
Gestão e Conservação de Microbacias + Educação Ambiental + Extrativismo	19,79	10,9	9,89	14,31	13,64	13,14	12,37	14,84	13,61
Registro e Documentação	2,06	2,09	1,48	2,06	2,06	2,47	3,88	2,97	2,38
Roça Mecanizada	7,88	17,52	21,9	21,9	21,94	21,94	22,68	25,73	20,19
Apicultura e Meliponicultura							11,54	6,98	2,32
Capacitação	3,38	2,31			2,89	2,89	2,89	3,46	2,23

Já para a cultura colocando o centro cultural com 5,50% e o Registro e documentação com 2,38% de média final, alcançou-se na área cultural, segundo essa tabela, o total de 7,88% de recursos investidos. As proporções em valores investidos à cultura foram menores comparados às outras áreas. Talvez seja porque priorizaram atividades agrícolas e manejo de animais para a alimentação tais como gado, peixes e galinhas. Esses dados podem ser observados na tabela abaixo, tal como consta no relatório de avaliação final do programa, realizado por Cordeiro (2009).

De modo geral, a gestão destes recursos foi desregulada por um lado, uma vez que certas áreas tiveram mais investimentos que outras como podem ser vistas nas tabelas de orçamentos e gastos, porém a longo prazo não foram perenes, como é o caso das roças mecanizadas. No tempo do PROCAMBIX as roças mecanizadas funcionaram bem, porém após o programa parou de funcionar, pois demandava de recursos para as plantações, tais como inseticidas, máquinas pesadas, manutenção, além de combustível, recursos esses que os indígenas não possuem por conta própria.

Por outro lado, aquilo que foi destinado aos projetos chegaram ao seu destino final, ou seja, não se tem notícias de corrupção. Mesmo que os subprojetos tenham tido cada um,

determinada quantidade de recursos a mais ou a menos, os recursos financeiros foram aplicados aos projetos finais de acordo com o relatório de avaliação do programa.

Atualmente podem ser vistos como vestígios do programa, na cidade de Tocantínia-TO, a Casa da Cultura Akwê, os registros fotográficos, CDs e DVDs de cantos gravados; todos esses arquivos pertencem a área da cultura. A conclusão que se pode tomar disso, é que investimentos em longo prazo tendem a ter melhores resultados, como é o caso da cultura e seus registros.

### **Considerações finais**

Este texto está baseado na temática da história indígena e impactos culturais provocados por Usinas Hidrelétricas em populações tradicionais amazônicas. Neste caso, a população tradicional atingida pela barragem da UHE Luiz Eduardo Magalhães foram o povo Xerente. O capítulo objetivou avaliar o PROCAMBIX – Programa de Compensação Ambiental Indígena Xerente –, suas metas e ações efetivadas ao longo de sua execução, além de demonstrar os valores monetários aplicados ao programa durante os oito anos. O povo indígena estudado, através do programa de compensação são os Akwê/Xerente do município de Tocantínia-TO. Nesse sentido, o PROCAMBIX foi efetivo. Houveram também capacitações para professores e lideranças Xerentes, no sentido de fortalecer a organização interna Xerente.

Quando se trata da salvaguarda da cultura Xerente, alguns resultados podem ser elencados. Ao verificar o sentido de salvaguardar, que quer dizer guardar e/ou salvar algo, podem ser citados os CDs de cantos importantes que foram gravados, os artesanatos feitos nas oficinas de capim dourado, as fotos e vídeos das festas tradicionais, realizadas e fortalecidas durante a execução do PROCAMBIX

Nem tudo ocorreu da melhor maneira no que toca as ações propostas. Houve grandes dificuldades ocorridas durante a execução do PROCAMBIX. A Casa de Cultura enfrentou as seguintes dificuldades para ser concluída: a dificuldade de conseguir o terreno legalizado na cidade de Tocantínia. Segundo o relatório final de avaliação do PROCAMBIX, no ano de 2003 o ministério público tentou através da prefeitura de Tocantínia-TO, a doação do terreno, porém sem sucesso. Em 2004 o terreno foi adquirido e logo em seguida foi contratado o projeto arquitetônico que foi outro processo demorado, pois necessitou da aprovação da FUNAI. Depois foi feito um processo licitatório para a construção da obra, que foi iniciada em janeiro de 2008 e finalizada em maio de 2009.

Também foram pontos negativos os recursos limitados para projetos da área da cultura, a falta de veículos para a locomoção, o que culminou na demora em realizar certas ações e a

falta de edição e divulgação de panfletos, CDs e vídeos no tempo dos eventos. Outro fato é que as capacitações não atingiram todas as aldeias, ficando assim abaixo das metas previstas.

Quando se trata de mitigação de impactos culturais, que foi o objetivo do PROCAMBIX, pode-se afirmar que o programa ajudou diminuir os danos em determinadas áreas ou subprojetos, e em outras não obteve êxito. Não mitigou quanto a forma de plantar e de colher alimentos, a chamada “roça de toco e coivara”, que foi modificada, uma vez que o lago tirou o ciclo natural das enchentes que fertilizavam as margens do rio. O conhecimento ou forma de fazer a roça dos Xerentes, a partir das vazantes, foi alterado, tendo que se adaptar a novas formas de cultivar gêneros alimentícios.

O PROCAMBIX foi efetivo no que se refere a criação da Casa da Cultura Akwẽ/Xerente, e em proporcionar a realização das festas tradicionais Xerentes que estavam deixando de acontecer por falta de recursos. Tudo isso colaborou para que o povo Xerente tenha sua cultura registrada, ou seja, a representação da sua própria cultura em forma de acervo.

### **Produto final**

O produto final proposto nesta dissertação foi um material digital com imagens e textos que explicassem aquele contexto da imagem utilizada, no sentido de trabalhar a história através das imagens. Ao final foi criado um blog intitulado “indigenous-x” que destacam imagens recolhidas durante a pesquisa com o povo Xerente, que pode ser encontrado no endereço eletrônico <https://indigenous-x.blogspot.com/> .

O blog pode ser apresentado em sala de aula em Datashow ou TV para abordar história indígena através de imagens e/ou vídeos. Os textos podem ser lidos e escritos pelos estudantes de ensino fundamental e médio. O material disponibilizado no blog é atualizado constantemente, podendo ser usado por professores e estudantes, pois o acesso é livre.

### **Referências**

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2a ed. Memória e Sociedade. Difel, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/29641559/Roger\\_Chartier\\_A\\_hist%C3%B3ria\\_cultural\\_entr\\_e\\_pr%C3%A1ticas\\_e\\_representa%C3%A7%C3%B5es](https://www.academia.edu/29641559/Roger_Chartier_A_hist%C3%B3ria_cultural_entr_e_pr%C3%A1ticas_e_representa%C3%A7%C3%B5es) Acesso em: 15 dez. 2019.

CORDEIRO, Angela. **Avaliação dos projetos desenvolvidos no âmbito do programa de compensação ambiental xerente –Procambix**. Relatório final da avaliação. Palmas -TO, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "**Cultura**" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: \_\_\_\_\_. Cultura com asas. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. Disponível em: <https://fredericomb.files.wordpress.com/2017/03/cunha-manuela-carneiro-cultura-e-cultura-cultura-com-aspas.pdf> Acesso em: 18 nov. 2019.

DE PAULA, Luís Roberto. **Xerente – Verbete da Enciclopédia dos Povos Indígenas**. ISA, Instituto Socioambiental, 1999. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/xerente/xerente.shtm>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. - 1. ed., 13. reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008. Disponível em: [https://monoskop.org/images/3/39/Geertz\\_Clifford\\_A\\_interpretacao\\_das\\_culturas.pdf](https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf) Acesso em: 17 set. 2019.

GIRALDIN, O. Escola na aldeia e professor indígena na universidade: reflexões sobre formação e prática docente xerente. **Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA) (Cessou em 2005. Cont. 1983-4527 Revista Pós Ciências Sociais (UFMA))**, v. 7, p. 31-44, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/559> Acesso em: 10 jul. 2020.

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Os akwe – xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2017. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde11042017082645/publico/2017\\_LayannaGiordanaBernardoLima\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde11042017082645/publico/2017_LayannaGiordanaBernardoLima_VCorr.pdf) Acesso em: 02 de dez.2019.

PROJETO, Programa de Compensação Ambiental Xerente – PROCAMBIX. **Preservação xerente é o x da questão**. Funai/ Investco S/A, 2001.

## ORGANIZADORES



**Vasni de Almeida:** Possui graduação em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, mestrado e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp/Franca e Unesp/Assis, respectivamente. Atuou como professor do Ensino Fundamental e Médio no ensino público e privado na região de Ribeirão Preto, SP, na década de 1990. Atuou como docente em faculdades privadas do interior paulista, ministrando as disciplinas História, Sociologia e Filosofia da Educação, História da Educação e Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Sociais. Desde 2005 é professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins. Atualmente está lotado no Curso de História do Campus de Porto Nacional. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Protestantismo, História da Educação e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação, metodismo, educação protestante e sociedade e práticas de ensino de História. De 2007 a 2014 foi membro do Conselho Editorial da Revista Escritas, do Colegiado de História da UFT, Campus de Araguaína. Em 2013 e 2014, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Núcleo UFT (ProfHistória). Em 2018 assumiu a Coordenação do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional, em História das Populações Amazônicas - PPGHispan. É membro do Conselho Editorial da Revista Antígona.

**George Leonardo Seabra Coelho:** Possui graduação - Bacharelado e Licenciatura - em História pela Universidade Federal de Goiás (2006), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2010) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Adjunto no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispan-UFT. Também é coordenador do Núcleo de estudos Afro-brasileiros da UFT-Porto Nacional. Tem experiência na área de ensino de História, fotográfica, Literatura e História, com ênfase em História do Brasil e Literatura Modernista atuando principalmente nos seguintes temas: discurso e poder, literatura modernista, projetos de integração e pensamento autoritário brasileiro. Também desenvolve pesquisa abordando as relações entre Mídias, tecnologias e História, criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, tecnologias e História (MITECHIS). É Editora da revista Antígona (2763-9533), criador e Editor da revista Convergências: Estudos em Humanidades Digitais (2965-2758) e parecerista em mais de dez periódicos nacionais.

